

**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E
SOCIEDADE**

CAMILA VÂNIA BORGES

**ESCUTANDO PAIS, CRIANÇAS E PROFESSORES: IMPACTOS
PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DE
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

POUSO ALEGRE – MG

2024

CAMILA VÂNIA BORGES

**ESCUTANDO PAIS, CRIANÇAS E PROFESSORES: IMPACTOS
PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade para obtenção do título de mestre em Educação, Conhecimento e Sociedade.

Área de concentração: Educação, Conhecimento e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Educação e Tecnologia: inovação, ferramentas e processos.

Orientadora: Profa. Dra. Letícia Rodrigues de Souza

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca

Borges, Camila Vânia.

Escutando pais, crianças e professores: impactos para formação continuada do professor de atendimento educacional especializado / Camila Vânia Borges - Pouso Alegre: Univás, 2024.

165f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade. Universidade do Vale do Sapucaí, 2024.

Orientadora: Dra. Letícia Rodrigues de Souza

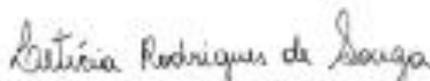
1. Formação continuada. 2. Método TEACHH. 3. Professoras. 4. Prática. I. Título.

CDD – 371.13

Bibliotecária responsável: Michelle Ferreira Corrêa
CRB 6-3538

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a dissertação intitulada "**A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO***" foi defendida, em 05 de julho de 2024, por **CAMILA VÂNIA BORGES**, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade, nível Mestrado, sob o Registro Acadêmico nº 15002021, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:



Profa. Dra. Leticia Rodrigues de Souza
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientadora



Prof. Dr. Roberto Gimenez

Universidade Cidade de São Paulo - (UNICID)
Examinador



Profa. Dra. Roberta-Cortez Gaio

Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinadora

DEDICATÓRIA

A minha família, por ser minha base de sustentação em todos os momentos da minha vida. Sem vocês, não teria chegado a tamanha façanha. E às professoras e aos pais que confiaram em mim, e se disponibilizaram a ajudar na construção da pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Em especial, a minha orientadora Prof^a Dr^a Leticia, por ter acreditado no meu potencial, e na proposta desta dissertação. Construimos uma caminhada de praticamente 12 meses, sempre calma, presente e iluminada. Durante os encontros, sempre estava calma e serena, iluminada, disposta a ajudar e ouvir minhas inquietações. Suas orientações foram decisivas para a conclusão desta dissertação. Tê-la como orientadora, para mim é uma honra e a concretização de um sonho iniciado em 2022, fiquei maravilhada com tamanha sabedoria e empatia, frente às questões educacionais direcionadas às pessoas com deficiência. Sei que no início não foi fácil, porém com seu zelo e cuidado conseguimos alinhar a proposta existente com os novos anseios que ali estavam sendo construídos. Foram muitas orientações, encontros, reorganizações e enfim, conseguimos atingir nossos objetivos, pois estava sempre disponível em ouvir e a sugerir. Suas frases motivacionais chegavam sempre nas horas que mais precisava, estas não serão esquecidas. Em virtude do que foi exposto aqui, saiba que sua chegada foi importantíssima para este estudo, suas experiências, sua mediação e suas aprendizagens contribuíram significativamente para a robustez deste trabalho. Muito obrigada por tudo, especialmente pelas aprendizagens!

A todos os professores do PPGEDUCS, aos meus colegas de curso e a minha banca examinadora que foram fundamentais na evolução do meu conhecimento, muito obrigada.

A Deus e a Nossa Senhora por guiarem-me em todos os caminhos da vida pessoal, profissional e acadêmica;

Ao meus pais APARECIDO e ANA (TUDO QUE SOU, DEVO A VOCÊS) por me apoiarem em todos os momentos e por acreditarem desde sempre que eu seria capaz, por incentivar e não medir esforços para que eu pudesse sempre estudar, apoiando-me em todos os momentos, auxiliando e incentivando para a superação dos obstáculos e comemorando nas vitórias. Muito Obrigada!

Agradeço as minhas irmãs Vanessa e Bianca que sempre foram meu porto seguro e incentivadoras, e luz no meu caminhar e em todas as situações da minha vida, VANESSA que participou precisamente deste processo, do sonho, das dificuldades, das vitórias, das alegrias, das tristezas, dos choros, dos desesperos, das

idas a Pouso Alegre a noite e aos sábados e claro do sucesso. A chegada até aqui, também é sua; aos meus amados sobrinhos e afilhados: Leonardo e Théo por serem minha inspiração, motivo da minha persistência, do meu orgulho e das minhas realizações, espero ser os grande exemplo e porto segur de vocês meus amores. Sempre foi, é e será por vocês! Ao meu noivo Wagner, que foi meu grande parceiro, incentivador e luz no meu caminho, sempre me auxiliando e me guiando e compreendendo minha ausência e o cansaço em muitas vezes, te amo.

Qual é a coisa mais importante do mundo? “Tratar de que o mundo
seja digno para todas as vidas humanas, não só para alguns”
(LISPECTOR, 2020)

RESUMO

Formação continuada dos docentes no atendimento educacional especializado foi tema escolhido para estudo, e tem intuito de promover a reflexão sobre a concepção de educação inclusiva na atualidade. Para tanto, fez-se necessário estudar documentos, conhecer leis, assim como decretos que primam pela equidade e justiça, e para isso, é de fundamental importância se ater aos requisitos básicos que todo profissional necessita ter para se qualificar na área, de maneira a ter segurança, resiliência, compromisso com as diferenças existentes no ensino regular. Diante a isso, torna-se profícuo trabalhar o objetivo geral, o qual é investigar se as capacitações são coerentes as demandas das famílias e das crianças e entender quais são as barreiras que o impedem de buscar por novos conhecimentos, assim como as apresentar as possibilidades que podem contribuir para sua prática pedagógica. Deste modo, destacar a importância e relevância de uma prática pedagógica, a qual integre metodologias ativas, dentre a qual cita no texto a tecnologia assistiva, atividade com e sem o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação. Trabalhou-se também os objetivos específicos, investigar se os professores de AEE, buscam constantemente formação adequada as necessidades das crianças, buscou-se apresentar uma proposta metodologica através de uma pesquisa colaborativa, e verificar se os professores de AEE, buscam constantemente formações adequadas as necessidades das crianças. Em suma, é necessário reconhecer os problemas que tem dificultado o trabalho docente, dentre os quais pode-se dizer sobre a falta de capacitação e conhecimentos de recursos que viabilize o atendimento aos alunos com Necessidades Especiais, levando-os a ser mais ativo e participativo, no intuito de desenvolver autonomia e independência. Fez-se necessário levar ao conhecimento do educador e família o Método TEACHH, sendo este um modelo inovador desenvolvido pelo Psicanalista Dr. Eric Schopler, e de fácil compreensão para alunos com limitação na socialização. Realizou-se a aplicação dos questionários, os quais tiveram participação, a família, professores regentes, apoio e sala de recursos, e educandos em uma escola

do Sul de Minas Gerais. Nesse sentido, buscou a metodologia de pesquisa bibliográfica, tais como livros, teses de mestrado, resolução e outros. Espera-se com este estudo que a formação continuada de professores proporcione uma oportunidade para os profissionais terem experiência, diálogo com a produção de conhecimento científico e compreenderam que a educação é direito de todos. Espera-se ainda que este estudo promova um investimento sistêmico de maneira que possam superar as fragilidades, dificuldades identificadas, garantindo aos alunos o pleno direito de desenvolver-se e aprender de modo significativo.

Palavras-chave: Formação continuada. Método TEACHH. Professoras. Prática

SUMMARY

Continuing education for teachers in specialized educational services was the chosen topic for study, and its purpose is to promote reflection on the concept of inclusive education today. To this end, it was necessary to study documents, learn about laws, and decrees that prioritize equity and justice. To this end, it is of fundamental importance to adhere to the basic requirements that every professional needs to have in order to qualify in the area, in order to have security, resilience, and commitment to the differences that exist in regular education. In view of this, it becomes useful to work on the general objective, investigate whether the training is consistent with the demands of families and children and understand what barriers prevent them from seeking new knowledge, as well as present the possibilities that can contribute to their pedagogical practice. In this way, it is worth highlighting the importance and relevance of a pedagogical practice that integrates active methodologies, among which the text mentions assistive technology, an activity with and without the use of digital information and communication technologies. The specific objectives were also worked on, to

investigate whether AEE teachers constantly seek training appropriate to the needs of children, to present a methodological proposal through collaborative research, and to verify whether AEE teachers constantly seek training appropriate to the needs of children. In short, it is necessary to recognize the problems that have hindered teaching work, among which we can say about the lack of training and knowledge of resources that enable the service to students with Special Needs, leading them to be more active and participative, in order to develop autonomy and independence. It was necessary to bring to the knowledge of the educator and family the TEACHH Method, this being an innovative model developed by the Psychoanalyst Dr. Eric Schopler, and easy to understand for students with limitations in socialization. The questionnaires were applied, which had the participation of the family, regent teachers, support and resource room, and students in a school in the South of Minas Gerais. In this sense, the methodology used was bibliographic research, such as books, master's theses, resolutions and others. It is hoped that this study will provide continuing education for teachers with an opportunity for professionals to gain experience, dialogue with the production of scientific knowledge and understand that education is a right for all. It is also hoped that this study will promote systemic investment so that they can overcome the weaknesses and difficulties identified, guaranteeing students the full right to develop and learn in a meaningful way.

Keywords: Continuing education. TEACHH method. Teachers. Practi

LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.
CAT – Comitê de Ajuda técnica
TA – Tecnologia Assistiva
SRM – Sala de Recursos Multifuncional
SER – Superintendência Regional de Ensino
ONEES – Observatório Nacional de Educação Especial PDI – Plano de Desenvolvimento Individual
TEA – Transtorno do Espectro Autista
ACLTA – Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Digitais SAI – Serviço de Apoio à Inclusão
PECs – Sistema de Comunicação por troca de figura
TEACCH – Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children
OIT – Organização Internacional do Trabalho ONU – Organização das Nações Unidas PPP – Projeto Político Pedagógico
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica PNE – Plano Nacional de Educação
ANPEP – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação LEPED – Laboratório de Estudos e Pesquisa em Ensino e Diferença
NEE – Necessidades Educacionais Especiais TA – Tecnologia Assistiva
CSA – Comunicação Suplementar e/ou Alternativa TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação
TDIC – Tecnologia Digital de Informação e Comunicação APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE IMAGENS

FIGURA 1 – Jogos confeccionados pela pesquisadora	89
FIGURA 2 - Jogos confeccionados pela pesquisadora	89
FIGURA 4 - Jogos confeccionados pela pesquisadora	89
FIGURA 5 - Reunião com os pais para apresentação e confecção dos jogos	90
FIGURA 6 - Reunião com os pais para apresentação e confecção dos jogos	90
FIGURA 7 - Aula prática no computador com os alunos	91
FIGURA 8 - Formação com os pais, confecção de jogos e uso do computador	103
FIGURA 9 - Formação com os pais, confecção de jogos e uso do computador	103
FIGURA 10 - Formação com os pais, confecção de jogos e uso do computador	103
FIGURA 11 - Formação com os pais, confecção de jogos e uso do computador	103
FIGURA 12 - Jogos, material concreto e uso do computador com os alunos	107
FIGURA 13 - Jogos, material concreto e uso do computador com os alunos	107
FIGURA 14 - Jogos, material concreto e uso do computador com os alunos	107
FIGURA 15 - jogos, material concreto e uso do computador	107

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Levantamento de dados Bibliográficos	60
Quadro 1 - Levantamento de dados Bibliográficos	61
Quadro 1 - Levantamento de dados Bibliográficos	62
Quadro 2 - Informações Gerais dos Docentes	7

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 A importância da Formação Continuada e as Legislações para o professor da Educação Especial.....	29
2.1 Documentos e legislações referentes à Educação Especial : Declaração de Salamanca e BNCC no processo de Educação Inclusiva.....	37
3 A Educação Especial e Educação Inclusiva: O desafio dos usos da Tecnologias Digitais e o Atendimento Educacional Especializado	49
3.1. O atendimento Educacional Especializado.....	60.
3.2. Tecnologias Digitais.....	70
4 Percurso Metodológico.....	75
5 Relatos e contribuições Iniciais da Pesquisa.....	83
5.1. Levantamento de dados Bibliográficos.....	84
5.2. As Perspectivas e compreensão das professoras.....	102
5.3. O atendimento Educacional na Sala de AEE.....	116
5.4. As Contribuições da Pesquisadora para as Práticas educativa para AEE.....	124
5.5. Entrevistas com familiares e responsáveis.....	136
5.6. As crianças.....	146
5.7. Reflexões relevantes desta pesquisa sobre formação continuada: os processos educativos no AEE.....	151
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIA.....	166
Anexos	175

1. INTRODUÇÃO

A educação ouviu gritos de mudança desde algum tempo, e isso só foi perceptível nos últimos anos, como decorrência da situação atípica que afetou o mundo, com a emergência, entre outras questões, da pandemia, e que veio a tornar-se um problema em vários setores. Pais desinformados, e profissionais desatualizados e sem habilidade para trabalhar com novos métodos de ensino, encontraram várias barreiras no atendimento aos alunos que necessitavam de profissionais de atendimento educacional especializado. A observação da realidade foi deixando claro que a falta de atendimento qualificado a esses alunos poderia vir a comprometer o seu desenvolvimento.

Contudo, foi a partir de uma visão de educação tradicional que me decidi a escolher o tema de estudo dessa pesquisa, pois acredito que todo profissional deve se aperfeiçoar e buscar novos conhecimentos que lhe deem segurança no ato de ensinar. Com a COVID-19, os professores tiveram que ampliar sua visão de educação, ou seja, buscar uma educação inovadora que pudesse responder às necessidades apresentadas pelos alunos nesse contexto. O ensino híbrido foi uma dessas experiências. Assim, mesmo após o período de pandemia, essas novas habilidades, modalidades e percepções tornaram-se relevantes para pensar e refletir os processos educativos realizados nas salas de aulas. O que tudo isso nos trouxe de benéfico para pensarmos as metodologias utilizadas em sala de aula?

A educação especial está presente em minha vida desde a formação do Curso de Pedagogia, em que uma colega, sendo portadora de necessidades educacionais especiais, me mostrava suas dificuldades diárias, mas também suas vitórias e alegrias, e vibrávamos juntas com seu sucesso.

Quando comecei a lecionar, tive uma aluna com Síndrome de Down que me incentivou a fazer o Curso de Pós-Graduação em

Educação Especial. Isso foi decorrente da empatia que desenvolvi com minha colega de curso, pois senti na pele o sofrimento dela em relação às dificuldades de acesso. Por essa razão, como profissional da educação, busquei lutar pelo direito de todos os alunos, de modo que as pessoas com limitação tivessem as mesmas oportunidades que os demais. O maior obstáculo enfrentado nessa trajetória foram as diversas barreiras, desde as arquitetônicas, até a capacitação de professores, a inovação, os materiais didáticos

e os interesses dos alunos que, por terem falta de acessibilidade são vistos como incapazes.

Graduei-me em Pedagogia, e busquei atualizações que me permitissem conhecer as deficiências, assim contribuindo para que o ensino fosse de fato inclusivo. É claro que no início de minha atuação não foi fácil, pois estava dando os primeiros passos na profissão. Encontrei muitas dificuldades, em especial, em trabalhar com a área inclusiva, pois a Instituição não estava adaptada, e os alunos especiais tinham que se adaptar à realidade do ano de 2006. Nesse período, os alunos especiais eram integrados à instituição, e muitos não tinham participação ativa, eram somente ouvintes ou deixados de lado.

Mas a luta pela inclusão só estava começando. Exerci por dois anos a função de professora de apoio, e isso acendeu uma luz dentro de mim que me fez travar uma guerra com a direção da escola. Lutei fortemente pela inclusão, estudei, me aprofundei em vários documentos, e realizei a prova de avaliação para gestão escolar. Depois de alguns anos, me tornei diretora, e acredito que estou no caminho certo, pois busco incessantemente construir uma escola que atenda a todos, ou seja, uma escola que promova a educação para todos.

De acordo com as mudanças ocorridas na educação, nos últimos anos, foi necessário repensar como deve ser a educação do século XXI, levando as escolas a trabalharem o tema da formação continuada dos docentes do atendimento educacional especializado, cujas demandas pela inclusão estão crescendo na rede regular de

ensino.

É oportuno enfatizar as determinações das legislações que regem a vida escolar dos alunos, educadores e familiares. Nesse sentido, o direito de todos à educação está garantido na Constituição Federal de 1988, especificamente no Art. 205, que estabelece:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Brasil, 1988)

Contudo, torna-se importante comentar que devido à falta de capacitação de toda a comunidade escolar a respeito da diversidade e da inclusão, a educação atual é insuficiente no atendimento educacional especializado, considerando as exigências que a instituição precisa cumprir para ofertar um ensino pautado no respeito às diferenças. Para isso é necessário ter um profissional preparado, seguro, resiliente, e que lute pelos direitos de todos os alunos.

No intuito, de comprovar o direito dos alunos da área especial, a Declaração de Salamanca confirma o compromisso de educação para todos.

“Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação

Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em Assembleia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do Sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados”. (UNESCO, 1994, *online*)

É preciso que a escola regular assuma um papel de atendimento complementar e ou suplementar a esses alunos da educação especial, com propostas pedagógicas inovadoras que estejam alinhadas às necessidades educacionais especiais, de maneira a oferecer suporte necessário, no sentido de propiciar situações em que a aprendizagem desses alunos aconteça.

A educação, na atualidade, deve ver o aluno como sujeito de direito, que tenha garantida oportunidade para participar na

construção de novos saberes e, para isso, é imprescindível que o educador tenha ciência de que todos são capazes de aprender, de que a acessibilidade é essencial para que o aluno seja protagonista de sua história. Só assim, é possível dizer que a instituição está caminhando para a inclusão na prática, o que teoricamente é espetacular.

Igualdade de oportunidades implica em promover a acessibilidade. Nesse sentido, o Art. 3 da Lei nº 13.146/2015 estabelece o conceito de:

“acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”. (Brasil, 2015, *online*)

A pessoa enquanto provedora de desvantagens, na ausência de acessibilidade dos espaços e das relações. Por esta razão, os direitos dos alunos com deficiência precisam garantir que ele tenha condições necessárias para que possa aprender em seu ritmo e tempo, principalmente se tudo estiver a seu dispor, ou seja, acessível. O aluno com *necessidades educativas especiais* tem garantido o ensino de qualidade, equânime, tendo em vista que a legislação determina como deve ser o atendimento, evitando assim que sejam desrespeitados em relação às suas limitações.

Ciente de que não há deficientes, incapazes, mas sim sujeitos que encontram dificuldade devido à falta de acessibilidade, faz-se necessário investir numa proposta de educação que dê oportunidades para a construção de novos conhecimentos. A escola necessita atender os alunos de acordo com Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) que dá ênfase a um programa de educação para todos, evitando assim, que nesse campo educacional, haja preconceito e discriminação aos alunos com necessidades especiais.

O professor que almeja desenvolver as habilidades e competências de seus alunos, necessita substituir o ensino tradicional por uma proposta educacional que vise à transformação do aluno, capacitando-o para interagir e se comunicar, usando ferramentas

tecnológicas para seu melhor aproveitamento intelectual

A educação do século XXI requer um olhar inovador, pois de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), todos os alunos têm direito a uma educação de qualidade, e ciente disto, torna-se importante que o educador tenha formação para atender às demandas que são diversificadas. Contudo, pode-se dizer que a educação atualmente adquiriu um novo olhar, diante da situação atípica criada pela pandemia da Covid-19, quando se fez necessário refletir sobre o papel do educador do novo milênio e investir em uma proposta de trabalho que visasse à participação de todos os alunos.

O grande desafio educacional do momento é acompanhar a evolução e inovação e ter clareza de que é por meio dela que o educador desenvolve habilidades e competências próprias para atender à demanda escolar, tendo em vista que os modelos ultrapassados não atendem a uma significativa parcela dos educandos. É de extrema importância se ater às mudanças que o novo milênio provoca na vida das pessoas, mudanças essas pautadas na implementação de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), com práticas pedagógicas inclusivas. Esses recursos apresentam inúmeras funcionalidades que podem contribuir com a educação em todos os níveis de ensino. Trabalhando com a diversidade, o educador assegura ao aluno o desenvolvimento da autonomia e independência e desperta nele o pertencimento a uma comunidade; isso significa dar-lhe oportunidade para que assuma com responsabilidade os seus direitos como cidadão.

Nesse sentido, é essencial que a gestão escolar seja feita de forma democrática, acolhendo tanto os alunos com deficiência como também suas famílias. É importante nesse processo que haja ações que promovam a inclusão de todos, com “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”, conforme artigo 4º, inciso III, da Lei 9394/96.

Trabalhar com a diversidade exige do profissional docente capacitação, participação em eventos referentes à atuação e papel do profissional na educação do século XXI, especialmente no atendimento educacional especializado. É imprescindível para o processo de educação inclusiva a busca por novos conhecimentos, e para isso, é de suma importância que família e escola caminhem juntas, pois a proposta de trabalho inclusivo é desenvolver um trabalho engajador, pautado na ética e no respeito às limitações dos alunos, e isso depende da organização e do planejamento do educador e da família. Esse novo olhar para a educação só será possível se o educador estiver pautado nos estudos da Declaração de Salamanca e na Lei Brasileira de Inclusão, documentos estes que contribuem para o fazer pedagógico.

O educador que prima pela qualidade e equidade do ensino, na atualidade, utiliza-se de ferramentas metodológicas que viabilizam a construção de novos conhecimentos, de forma a contribuir para a aquisição e a formação de novos conceitos a respeito da educação especial, tais como o desenvolvimento da autonomia e a independência.

Nesse sentido, o objetivo principal desse estudo é investigar se as capacitações são coerentes as demandas das famílias e das crianças e ainda entender quais são as barreiras que o impedem de buscar por novos conhecimentos. Além disso, destacar a importância e relevância de uma prática pedagógica que integre metodologias ativas de ensino com e sem o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação.

Os objetivos específicos são: apresentar uma proposta metodológica através de uma pesquisa colaborativa, verificar se os professores de AEE buscam constantemente formações adequadas as necessidades das crianças e investigar se os professores de AEE, buscam constantemente formação adequada as necessidades das crianças

A pesquisa partiu da premissa de que todos são responsáveis

pelo ensino e aprendizagem, levando em consideração a participação ativa e efetiva dos pais, educadores e professora da sala de recursos, e isso requer que a instituição garanta um ensino inovador. No intuito de desenvolver o tema formação continuada dos docentes do Atendimento Educacional Especializado, foi realizada uma pesquisa de intervenção participativa em uma escola do interior de Minas, com alunos matriculados no Ensino Fundamental I e II. Realizou-se a intervenção com 16 (dezesesseis) alunos de ambos os sexos, professora de AEE, professores regentes e responsáveis pelos alunos, na ânsia de avaliar o rendimento e a prática pedagógica dos profissionais, pois a demanda de alunos com Necessidades Educativas Especiais tem crescido muito no ensino regular

.No intuito de captar a aparência do fenômeno em estudo e suas essências, utilizou-se a abordagem de pesquisa qualitativa para explicar a origem, mudanças e relações, intuindo suas consequências. Já em relação aos objetivos utilizou-se uma pesquisa exploratória, com o intuito de propiciar a familiaridade do pesquisador com o objeto de investigação, durante a pesquisa. Isso levaria o educador a reconhecer o espaço que viabilizasse a construção de hipóteses ou o tornasse mais explícito.

Fez-se um levantamento bibliográfico, por meio de artigos, teses, dissertações, livros, resoluções e leis sobre a temática em questão. Realizou-se ainda uma pesquisa de campo, na qual foram aplicados questionários e realizadas intervenções de capacitação de formação para os docentes que atuam no AEE da referida escola.

É importante salientar que educação inclusiva não se trata de inserir fisicamente, este ou aquele aluno, mas oferecer um ensino pautado no respeito, nas necessidades educacionais dos alunos e alunas em questão, nas adaptações necessárias, nas ações comunicativas entre os sujeitos que nelas estão, permitindo-lhes compartilhar medos e expectativas, bem como, levar família e educadores a apontarem o caminho para as transformações.

Desse modo, e considerando todas essas questões, tem-se

como problema de pesquisa a falta de formação continuada dos professores. Isso inclui a dificuldade e a insegurança do educador ao preparar o planejamento para que seja claro, objetivo e flexível para atender as demandas inclusivas na sala de aula, assim como construir um plano de ação que possa facilitar a aprendizagem do aluno, levando-o a concentrar sua atenção para realizar as atividades propostas. Importante ainda que esse processo educacional atinja a sociedade e a família, para que juntos possam construir um ambiente formador onde, de fato, o aluno está inserido. Mediante a isso, questiono, até quando os professores resistirão à capacitação formativa? E a família, não deve também ter preparo para ajudar nas atividades escolares? A proposta inclusiva da escola deve ser aberta à sociedade?

A falta de formação continuada e de preparo profissional para os professores lidarem com diferentes tipos de necessidades educativas especiais dentro das escolas, assim como o fato de a sociedade e a família não compreenderem como devem construir um processo formativo completo, robusto e digno para essas crianças, dificulta muito a vida dessas crianças. Muito se sabe sobre as leis e demandas de crianças com necessidades educativas especiais mas na realidade da sala de aula, os educadores muitas vezes não sabem como trabalhar.

Mediante tal questionamento, é possível refletir que a falta de capacitação de professores, e a desinformação dos pais, compromete a aprendizagem dos alunos com Necessidades Especiais, sendo este um problema ocasionado muitas vezes pelo comodismo e insegurança de enfrentar barreiras, ou seja, o desafio da inclusão não é fácil, mas é urgente e necessário.

Parafraseando Glat (2007, p. 163): quando a criança apresenta dificuldade na comunicação, é imprescindível o uso da comunicação alternativa, cujos símbolos têm como base as questões concretas do cotidiano da pessoa que utilizará, como as pranchas de comunicação que estão incorporadas ao repertório do aluno. Exemplificando, o aluno terá foto dos membros da sua família colados em uma folha, ou

pranchas, cujo símbolos poderão ser utilizado quando ele quiser se comunicar. Para tanto, é importante que a família tenha conhecimento e auxilie na organização das pranchas, e isso poderá ser utilizado em todos os espaços sociais.

No contexto escolar, para que haja a inclusão defendida em Lei, o professor precisa de formação. De acordo com o Documento do Ministério da Educação, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008, p.11), o docente que vai atuar na educação especial deve ter como base da sua formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das Instituições de Educação Superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

A dissertação está apresentada em quatro capítulos para destacar a relevância da temática da educação especial e do atendimento educacional especializado, o qual exige do educador a formação continuada, no intuito de ofertar um ensino pautado no respeito às diferenças. O primeiro capítulo trata da formação do professor no processo educacional do aluno, considerando as mudanças ocorridas no sistema, do que possibilitou a matrícula na rede regular de ensino a todos os alunos, tendo em vista o direito estabelecido na Constituição Federal de 1988 e afirmado na Declaração de Salamanca. Em decorrência do elevado número de alunos com Necessidades Educativas Especiais, fez-se necessário que os profissionais da rede buscassem por novos conhecimentos no intuito de assegurar o seu papel formador no desenvolvimento de habilidades e competências a todos os discentes.

No segundo capítulo são abordados o atendimento educacional especializado, e o uso de tecnologias, isso em

decorrência das inúmeras ferramentas que contribuem para a inclusão de todos os alunos no processo educacional, pois por meio da tecnologia é possível trabalhar a interação e a comunicação defendida na Base Nacional Comum Curricular imprescindíveis à formação das crianças.

No terceiro capítulo é feita a discussão sobre o percurso metodológico dessa pesquisa, a qual utilizou-se da metodologia de pesquisa qualitativa, com a intenção de entender os fenômenos relacionados à questão da prática do profissional de pedagogia. Para isso, foi importante trabalhar a pesquisa exploratória de forma a levar o pesquisador a ter familiaridade com o assunto em estudo, além de buscar fundamentos na consulta e pesquisa bibliográfica.

Para finalizar, o quarto capítulo relata a coleta de dados da pesquisa oriundos dos questionários, além da experiência e contribuição da pesquisadora, com o objetivo de expandir horizontes e propiciar que as famílias e professoras de AEE busquem incessantemente o aprendizado dos filhos e alunos matriculados na rede regular de ensino, construindo assim a tríade família, escola e sociedade.

“A maioria dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais demanda que sejam viabilizadas adaptações curriculares que oportunizem sua participação nas atividades escolares e aprendizagem de conteúdos e conceitos significativos, bem como de desenvolvimento dos aspectos intelectual, emocional e social”. (Glat, 2007, p. 161)

Conforme cita Glat (2007), é imprescindível que a gestão escolar esteja atenta à demanda do ambiente, e busque entender quais são essas necessidades, de forma a buscar meios propícios à inclusão dos alunos. Isso requer mudança de visão, reformas curriculares, reformas estruturais, tudo que possa ofertar um ambiente acolhedor onde os alunos se sintam inseridos, e encontrem profissionais capacitados que lhes deem atendimento educacional de qualidade, com justiça, resiliência e transparência no exercício da profissão.

Esse é um tema que exige muito do gestor escolar que não tem

como realizar mudanças na prática da escola, se não houver aprovação dessas mudanças no Projeto Político Pedagógico da Escola. Ou seja: toda ação do diretor e da comunidade escolar precisa ser efetivamente planejada, realizada, analisada e avaliada conforme as necessidades dos alunos, dos consensos e decisões dos diversos segmentos da escola, e de acordo com as normas legais que sustentam a prática escolar. É imprescindível que toda a equipe escolar esteja democraticamente engajada na tarefa da inclusão, e é por isso que a escola democrática é a porta aberta para que a inclusão seja vivida na sua integralidade.

2. A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA E DAS LEGISLAÇÕES PARA O PROFESSOR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Pelo uso da observação é possível perceber que a educação há anos vem revelando a importância e necessidade de mudanças, a começar pela retomada das práticas pedagógicas realizadas nas escolas. A vida nas escolas foi agravada, muito provavelmente, pela situação atípica vivenciada com a pandemia desde o final de 2019, o que comprovou ainda mais a urgência de serem pensadas as práticas pedagógicas inclusivas, a começar por meio de diferentes tecnologias e abordagens de trabalho. Por intermédio dessa reflexão foi possível perceber a necessidade de levar educadores a buscar por novos aprendizados, tendo em vista também a grande demanda de alunos especiais que buscaram acesso à rede regular de ensino.

“Frente a essas tendências, a educação precisará se transformar de forma a ofertar um ensino pautado na transparência, sendo flexível, resiliente e aberta às necessidades dos alunos. Mas, é preciso lembrar que a Covid-19, além de desvelar as piores facetas da nossa educação, também funcionou como uma aceleradora de futuros. Nesse sentido, algumas das tendências acima apontadas foram aceleradas, como a digitalização e automação, que pode ser simultaneamente uma maldição e uma bênção, como afirmei mais no início do texto. Maldição por substituir trabalho humano em vários setores por máquinas, e uma bênção por nos permitir, a partir de aprendizagens ocorridas no isolamento social vivido na pandemia, apoiar a ação de professores no processo de ensino-aprendizagem. Mesmo com a reduzida experiência que os docentes tinham no uso

de ferramentas digitais no processo de ensino-aprendizagem, a pandemia obrigou vários deles a aprender na prática, de forma a assegurar alguma forma de interação pedagógica com seus alunos”. (Costin, 2010, p.4)

Ciente de que a educação no modelo tradicional já não atende todos os alunos, é preciso inovar e incluir na prática pedagógica estratégias de ensino que atraíam a atenção dos alunos no processo de construção do saber. A escola se torna ineficiente quando fecha as portas para a inovação tecnológica, pois o aluno na sua vida fora da escola está inserido num ambiente informatizado, onde tudo é novo. A escola precisa romper com sua proposta tradicional e assimilar os avanços da tecnologia para dialogar com o novo. Naturalmente, desafiar o novo requer quebra de paradigmas e de barreiras, que pela sua novidade só é problema para o corpo docente e diretivo, pois para os alunos é realidade bastante conhecida. Se a educação atual olhar para educação com novo olhar, muitas das aparentes dificuldades cairão por terra.

Cabe aqui salientar sobre as dimensões necessárias que o educador do século XXI deve se propor a seguir. Conforme Almeida (2020, p. 147):

“O docente do ensino híbrido precisa cuidar das 4 dimensões a seguir que são as que compõem o fazer pedagógico da escola transformadora, da escola deste tempo, da escola misturada. Da escola em *blended learning*, são elas: Dimensão pedagógica do ensino híbrido, é levar o educador a se abrir ao novo, desconhecido, inovador, é escutar o aluno que está cansado de salas de aula enfileiradas. Dimensão tecnológica do ensino híbrido, superação do professor, vencer os obstáculos, ter uma visão de que o educador e a tecnologia carregam uma marca de exclusão social, e isso devido à falta de conhecimento, é preciso inovar. Dimensão didática do ensino híbrido, encontro do curador e aluno, ou seja, é aquele que escuta os desejos e angústias de seus alunos, é acompanhar o aluno. Dimensão pessoal do ensino híbrido, sair da frente do quadro negro e avançar por novos horizontes, pois a tecnologia trouxe novas possibilidades”.

Com base nesse fundamento, pode-se dizer que a educação precisa se transformar, pois vive-se num mundo globalizado, onde tudo e todos são controlados por tecnologias, e isso leva à reflexão sobre o fato de que a pedagogia, que significa *conduzir a criança*, deve ser a

primeira a evoluir, pois é através da atuação de professores que se formam alunos capacitados a lidar com as máquinas, que hoje estão substituindo o homem. Diante dessa realidade o homem não pode ficar estagnado, ele deve aprender a lidar com a máquina, no intuito de evitar que a máquina o controle.

A tecnologia para o educador parece ser algo inusitado, fato que foi comprovado pela sua inabilidade em trabalhar com essa ferramenta nos anos em que a Pandemia da Covid-19 afetou a educação. No entanto, é imprescindível que o educador se abasteça de novos conhecimentos, considerando que a educação do século XXI exige profissionais com diferentes habilidades e competências, que estejam seguros quanto ao fato de que a sua escolha profissional envolve o domínio da tecnologia como mais uma de suas habilidades para o exercício das atividades docentes.

Na atual conjuntura existem profissionais que temem novos desafios, tais como a inclusão digital e a inclusão social, duas referências na educação que exigem habilidades específicas. Os tempos atuais primam por profissionais capacitados, considerando que todos têm direito à educação de qualidade, e por isso a afirmação da importância da formação continuada.

É inadmissível pensar que educadores que formam homens e mulheres construtores de novos saberes, temem o novo. Que espécie de profissional esse educador almeja ser? A educação requer homens e mulheres com sabedoria, que tenham estratégias de ensino viáveis à formação de uma cidadania ativa e responsável, e isso significa que todos sejam inclusos, em especial, alunos com limitação no ensino e aprendizagem.

A formação continuada do docente é tão importante que pode contribuir para o processo educacional como um todo, considerando que possibilita a construção de conhecimentos voltados à mudança de olhar e de paradigmas em relação a tudo, e no caso, à inclusão de todos os alunos e alunas nas aulas.

Diniz (2006, p. 41) menciona que,

“...a adequação da função das escolas especiais não se dará somente no campo legal, mas sim à medida que houver abertura social para tal. É necessário, então, que se estabeleçam alguns parâmetros para uma mudança gradual, com o objetivo de orientar o processo de reorganização do atendimento educacional às pessoas com deficiência e condutas típicas e altas habilidades como um todo”.

O professor passa pela formação inicial que lhe dá as bases para a docência. Para Libâneo (2004, p. 227)

“o termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios”. No entanto, essa formação inicial não é suficiente para os enfrentamentos na prática docente, sendo necessária a formação continuada. De acordo com Libâneo (2004, p. 227), “a formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional”.

A formação continuada de professores sempre foi essencial, mas atualmente ficou ainda mais necessária tendo em vista que os estabelecimentos educacionais regulares passaram a atender os alunos com necessidades especiais. De acordo com o Art. 4º da Lei 9394/96, “o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

“III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)”. (BRASIL, 1996, *online*)

Esse tipo de atendimento demanda dos docentes a formação contínua que pode possibilitar ao educador ter mais segurança e domínio no atendimento às demandas, que na atualidade são um desafio para esses profissionais. Na Resolução CNE/CP nº 02, de 1º de julho de 2015, no Art. 16, fica determinado que:

“A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente”. (Brasil, 2015, p. 13)

É importante salientar que a formação continuada é um processo pelo qual o educador desenvolve sua atuação, levando-o a refletir e analisar o espaço escolar no intuito de tomar decisões de acordo com os conhecimentos adquiridos. Essa formação possibilita ao docente buscar cotidianamente fazer a troca de experiências que viabiliza para a sua atuação, a renovação da prática associada à teoria, tão necessária ao desenvolvimento pedagógico.

Segundo Nóvoa (2019, p.6), “essa formação necessita convocar questões práticas na formação profissional” e ainda “compreender a complexidade da profissão em todas as suas dimensões (teóricas, experienciais, culturais, políticas, ideológicas, simbólicas, etc.)”. Desse modo,

“A proposta de elaboração do Projeto Pedagógico (PP) deve objetivar a busca por alternativas e a revisão de procedimentos na organização do trabalho pedagógico, permitindo a estruturação e o domínio do processo educacional pelos educadores. Nesse trabalho, estamos definindo, de acordo com VEIGA (1998), projeto político pedagógico como: ação intencional, com sentido explícito e com um compromisso definido coletivamente, construído e vivenciado em todos os momentos e por todos os envolvidos, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias para que as escolas cumpram seus propósitos e sua intencionalidade”. (Diniz, 2006, p.20)

Sendo assim, é de fundamental importância que a participação da tríade educação, família e sociedade, esteja engajada no processo de ensino e aprendizagem das crianças. Isso requer diálogo, interação para criar ações que visem o pleno desenvolvimento do aluno, e por essa razão, a construção do Projeto Político Pedagógico deve seguir um parâmetro para sua construção, de forma que a escola seja democrática e aberta a escutar as necessidades de pais e responsáveis. Nesse intuito,

“A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 1. 996, em seu artigo 13, inciso I, coloca como uma atribuição dos docentes “participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.” No entanto, ressalta-se, que por força do princípio constitucional da gestão democrática, a construção do projeto político-pedagógico deve ter a ampla participação dos atores sociais da escola: alunos, professores, equipe gestora, funcionários, pais e até mesmo representantes da comunidade local”. (LDB 9394/96)

A formação continuada é um processo que deve fazer parte do

cotidiano profissional dos professores, pois proporciona a construção de conhecimentos que auxiliam na resolução de problemas, e oferece subsídios para que o educador encontre diversas possibilidades para conduzir e orientar os alunos na construção de novos saberes. A formação continuada dos professores permite-lhes entender a importância das políticas educacionais e o seu papel na disseminação de suas práticas, no intuito de democratizar a educação levando o ensino a todos, e fazendo do aluno um construtor do seu conhecimento. De acordo com Nóvoa (2017, p.3), "estamos perante um momento crucial da história dos professores e da escola pública. Precisamos repensar, com coragem e ousadia, as nossas instituições e as nossas práticas".

De acordo com Freitas et al, 2014, p. 69):

"O projeto pedagógico não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo. Não é feito para ser mandado para alguém ou algum setor, mas sim para ser usado como referência para as lutas da escola. É um resumo das condições e funcionamento da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma – sob o olhar atento do poder público".

Nesta perspectiva, Veiga, (1995, p. 1) diz:

"O projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos com o processo educativo da escola".

Considerando tal fundamentação, é importante que o educador tenha ciência de seu papel na educação, e lute pelos direitos de todos, e assim sendo, é oportuno citar sobre a sua participação no Projeto Político Pedagógico (PPP) da sua escola, a qual dá à ela a autonomia para a tomada de decisões, e que inclui investimentos para assistir crianças mais vulneráveis e exigir dos governantes capacitação educacional aos servidores.

Para Vasconcellos (2014, p. 169),

"O Projeto Político-Pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um

elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação”.

O PPP é o plano global da escola pois apresenta um conjunto de diretrizes organizacionais, operacionais e pedagógicas da escola, que expressam e orientam suas práticas, documentos e demais planos - como o Regimento Escolar, Planos de Ensino e Aprendizagem e Projetos Escolares, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

Contudo, é de suma importância mostrar que a educação precisa mudar para se adaptar aos novos tempos e que, conseqüentemente, todos os participantes do ambiente escolar devem fazer o esforço para mudar. Para isso é fundamental se ater à necessidade de investir numa pedagogia que tenha olhar de futuro, pois a cada ano novos desafios adentram a escola, e isso significa que o profissional deve estar atento à importância de construir ou ajustar o Projeto político Pedagógico junto com a equipe, traçando ações que viabilizem a formação continuada do educador e educando, para que assim os profissionais possam caminhar junto com a família e comunidade.

Nesse sentido, para que o ensino tenha qualidade, a gestão escolar deve acompanhar e incentivar a participação de todos, assegurando aos educandos o direito de estudar e aprender.

2.1. Documentos e Legislações Referentes à Educação Especial: Declaração de Salamanca e BNCC no processo formativo do professor de educação inclusiva

Com base no estudo de Castro e Carvalho (2009, P. 15), a educação passou por momentos complicados, se olhada na perspectiva dos conceitos atuais, pois na antiguidade, quando as crianças nasciam, eram submetidas à avaliação dos anciãos, que realizavam uma espécie de anamnese em cada criança. Após a avaliação, se apresentasse algum problema ou anormalidade, era

retirada do convívio social e jogada do precipício, e a razão era que não apresentava condições de sobreviver num mundo rodeado por dificuldades. As outras recebiam a formação do Estado.

Com o passar dos anos, elas passaram a ser atendidas por religiosos, mas isso não era suficiente, pois ainda eram abandonadas e não tinham oportunidades. Essa situação perdurou por séculos. As crianças eram vulneráveis, pois o preconceito e a discriminação falavam mais alto, e por essa razão, eram excluídos da sociedade. Mais ou menos a partir do século XVIII, as pessoas com anormalidades foram sendo reconhecidas e atendidas em instituições especializadas.

De acordo com Glat (2007, p. 38):

“Todos sabem quanto é difícil realizar o novo, principalmente quando não se recebe adequada preparação para fazê-lo. Isso ocorre com as adaptações curriculares. Nos cursos de formação de professores teoriza-se sobre Educação Inclusiva, em aulas comumente esvaziadas do “tom” e do teor didático-prático e político que é necessário, e não se “mergulha” seriamente no assunto. Ao lidar diretamente com os alunos, no cotidiano da escola, os docentes são invadidos por sentimentos que vão da perplexidade à frustração, da exaustão à impotência. Não sabem o que fazer, nem como ensinar a esses alunos”.

As pessoas com deficiências sofriam pois não tinham acesso a condições que favorecessem suas limitações. Eram consideradas como incapazes, seres sem condições mínimas de exercer qualquer função. É possível dizer que o termo deficiência é diretamente decorrente da falta de acessibilidade constatada nas sociedades humanas, ao longo da história. Nesse sentido, Diniz (2006, p. 19) salienta:

“...nesse movimento de mudanças, a escola tem uma importante função e deve ter condições para desempenhá-la com mais segurança e clareza. Para isso, é preciso que haja investimentos na materialidade das escolas, na formação dos docentes e na valorização dessa atividade. Por outro lado, se não houver uma abertura para o trabalho com a diferença, em toda a sua amplitude, se a diferença presente no outro for uma pré-condição para que ele não seja reconhecido como outro, se os referenciais escolares continuarem os mesmos, não há caminho para a inclusão, ela se torna uma proposta vazia e sem direção”.

Em contrapartida com o modelo de educação segregacionista, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, Lei nº 4024/61 cita, especialmente nos artigos 88 e 89 a importância de o ensino incluir o

aluno na comunidade escolar, e de o Estado prover a educação desses alunos. Dez anos após, a lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 5692/71) foi atualizada, mas somente em 1988, a Constituição Federal afirmou que a educação é direito de todos, tendo como objetivo ressaltar o tratamento igualitário e justo que deve ser dado a todos os cidadãos.

Assim sendo, outras leis contribuíram para o acesso dos alunos com Necessidades Especiais à rede regular de ensino, tais como a Lei 7.853/89. Em 1990, foi promulgada a Lei nº 8.069 do Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescentes.

"A escola será um espaço inclusivo se, nela, nas suas dimensões físicas: nas salas de aula, nas dependências administrativas, nas áreas externas e em outros aspectos que envolvem sua arquitetura e engenharia, permitirem acessibilidade física com a maior autonomia possível, em especial para alunos com deficiência. A escola será um espaço inclusivo se houver articulação entre as políticas públicas que garantam aos cidadãos o exercício de seu direito à educação, como um bem". (CARVALHO, 2008, p. 98)

Contudo, foi em 1994, que a situação das pessoas com deficiência tomou outro destino, isso decorrente de uma convenção que ocorreu em Salamanca, na Espanha, que defendeu os direitos dos alunos especiais, e de suas respectivas famílias. A Declaração de Salamanca, segue a linha de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais, cujo objetivo é orientar organizações e governos em suas práticas, de maneira que acolham todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas dentre outras. Propõe-se dessa forma, que as escolas comuns acolham tanto as crianças com deficiências, como as quem possuem altas habilidades, assim como, aquelas das mais variadas origens e contextos sociais.

Diniz, (2006, p. 16)

O mundo vive em constante transformação, e isso significa que somos seres em constante evolução, portanto, nossas ações, atitudes devem acompanhar a evolução e inovação. É pertinente dizer que a educação é ponte que conduz o homem a busca por novos conhecimentos, tornando-se capaz de construir seu próprio saber. E para desenvolver habilidades e competências inerentes ao desenvolvimento da autonomia e independência, é importante a participação de todos, de forma individual e/ou coletiva, pois é por meio da interação, da troca de experiências que se constroem novos conhecimentos.

O Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração firmada em Jomtien, em 1990. Reafirmou essa opção em 1994, na Declaração de Salamanca que define princípios que orientam a política e a prática em Educação Inclusiva. Essa Declaração fomentou polêmicas posteriores no Brasil entre o modelo da integração escolar e o que, então, passa a ser apontado como Inclusão e Educação. Pela sua importância, destacam-se aqui, dos seus princípios:

- “- Todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação, bem como a oportunidade de obter e manter nível aceitável de conhecimento;
- Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagens que lhes são próprios;
- Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda gama dessas diferentes características e necessidades;
- As pessoas com necessidades educacionais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão incluí-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades;
- Adotar como força da lei ou como política, o princípio da educação inclusiva que permita a matrícula de todas as crianças em escolas comuns (...).” (DINIZ, 2006, p. 16 apud Declaração de Salamanca: UNESCO, 1994)

Por sua vez, a falta de conhecimento sobre essa trajetória da educação inclusiva tem levado muitos a perder a essência e a identidade desse princípio, e em razão disso, a desvalorização do homem tem afetado a tríade família, educação e sociedade.

Partindo da premissa de que a Convenção de Salamanca, ocorrida na Espanha, em 1994, trouxe um novo perfil à educação brasileira, colocando em prática ações que até então eram apenas princípios teóricos, é preciso continuar investindo numa educação inclusiva efetiva, que requer adaptações curriculares e estruturais. Desse modo,

“...há pelo menos três décadas, a escola ouve um eco, que, lá de longe, trazo barulho da transformação. Há anos ela ouve, dos alunos, que não os atende mais, e que métodos e metodologias já não contemplam suas necessidades. Porém, embora ouça isso há muito tempo, a escola instituiu na demora, na conservação dos métodos, na tradição do ensino imutável: carteiras enfileiradas, livros com as páginas abertas onde o professor determina, e planejamentos feitos de longe das demandas dos estudantes. (Almeida, 2020, p.17).

Para atender à demanda na educação, o educador deve estar

ciente dos desafios, e para garantir os direitos do aluno, é preciso promover o seu contato com outras experiências, incluindo aí a tecnologia digital. É imprescindível, na atual conjuntura, considerar que a rede tecnológica propicia uma gama de informações, tornando-se enriquecedora para conhecimento do aluno, mas é óbvio que para o aluno ter acesso, o educador precisa orientar, ser tutor que fomenta o interesse, no intuito de levá-lo a ser protagonista na atualidade, ou seja, na era digital.

De acordo com o documento da UNESCO (1994, p. 17),

“As escolas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Nesse sentido,

devem incluir-se crianças com deficiência ou superdotadas, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações imigradas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.”

De acordo com esse pressuposto, desde 2017, as Instituições Escolares foram orientadas a trabalhar com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que orienta o fazer pedagógico.

Silva (2017, p. 8);

“A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo, que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DNC)”.

Estudar a BNCC é propiciar uma educação pautada na renovação de conteúdos pragmáticos, pois ela traz uma atualização em seu documento que viabiliza a todos os alunos de forma global e integrada conceitos inerentes ao desenvolvimento da aprendizagem, considerando o desenvolvimento de competências e habilidades.

Uma das transformações que se encontra no documento da

BNCC é a importância da participação de todos os alunos, assim como a mudança do ensino de Educação básica para o período de 9 anos, iniciando com alunos de 6 anos.

A BNCC trabalha com alunos de Educação Infantil até o Ensino médio, e para cada nível educacional, a base traz conceitos de extrema importância para desenvolvimento da autonomia e independência, assim como competências e habilidades inerentes a uma boa formação. Na educação infantil, a Base leva educadores a trabalhar os direitos de aprendizagem, pois cuidar e educar é o foco para que a aprendizagem de alunos pequenos aconteça de forma plausível. Nesse sentido, ela traz experiências de aprendizagens imprescindíveis ao desenvolvimento integral e global dos alunos.

Já para alunos da Educação Básica, a BNCC traz dez competências que contribuem para o desenvolvimento de valores, levando os alunos a aprenderem

conceitos básicos para a vida em sociedade, e isso significa romper com barreiras no intuito de incentivar a prática de ensino pautado no respeito, equidade e justiça.

Parafraseando (Silva, 2017, p 9), as competências gerais da educação buscam valorizar e utilizar conhecimentos que ajudem a explicar e a entender a realidade, assim como colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva; exercitar a curiosidade intelectual, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, no intuito de formular e resolver problemas; valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais; utilizar comunicação em suas diversas linguagens, com a intenção de expressar e partilhar informações, experiências, ideias, sentimentos; compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais. Assim, é importante, valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais, de forma a ter ações de acordo com o exercício da cidadania; ter conhecimentos que viabilizem a boa argumentação com base em fatos, dados e informações

confiáveis para a tomada de decisões respeitando os direitos humanos; ter autoconhecimento e cuidar da saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e a dos outros; e desenvolver a empatia e a cooperação, tendo responsabilidade quanto ao exercício da cidadania.

Incentivar o aluno a buscar por novos conhecimentos, é papel exclusivamente da educação, mas isso não significa que a escola assume todo compromisso no ato de formar alunos críticos, ativos, criativos. Cabe também à família assumir seu papel, ajudando o educador a incentivar o desenvolvimento do pensamento científico, a valorização do repertório cultural, a interação, a cultura digital, de forma a dar ao aluno condições para executar projetos de vida, e isso requer que professores e educandos saibam argumentar. É preciso levar o aluno a ter autoconhecimento, empatia e responsabilidade cidadã.

Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequadas às diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação à Distância), atendendo-se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Especial (2020) , a qual traz no capítulo V, nos artigos 58 e 59, orientações a respeito da Educação

especial e atendimento educacional especializado aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

No caso da Educação Escolar indígena, por exemplo, isso significa assegurar competências específicas com base nos princípios da coletividade, reciprocidade, integralidade, espiritualidade e alteridade indígena, a serem desenvolvidas a partir de suas culturas tradicionais reconhecidas nos currículos dos sistemas de ensino e nas propostas pedagógicas das instituições escolares. Significa também, em uma perspectiva intercultural, considerar seus projetos educativos, suas cosmologias, suas lógicas, seus valores e princípios

pedagógicos próprios (em consonância com a Constituição Federal, com as Diretrizes Internacionais da OIT – Convenção 169 e com documentos da ONU e Unesco sobre os direitos indígenas) e suas referências específicas, tais como: construir currículos Interculturais, diferenciados e bilíngues, seus sistemas próprios de ensino e aprendizagem, tanto dos conteúdos universais quanto dos conhecimentos indígenas, bem como o ensino da língua indígena como primeira língua. (Silva, 2017, p.17).

As Diretrizes Curriculares para a Educação Especial (2020) são esclarecedoras a respeito do atendimento educacional especializado e sobre a oferta de um ensino pautado no respeito às diferenças, de forma a mostrar que a equidade e justiça deve ser sempre trabalhada nas Instituições de Ensino, e isso requer um profissional transparente, resiliente e flexível.

“Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação regular”. (Ministério de Educação, 2020)

Para tanto, é de extrema importância que a equipe escolar saiba da necessidade de mudança, considerando os direitos do educando, e as mudanças exigidas para implantação de uma escola inclusiva dentro dos parâmetros educacionais, os quais deve ser citado também no Projeto Político Pedagógico.

“Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I- Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II- Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III- Professores com especialização adequada em nível médio ou

superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV- Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V- Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular". (Ministério da Educação, 2020)

Os profissionais da educação precisam estar atentos às informações cabíveis a respeito de melhorias educacionais, assim como sobre a questão da formação continuada, no que se refere a pessoas com necessidades educativas especiais. O documento "Declaração de Salamanca" apresenta as "Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências". Nesta Declaração, consta que todos devem assegurar:

"[...] o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional. Notando com satisfação um incremento no envolvimento de governos, grupos de advocacia, comunidades e pais, e em particular de organizações de pessoas com deficiências, na busca pela melhoria do acesso à educação para a maioria daquelas cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas; e reconhecendo como evidência para tal envolvimento a participação ativa do alto nível de representantes e de vários governos, agências especializadas, e organizações intergovernamentais naquela Conferência Mundial". (UNESCO 1994, p. 1)

Dando ênfase ao que foi apontado até o momento, destaco a Declaração de Salamanca (1994), como documento extremamente relevante para a discussão e abordagem da Educação numa perspectiva de Educação Inclusiva. Com este documento, a educação passa a ter a incumbência de atender a todos os alunos, pois ele considera que todos são capazes de aprender, e, portanto, as instituições educacionais necessitam estar preparadas para fornecer um ensino pautado no respeito às diferenças. Esse contexto requer escolas adaptadas e profissionais capacitados, de maneira a assegurar um ensino de qualidade a todos os alunos, sem distinção.

Nesse sentido, toda mudança ocorrida na instituição escolar perpassa pelas políticas educacionais, que são estabelecidas pelo Estado em relação à educação. A BNCC (2018) é o documento que

orienta o fazer pedagógico, considerando como essencial a relação teoria e prática, que auxilia no desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais à vida. Acentua-se no Brasil uma diversidade cultural, e profundas desigualdades sociais, no entanto, os sistemas e redes de ensino devem adequar seus currículos, elaborar propostas pedagógicas que valorizem as necessidades, oportunizando-os a construir suas identidades linguísticas, étnicas e culturais.

Nesse processo, a BNCC desempenha papel fundamental pois explica as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. Essa igualdade deve valer também para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica de modo que o direito de aprender se concretiza. (Brasil, 2018, p.15)

A BNCC é uma política curricular nacional que apresenta orientações para que a educação seja norteada por objetivos e unidades temáticas, por meio de metodologias de ensino em que os alunos possam desenvolver competências gerais, e para que a educação básica atenda às demandas de formação para a atualidade.

Paula (2012, p. 53) diz;

“Na Escola Inclusiva, o processo educativo deve ser entendido como um processo social, em que todas as pessoas com necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal. O alvo a ser alcançado é a integração da criança com deficiência na comunidade. Uma Escola Inclusiva deve ser líder em relação às demais. Ela se apresenta como a vanguarda do processo educacional. O seu objetivo principal é fazer com que a escola atue por meio de todos os seus escalões para possibilitar a integração das crianças que dela fazem parte”.

De acordo com Almeida (2020, p. 21);

“Se a inclusão é uma das bandeiras da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e de toda sociedade, ela só se faz com planejamento personalizado. Isso quer dizer que quando a escola entende que cada aluno é único, o processo fica focado no potencial dele e não na “falha” que ele apresenta em relação aos alunos idealizados. Toda essa condição faz com que, no ensino híbrido, o aluno tenha atendida a sua necessidade de ser respeitado em todas as dimensões da busca pelo conhecimento acadêmico”.

Zeglin (2017, *online*) diz que a BNCC estabelece uma base comum para a educação em todo país, e isso significa que

“...todos os alunos devem ter acesso aos mesmos conteúdos e aprendizagens fundamentais, independentemente da região ou da rede de ensino em que se encontram. Isso contribui para garantir a equidade e a qualidade do ensino em todo o território nacional. A BNCC reconhece a diversidade dos alunos e a necessidade de promover uma educação inclusiva que atenda às necessidades de todos. Para as crianças com deficiência intelectual, a BNCC destaca a importância de trabalhar habilidades socioemocionais, como autoconhecimento, empatia, comunicação e cooperação. Além disso, ela orienta as escolas a oferecerem atividades e recursos que possibilitem o desenvolvimento cognitivo e motor, respeitando as especificidades de cada aluno. As escolas devem considerar as características individuais dos alunos com deficiência intelectual e adaptar o currículo e as atividades conforme as necessidades de cada um. Isso pode envolver o uso de recursos didáticos diferenciados, flexibilização de prazos e metodologias, além de um trabalho colaborativo com as famílias e profissionais da saúde”.

Com base no programa, é de suma importância que as escolas estejam engajadas na proposta de educação que leva o aluno a ser incluso, e para isso, a instituição deve estar amparada adequadamente para incluir as necessidades do aluno, acolhendo o mesmo como um todo, independentemente de sua limitação.

A formação continuada na educação requer um novo olhar, haja vista que os professores necessitam de um dinamismo e formação específicos, pois o ato de educar envolve formar cidadãos competentes e com habilidades para viver em sociedade. É preciso desenvolver nos alunos a empatia, levando-os a refletir sobre as barreiras que muitos alunos com Necessidades Educativas Especiais enfrentam ao longo da vida. São desafios educacionais que precisam de um novo olhar, e por isso, a intenção de realizar este estudo foi afirmar o processo de formação continuada dos docentes como fundamental, para que todos possam refletir e aprender sobre diferentes perspectivas para atuação em salas de atendimento educacional especializado.

É importante ressaltar que a educação necessita de profissionais que primem pela melhoria da educação, e isso requer docentes que invistam na sua profissão, e que pesquisem quais ferramentas de ensino contribuem para a adequação do ensino

pautado no respeito à igualdade e à equidade.

Por isso é imprescindível ao educador a formação continuada, de forma a levá-lo a acompanhar a evolução do Sistema e a inovação na sociedade, pois toda a pessoa é um ser inacabado, capaz de crescer com o processo educativo.

3. A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, O DESAFIO DOS USOS DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Pensando na educação do novo milênio, faz-se necessário refletir sobre o papel da educação no que tange ao Atendimento Educacional Especializado e ao uso de tecnologias digitais, de forma a incluir todos os alunos no processo educacional. Importante ainda comentar sobre o ensino híbrido, uma realidade educacional que prima pela igualdade, equidade e justiça, tendo em vista a globalização que vem crescendo no mundo, e ampliando a visão dos alunos. Contudo, é importante que o educador tenha sabedoria para trabalhar com as mídias sociais, associando-as aos trabalhos pedagógicos.

Almeida (2020, p. 146), orienta o fazer pedagógico online;

- “- autocontrole ao ministrar o tempo e o ritmo do aprendizado do aluno;
- garantir que cada atividade seja apropriada para o momento em questão e para a plataforma ou suporte adequados;
- diversificação das opções quanto ao meio para aprender: livro, notebook ou celular;
- autonomia de buscar informações adicionais, caso seja do interesse do aluno
- ouvir e perceber o que o aluno e a família estão buscando e esperando da escola;
- não se perder quanto aos objetivos do projeto político pedagógico da escola, dentre outros argumentos”.

Almeida (2020, p. 147) também comenta sobre as quatro dimensões do trabalho pedagógico que são essenciais ao educador, no intuito de reafirmar a necessidade de uma formação contínua, que tem como objetivo dar segurança, dinamismo e flexibilidade ao ato de ensinar.

“Neste sentido, é preciso cuidar das quatro dimensões. Dimensão pedagógica do ensino Híbrido, desafio do educador é abrir para novo, estar apto para atender às necessidades do aluno, sendo inovador; a dimensão tecnológica do ensino Híbrido é vencer as barreiras do uso e do domínio das tecnologias, é ultrapassar os limites do educador, é investir em novas estratégias de trabalho; dimensão didática do ensino híbrido, é ser orientador para que o aluno desenvolva o hábito de estudar, saber ouvir e estimular o aluno a buscar por novos conhecimentos; a dimensão pessoal do ensino híbrido é incentivar o aluno a ser protagonista, o professor deixar o centro das atividades pedagógicas, e inserir o aluno no mundo educacional, onde ele seja capaz de construir novos saberes”.

Acredita-se que no pós pandemia a realidade educacional precisará mudar, tendo em vista que a educação tradicional já não atende os alunos, e de acordo com a demanda inclusiva, alunos precisam ser estimulados e incentivados a buscar por novos saberes, e isso significa levá-los a sair do comodismo e ir em busca de novos aprendizados. Sabe-se que por meio da tecnologia digital, os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) têm ferramentas fundamentais que os ajudam a ter comunicação e a expressar seus sentimentos e emoções, e para isso é imprescindível que os educadores entendam as vantagens que a mídia social traz para a vida dos alunos, além de levá-los a entender que os alunos do novo milênio já trazem uma boa bagagem de informações no que tange à tecnologia

“O que quero dizer com isso é que a tecnologia e o espaço digital estão contemplados e cotejados na BNCC. Fora o fato de que, pelo menos nos últimos 30 anos, estamos pensando e operacionalizando técnicas e formas para ensino mediadas pela tecnologia. Essa bandeira já nos acompanha há três décadas, porém, dada a resistência do educador e da escola em pensar no novo processo metodológico, temos adiado as tomadas de decisão sobre o que fazer para a efetiva implantação da educação mediada pela tecnologia. Acredito, ainda, que mesmo antes disso acontecer, temos que assumir uma posição – a de que acreditamos na tecnologia”. (Almeida, 2020, p. 41)

A educação especial está contemplada na Constituição Federal (Brasil, 1988), ao determinar em seu Art. 208 que a educação é dever do Estado estabelecendo as garantias que devem prevalecer, dentre as quais: “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Entende-se deficiência como definido no Art. 1º do Decreto nº 3.956/2001, “[...]”

uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”.

Sobre os direitos à educação especial a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, em seu capítulo V, estabelece:

“Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). (Brasil, 1996)

Quando se tem que promover a inclusão, a escola é impactada, especificamente, ao defender o direito das pessoas com deficiência de serem incluídas na sala de aula, denunciando “o modelo de Educação Especial vigente que substituiu o ensino regular e mantém soluções paliativas e excludentes para as questões relativas a problemas de aprendizagem” (Santos et al., 2017, p. 410).

“Inúmeras são as dimensões de análise do fenômeno educativo dentre as quais destaco a social, a pedagógica e a política. Para concretizar-se como ato político, tal como nos ensinou Paulo Freire (1993), a educação deve superar a orientação mecanicista, permitindo ao ser humano ampliar sua capacidade de refletir, escolher e decidir, tornando autor e gestor de seu projeto de vida. Ou, como diz Gadotti (1993), educação é prática fundamental da existência histórico-cultural dos homens, tendo importante papel no próprio processo de humanização do homem e de transformação social”. (Carvalho, 2008, p. 43)

A educação do século XXI requer um olhar inovador, pois de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), todos os alunos têm direito a uma educação de qualidade, e ciente disto, torna-se fundamental que o educador tenha formação para atender às demandas educacionais diversificadas. Contudo, pode-se dizer que a educação atualmente imprimiu um novo olhar, diante da situação atípica com a pandemia da Covid-19, quando se fez necessário refletir sobre o papel do educador do novo milênio e investir em uma proposta de trabalho que visasse à participação de todos os alunos.

“A contextualização social, histórica e cultural das ciências da tecnologia é fundamental para que elas sejam compreendidas como empreendimento humano e social. Na BNCC, portanto, propõe-se

também discutir o papel do conhecimento científico e tecnológico na organização social, nas questões ambientais, na saúde humana e na formação cultural, ou seja, analisar as relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente”. (Silva, 2017, p. 54)

A influência das tecnologias digitais na educação nesse período de pandemia foi intensa e garantiu a uma parte dos alunos e docentes a continuidade das aulas. No entanto, com as dificuldades de acesso de muitos, não houve a participação equânime de todos. De acordo com Gatti (2020, p. 30):

“Tanto a educação básica como a superior, por meio de suas escolas e instituições, públicas ou privadas, se inserem nesse movimento e nessa situação pandêmica, e não estão isentas dos conflitos, das disputas de poder, de interesses diversos e do jogo econômico, no bojo, também, das desigualdades institucionais e entre redes de ensino”.

No entanto, essa situação atípica revelou que educadores e pais não estavam preparados para o novo modelo de escola, e diante disso, tiveram que enfrentar os desafios para a construção de novos conhecimentos.

“Os professores, principalmente os que atuam em escolas públicas, não estavam preparados para lidar com a questão da acessibilidade tecnológica, dificultando assim suas práticas docentes, principalmente profissionais mais antigos que já tinham certa resistência às novas tecnologias. No entanto, após um início conturbado pôde-se perceber que o profissional passou a ser muito mais valorizado quando os pais tiveram que passar a assessorar os estudos de seus filhos. Os autores, Grossi; Minoda e Fonseca (2020), ainda enfatizam que, dessa maneira, ‘homeschooling’ ou ensino domiciliar se tornou uma alternativa nos tempos da quarentena” (SILVA, 2022)

Foi nítida a desigualdade na educação em decorrência da falta de acesso e de conhecimentos tecnológicos, o que revelou a urgência em investir em programas que promovam o aprendizado tecnológico, assim como a liberação de acesso a todos os alunos. Para Almeida (2020, p. 35),

“A tecnologia sozinha não muda as práticas pedagógicas, sendo que para maximizar os benefícios da inovação tecnológica, principalmente os que se referem a TD, importa alterar a forma como se pensa a educação. Não é uma utopia considerar as tecnologias como uma oportunidade de inovação, de integração, inclusão, flexibilização, abertura, personalização de percursos de aprendizagens, mas esta realidade exige uma mudança de paradigma”.

A educação pós pandemia tem um novo perfil, o que é

caracterizado pelas mudanças metodológicas pautadas nas tecnologias, segundo Gatti (2020, p. 4):

“... a situação pandêmica obrigou crianças, adolescentes e jovens a mudarem seus hábitos relacionais e de movimento, a estudarem de modo remoto, alguns com boas condições, com acesso à internet, com os suportes necessários (computador, tablet ou celulares), mas muitos não dispoñdo dessas facilidades, ou dispoñdo com restrições (por exemplo, não dispoñção de rede de internet ou de computador ou outro suporte, posse de celulares pré-pagos com pouco acesso a redes; um só celular na família etc.), contando ainda aqueles sem condição alguma para uso dos suportes tecnológicos escolhidos para suprir o modo presencial”.

Entretanto, Almeida (2020, p.17) afirma que há anos a escola têm recebido críticas em relação aos métodos de ensino que necessitam ser atualizados para atender às demandas atuais. Segundo suas palavras:

“[...] a escola instituiu na demora, na conservação dos métodos, na tradição do ensino imutável: carteiras enfileiradas, livros com as páginas abertas onde o professor determina, e planejamentos feitos longe das demandas dos estudantes”.

Sendo assim, o educador precisa estar apto a desenvolver um ensino engajador, pautado na ética e no respeito às limitações dos alunos, e isso depende da organização e do planejamento do educador. Vale ressaltar que o aluno é um sujeito de direitos e a família e a escola devem estar em acordo com a proposta de educação para todos. Esse modelo de escola só será possível se estiver em conformidade com a proposta da educação em formar cidadãos com competências e habilidades para a vida em sociedade.

“A fim de que os alunos possam desenvolver a capacidade de exprimir seus pensamentos e sentimentos, foi desenvolvida a comunicação Suplementar e/ou Alternativa como meio de comunicação que pode ser considerado uma verdadeira ferramenta de apoio ao professor, aos familiares e ao grupo social a que as crianças pertencem. A comunicação Suplementar e /ou alternativa CSA toma como referência todo tipo de comunicação Suplementar ou de suporte, especialmente baseada em símbolos gráficos e em tecnologias de apoio (nomeadamente os computadores e as interfaces específicas) e de suporte ao processo de comunicação permitindo à pessoa que se encontra nessa situação exceder os limites de parte de suas incapacidades conforme o quadro e o ritmo de cada um”. (Orrú, 2012, p.65)

A educação inclusiva deve pautar-se no respeito às diferenças, levando em consideração que todos são capazes de aprender, e a interação nesse caso é de extrema importância para construção de

novos saberes, e isso significa trabalhar habilidades e competências (Diniz, 2006). Para Silva e Carvalho (2017, p.3),

“[...] para que um programa de inclusão escolar tenha sucesso, este deverá envolver a família do educando e permitir sua coparticipação na assistência e no desenvolvimento do aluno, possibilitando um trabalho conjunto entre escola, família e profissionais, no qual a família contribui com a escola por meio de informações, sugestões, críticas e solicitações, que sinalizarão os caminhos que a escola deve seguir”.

Entende-se assim, imprescindível para o processo de inclusão, que haja a mudança de olhar, a busca por novos conhecimentos no intuito de formar o educador para receber os alunos, e ofertar a eles um ensino de qualidade que por direito, eles têm garantido. Mas, para que a inclusão ocorra na prática, a instituição escolar precisa enfrentar barreiras, e isso implica dar acesso para que os alunos construam o próprio aprendizado.

“A Pedagogia é uma área do conhecimento que procura acompanhar os avanços tecnológicos e sociais, e entre eles está atenta às tendências da chamada Sociedade da Visualidade. Hoje os recursos visuais são amplos desde a mídia mais acessível como a televisão (presente praticamente em todos os lares) até as inúmeras possibilidades de imagem e composição de espaços visuais propiciados pelo mundo computadorizado. Esses avanços têm reflexos nas práticas educacionais e se mostram presentes em diversas disciplinas”. (Lacerda & Santos, 2013, p. 186)

Nesse sentido, é essencial que a gestão escolar seja feita de forma democrática, acolhendo tanto os alunos com deficiência como também suas famílias. Importante nesse processo que haja ações que promovam a inclusão de todos, com “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”, conforme artigo 4º, inciso III, da Lei 9394/96.

“De acordo com Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é de fundamental importância trabalhar o desenvolvimento integral e global dos alunos, e isso requer trabalhar estimulação cognitiva no desenvolvimento de habilidades que atenda às necessidades dos alunos no intuito de levá-los a assimilar e processar as informações em conhecimento. Diante disso, torna-se profícuo desenvolver um trabalho sistemático que viabiliza a participação de todos os alunos num contexto que prima pela equidade e justiça. Nesse sentido, a

Educação Especial no formato do Atendimento educacional especializado (AEE) se constitui, portanto, em um “[...] suporte indispensável que viabiliza a escolarização desses alunos no ambiente escolar comum”. Isto porque, “sem recursos, estratégias e materiais adaptados que atendam às suas necessidades educacionais especiais, seria muito difícil garantir a participação efetiva nas atividades propostas, bem como a interação com os outros alunos e professores” (Giroto; Poker; Omote, 2012, p.12).

Para isso, é de extrema importância que o profissional conheça os recursos que possam facilitar a participação ativa efetiva de todos, em especial, aqueles que tem dificuldade de comunicação, e para isso, uma ferramenta de grande relevância é as relacionadas a comunicação suplementar e/ou alternativa.

“O termo Comunicação Suplementar e/ou Alternativa (CSA) é utilizado para definir outras formas de comunicação como o uso de gestos, da língua de sinais, das expressões faciais, o uso de pranchas de alfabeto ou símbolos pictográficos e até o uso de sistemas sofisticados de computador com voz sintetizada. Tem em vista o auxílio ao desenvolvimento da autonomia pessoal por meio de recursos tecnológicos, técnicas de inteligência artificial, como a utilização de esquemas montados por fotos, figuras extraídas de revistas, conforme o contexto e a necessidade a ser suprida”. (Orrú, 2012, p. 67)

Nesse sentido, os autores Flores & Rivas (2017, P. 17) dizem:

“Esta investigação demonstra que a inclusão das TIC impõe novos saberes, novas competências, novos modos de ensinar, de se relacionar e de viver a escola sem fronteiras, salientando as relações com os pares e outras entidades do espaço global. Porém, a mudança exige tempo de adaptação, pelo que os professores percorrem etapas desde a descoberta das potencialidades das TIC na educação e seu domínio tecnológico até a etapa de seleção onde demonstram maturidade e capacidade de inovação metodológica”.

Para que a inclusão aconteça de fato, é de suma importância se ater às adaptações curriculares e metodológicas no intuito de oportunizar ao educando formas e variedades de acessibilidade, pois a Lei Brasileira de Inclusão 13.146/2015 retrata que a deficiência é a falta de acessibilidade. Assim, é possível dizer que a falta de capacitação, de competências e habilidades do educador também é prejudicial ao desenvolvimento da autonomia e da independência dos alunos.

Tendo em conta os diferentes níveis de conhecimentos tecnológicos dos professores, a falta de disponibilidade de tempo e até a crise econômica pela qual a sociedade passa, é importante

incorporar as potencialidades que as TICs oferecem. Sugerem-se três tipos de formação: formação presencial para os professores que se encontram na etapa da Descoberta e Experimental; formação semipresencial para os professores que começam a ter alguma autonomia tecnológica; formação a distância, para os professores que dominam as TIC. (Flores & Riva, 2017, p.14)

Além disso, os autores salientam que,

“... a tecnologia redimensiona a profissionalidade docente desenhando novos traços que arquitetam a escola numa nova era. A identidade profissional docente manter-se-á viva na cultura do terceiro milênio, mas é o encontro consigo e com os outros imbuído em novas dinâmicas e estratégias identitárias, que vai dar sentido à mudança e à renovação da identidade profissional docente na era digital”. (Flores & Riva, 2017, p.14)

É preciso que a escola regular assuma um papel de atendimento complementar a esses alunos da educação especial, com propostas pedagógicas inovadoras que estejam alinhadas às necessidades educacionais especiais, de maneira a complementar o processo de aprendizagem com um suporte necessário, no sentido de propiciar situações em que a aprendizagem desses alunos aconteça de alguma forma.

O grande desafio educacional do momento é acompanhar a evolução e a inovação pois é por meio delas que os educadores desenvolvem habilidades e competências próprias para atender à demanda escolar, tendo em vista que modelos ultrapassados voltados ao tradicionalismo já não atendem grande parcela dos educandos. É de extrema importância se ater às mudanças que o novo milênio provoca na vida das pessoas, pautadas na implementação de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) com práticas pedagógicas inclusivas, pois são recursos que apresentam inúmeras funcionalidades que podem contribuir com a educação em todos os níveis de ensino.

É oportuno enfatizar as determinações da legislação que rege a vida escolar dos alunos, educadores e familiares. Nesse sentido, o direito de todos à educação está garantido na Constituição Federal de 1988, especificamente no Art. 205, que estabelece que “A educação,

direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Brasil, 1988).

“Mais especificamente, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Em seu Art. 4º determina que ‘toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação’ ”. (Brasil, 2015, *online*)

Igualdade de oportunidades implica em promover a acessibilidade. O Art. 3º. da Lei nº 13.146/2015 estabelece:

“... acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado, de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”. (Brasil, 2015, *online*)

Como já foi dito anteriormente, a deficiência não está na pessoa, mas na ausência de acessibilidade. Por esta razão, os direitos dos alunos com deficiência, garantem que eles tenham condições necessárias em que possam aprender em seu ritmo e tempo, principalmente se tudo estiver a seu dispor, ou seja, acessível. Os alunos com Necessidades Educativas Especiais precisam ter garantido o ensino de qualidade, tendo em vista que a legislação determina como deve ser o atendimento, evitando assim que sejam desrespeitados em relação às suas limitações.

Ciente de que não há deficientes incapazes, mas sim sujeitos que encontram dificuldade devido à falta de acessibilidade, faz-se necessário investir numa proposta de educação que dê oportunidades para a construção de novos conhecimentos em relação a essa questão. Dessa forma, a escola necessita atender os alunos de acordo com Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), que dá ênfase a um programa de educação para todos, evitando que haja espaço para preconceito e discriminação em relação aos alunos com necessidades

especiais.

“Segundo palavras de Gabrilli (2015, p.12) ‘um novo conceito de deficiência não é entendido como condição estática e biológica, mas as barreiras impostas pelo meio como as limitações da natureza física, mental, intelectual e sensorial do indivíduo’. Para essa autora, a deficiência ‘[...] deixa de ser um atributo da pessoa e passa a ser o resultado da falta de acessibilidade que a sociedade e o Estado dão às características de cada um’. E a Lei Brasileira de Inclusão veio evidenciar ‘que a deficiência está no meio, não nas pessoas. [...] quanto mais acessos e oportunidades uma pessoa dispõe, menores serão as dificuldades consequentes de sua característica’ ” (Gabrilli, 2015, p.12)

Vale citar que por meio dos direitos garantidos na Legislação, na concepção da educação para todos, o aluno torna-se construtor de seu conhecimento, e isso aprofunda as reflexões sobre o papel do educador na atual conjuntura.

No contexto escolar, para que haja a inclusão conforme proposta em Lei, o professor precisa de formação. De acordo com documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008, p.11), do Ministério da Educação, o docente que vai atuar da educação especial

“[...] deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial”.

É importante salientar que mais do que nunca, na atualidade, os professores precisam ter um olhar inovador, pois a educação e seus princípios apontam para novas possibilidades, o que exige do docente segurança e flexibilidade para enfrentar os desafios da atualidade. Para isso, vê-se na formação continuada um dos caminhos que podem proporcionar um ensino resiliente, transparente, e pautado no respeito às diversidades presentes na Educação Básica.

3.1.0 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Para o Atendimento Educacional Especializado nas instituições de Ensino Regular, a Resolução nº 4.256 de 09 de janeiro de 2020, institui as Diretrizes para normatização e organização da Educação Especial na rede regular de Ensino de Minas Gerais, a qual mostra que deficiência não é a causa de exclusão. Eis:

“Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. (Art. 2º.)

Partindo desse entendimento, é imprescindível promover a urgência da adaptação e da reforma escolar no intuito de viabilizar a participação ativa e efetiva de todos os alunos, para garantir o seu acesso e a sua mobilidade no ambiente escolar. Para atendimento pautado no respeito às diferenças, é de suma importância investir na formação dos educadores, materiais pedagógicos, infraestrutura, para que assim, a escola seja de fato um ambiente inclusivo.

De acordo com a Resolução nº 4.256 em seu artigo 11:

“É garantido ao estudante com deficiência a realização de todas as adaptações razoáveis necessárias para garantir o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia. Parágrafo único. As adaptações razoáveis são adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretam ônus desproporcionais indevidos, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais”.

Para dar atendimento de qualidade, é necessário que a equipe escolar esteja engajada na proposta de uma educação para todos, considerando a família parte integrante do processo educacional, e para isso, é interessante que o profissional construa o PDI¹ (Plano de Desenvolvimento Individual), no intuito de conhecê-lo, avaliando as necessidades e dificuldades para traçar a intervenção pedagógica. É

¹ PDI – Plano De desenvolvimento Individual é um documento obrigatório que tem como objetivo o acompanhamento, desenvolvimento, aprendizagem do aluno de educação especial.

partindo desse plano de desenvolvimento que o educador deve avaliar o aluno, respeitando as suas limitações.

A Resolução nº 4.256/ 2020 orienta sobre a importância da parceria no fazer pedagógico, de forma a mostrar que para todo atendimento educacional há necessidade de organização, planejamento, eliminação de barreiras, e isso significa trabalhar em redes para envolver outros profissionais que buscam a valorização e o desenvolvimento igualitário e justo.

Também é importante lembrar a necessidade de o aluno com Necessidades Educativas Especiais ser acompanhado por um profissional da área de saúde em todo processo educacional, para ajudá-lo a ter controle emocional e a saber lidar com as dificuldades inerentes à sua caminhada.

Da mesma forma, é imprescindível a realização da anamnese para conhecer melhor a doença, e os fatos e situações que podem contribuir para promoção da saúde, lembrando que esse documento é feito pelo profissional da saúde.

De acordo com a Resolução 4256/2020 da SEE de Minas Gerais, em seu artigo 19,

“O atendimento Educacional Especializado (AEE) consiste na utilização de métodos, técnicas, recursos e procedimentos didáticos desenvolvidos nas diferentes modalidades, anos de escolaridade e níveis de ensino para complementar ou suplementar a formação dos estudantes da educação especial para garantir o acesso ao currículo e qualidade no processo de ensino aprendizagem”.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da educação especial que é voltado ao aluno com algum tipo de necessidade especial. Esse serviço identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, visando eliminar as barreiras para a plena participação do aluno, considerando suas necessidades específicas. O serviço deve ser realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou, se necessário, em outra escola de ensino regular. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se das atividades realizadas na sala de aula comum, porém, tais atividades não substituem a escolarização. Esse

atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

As abordagens que a escola utiliza para considerar o estudante com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, como sujeitos dotados de direitos e desejos são laudo médico e do diagnóstico da equipe multidisciplinar, e avaliações diagnósticas. Para melhorar esse tipo de atendimento, as escolas buscam apoio da equipe do Serviço de Apoio à inclusão (SAI) da Superintendência Regional de Ensino (SRE) e/ou da equipe multidisciplinar das escolas especiais do município (quando houver).

Em se tratando das abordagens, é de suma importância falar da comunicação alternativa e/ou assistiva, ou seja, tecnologias que visam o pleno desenvolvimento dos alunos, considerando ferramentas que os motivam a expressar seus sentimentos, expor suas opiniões e seus desejos.

Nas salas de recursos, o trabalho desenvolvido pela escola com seus estudantes do AEE busca priorizar o desenvolvimento cognitivo respeitando a limitação e favorecendo a integração social. A partir de novembro de 2011, a presidente Dilma Rousseff assinou o Decreto nº 7.611, sobre a educação especial, que apresenta outras providências. No artigo 1º. Está explicitado que o atendimento educacional especializado deve seguir algumas diretrizes, tais como:

- I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II - aprendizado ao longo de toda a vida;
- III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
- IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;
- VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e
- VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial.

§ 1º Para fins deste Decreto, considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º No caso dos estudantes surdos e com deficiência auditiva serão observadas as diretrizes e princípios dispostos no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005”.

É fundamental que a equipe diretiva e os professores conheçam o decreto na íntegra e entendam a sua obrigatoriedade no que se refere ao atendimento igualitário, pois em seu artigo 2º, a educação especial deve garantir os serviços de apoio voltados a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação:

“§ 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas”. (Decreto, nº 7.611/2011)

Não se pode falar de atendimento educacional especializado, sem embasamento nos documentos, daí a importância do Decreto 7.611/ 2011 na Educação Especial, pois ele oferece subsídios e garantias de que o ensino pode ser adaptado às necessidades educacionais dos alunos. No artigo 3º são descritos objetivos que indicam um atendimento educacional especializado.

“I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II- garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III- fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV- assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino”.

Anteriormente, o atendimento educacional especializado nas instituições regulares era limitado, e somente alguns casos eram

atendidos em classes especiais; grande parte dos alunos especiais eram atendidos pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), os quais era avaliados, e de acordo com o diagnóstico clínico, alguns permaneciam na APAE, e outros eram encaminhados para atendimento pedagógico em clínicas especializadas. Desse modo, a Educação Especial dos alunos com deficiência era responsabilidade do atendimento especializado e segregado, distanciando assim esse campo da educação, das escolas comuns. Sobre esta afirmação, Carvalho e Moraes (2015, p. 4) dizem:

“A educação escolar desses alunos, durante muito tempo, foi realizada por meio de classes ou escolas especiais, constituindo-se de forma paralela à educação dos demais alunos. A premissa era de que esses alunos aprendiam melhor se fossem agrupados em menores números em um local específico, com professores especializados, para que atingissem um desenvolvimento que lhes permitisse acompanhar as atividades de sala de aula comum. Assim após a frequência em ambientes segregados, aqueles que pudessem iriam ou retornariam a esta”.

Foi a partir da Declaração de Salamanca, em 1994, que as famílias reivindicaram a matrícula de alunos especiais na rede regular, pois segundo o Documento, as instituições não poderiam negar matrícula, sendo considerado crime, a recusa do aluno especial. Essa atitude causou controvérsia na época, pois os pais de crianças consideradas normais acreditavam que a efetivação da matrícula para os considerados deficientes seria visto como atraso na educação.

Mediante a inclusão de alunos especiais na rede regular de ensino, o Decreto 7.611/ 2011 em seu artigo 4º e 5º diz:

“Art. 4º O Poder Público estimulará o acesso ao atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, assegurando a dupla matrícula nos termos do art. 9º. A do Decreto no. 6.253, de 13 de novembro de 2007.

Art. 5º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º As instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos de que trata o caput devem ter atuação na educação especial e serem conveniadas com o Poder Executivo do ente federativo competente.

§ 2º O apoio técnico e financeiro de que trata o caput contemplará as seguintes ações:

- I - aprimoramento do atendimento educacional especializado já ofertado;
 - II - implantação de salas de recursos multifuncionais;
 - III- formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão;
 - IV- formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais;
 - V- adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;
 - VI- elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e
 - VII estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.
- § 3º As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a ofertado atendimento educacional especializado.
- § 4º A produção e a distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade e aprendizagem incluem materiais didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo.
- § 5º Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência”.

Educação para todos é o debate na Declaração de Salamanca, portanto, a partir dessa premissa, é de suma importância que a instituição de ensino regular criem espaço inclusivo que viabilize a participação dos alunos, em que todos os recursos materiais sejam disponibilizados para atendimento aos alunos, e para isso o governo investiu na sala de recursos, que é o ambiente propício para dar atendimento de qualidade e com eficiência às necessidades individuais dos alunos.

Ainda no campo educacional, as ações que envolvem a elaboração de planos e projeto devem ser discutidas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, as quais devem dar abertura para traçar ações de políticas públicas viáveis à participação igualitária em todos os setores da escola. Nesse sentido, a formação docente precisa ser analisada para que a inclusão escolar dos alunos da escola público-alvo da educação Especial efetive de fato o direito de aprendizagem dos alunos.

Além dos documentos citados, há também a Lei 13.005, de 25

de junho de 2014, que sanciona o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 -, que na estratégia 4.3 “[...] orienta fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado, nas salas de recursos multifuncionais [...]” (Brasil, 2014, p. 2). Gardner cita que o papel do professor deverá ser o de facilitador da aprendizagem utilizando os recursos necessários e adaptados às necessidades educativas. (Gardner, 1995, p.10).

Para Ausubel (1963), que fala do lugar da Psicologia da aprendizagem, o mais importante num processo de ensino, é que a aprendizagem seja significativa, isto é, que o conteúdo a ser aprendido pelo aluno faça sentido para ele, e isto acontece quando a informação nova *ancora-se, apoia-se* nos conceitos importantes já existentes na estrutura cognitiva do aprendiz. Para que aconteça a aprendizagem significativa, a linguagem utilizada deverá ser próxima à realidade do aluno, de modo que a aprendizagem se torne um material de valor pedagógico. Diante disso, o papel do educador deve ser daquele que gera necessidade de ação em seu aluno, despertando o desejo de aprender mais e conquistar a autonomia na resolução de problemas.

O papel do professor é criar situações nas quais o reforço possa aumentar a probabilidade de que o aprendiz possa consolidar e assimilar os conteúdos trabalhados. O professor necessita de interação para discutir novas estratégias e metodologias de ensino, e para isso ele deve estar preparado para as críticas que podem inviabilizar o melhor aprendizado. Levando em conta a inclusão, que hoje em dia deve estar presente em todas as escolas, professores, dirigentes e coordenadores, devem ficar atentos à realidade de cada município, discutir o que é necessário para cada aluno mediante suas necessidades, dificuldades e diferentes realidades.

Para tanto, o atendimento educacional especializado é imprescindível para avaliar, identificar as necessidades educacionais de alunos especiais, de forma a garantir-lhes o desenvolvimento da autonomia, a melhoria da qualidade do ensino, e a inserção no meio social.

Por meio do Projeto Político Pedagógico é possível traçar ações

que articulemo trabalho inclusivo dos diferentes atores, levando assim a família a assumir o papel de acompanhar e contribuir com o atendimento recebido nas escolas.

“[...] observa-se o destaque quanto à potencialidade do atendimento em sala de recursos como um suporte que tende a contribuir para a permanência do aluno no ensino comum, assim como ocorre o destaque acerca da necessidade de investimentos na qualificação desses espaços, principalmente no que se refere às possíveis articulações entre as ações do educador especializado e aquelas do professor de sala de aula comum”. (Baptista, 2011, p.66)

Toda a ação se dá no relacionamento e na interação do educador com o educando, pois somente assim, ele será capaz de identificar os problemas, avaliar o conhecimento do aluno, e propiciar meios para aprendizagem participativa do aluno através da Tecnologia assistiva (TA). Para isso, é de suma importância que o profissional da educação tenha diálogo com o profissional da saúde, de maneira a traçar ações pertinentes ao atendimento educacional especializado.

O AEE possui uma grande importância no processo educacional do aluno com deficiência, pois irá, através da mediação do professor, identificar as dificuldades de aprendizagens de cada aluno e ao concluir essa análise, de modo que o mediador poderá fazer a adequação e adaptação dos recursos pedagógicos voltados para as especificidades de cada indivíduo.

O que se percebe é que para atendimento de qualidade, a instituição escolar necessita de investimentos em materiais e recursos pedagógicos, para que todos os alunos até então vistos como incapazes, sejam contemplados e tenham oportunidade de participar ativamente das aulas, além de usufruir de outros benefícios para sua plena participação nas atividades da escola. Entretanto, apesar de haver avanços significativos e leis que assegurem os direitos desse público, em prol da pessoa com deficiência, sabemos que esse processo de inclusão é uma construção lenta e ainda hoje com muitos desafios que precisam ser superados.

3.2. Tecnologias Digitais

A tecnologia digital é uma ferramenta indispensável à educação do novo milênio, pois ela contribui para potencializar o processo de ensino e de aprendizagem. Por meio da tecnologia, o aluno tem a possibilidade de alavancar seus conhecimentos. É importante ressaltar que o aprendizado se dá de forma lúdica, dinâmica, e isso requer que o educador tenha conhecimento, pois a tecnologia se bem trabalhada oferece inúmeros benefícios à formação do aluno.

Trabalhando as tecnologias digitais, o educador tem possibilidade de levar o aluno a usufruir de vários recursos os quais tem o objetivo de ampliar as possibilidades de pesquisa e informações e levar o aluno a ser protagonista na construção de novos aprendizados. Para a inclusão das tecnologias digitais, há necessidade de investir numa proposta educacional que visa à mudança de visão e de adaptações, considerando a necessidade de ver uma educação inclusiva inserida na sociedade.

“A tecnologia sozinha não muda as práticas pedagógicas, sendo que para maximizar os benefícios da inovação tecnológica, principalmente os que referem a TD, importa alterar a forma como se pensa a educação. Não é uma utopia considerar as tecnologias como uma oportunidade de inovação, de integração, inclusão, flexibilidade, abertura, personalização de percurso, de aprendizagem, mas esta realidade exige mudança de paradigma”. (Almeida, 2020, p. 35)

A inclusão das tecnologias na educação faz parte de um contexto digital e é por meio dela que o aluno aprende conhecimentos inerentes à vida, tornando-se construtor de novas informações.

Com a tecnologia digital, o aluno desenvolve a criatividade, a criticidade, a autonomia, a independência, a sabedoria. E o uso da tecnologia digital não muda diretamente a metodologia, e sim o recurso; o que se propõe com a tecnologia é desenvolver nos alunos a aprendizagem ativa e significativa. Almeida, (2020, p. 35) ainda salienta:

“Tendo, pois em consideração esta urgência e o contexto em que vivemos, pensamos que é muito importante, por um lado clarificar e delimitar conceitos fundamentais no domínio da Educação mediada pelo digital, como Ensino Remoto, Ensino a Distância, Educação a Distância ou e-learning, dentre outros, que muitas vezes são usados de forma indiferenciada sem rigor conceptual e, por outro, apresentar a proposição de um novo conceito e paradigma, que consideramos ajustar-se à complexidade da realidade social e educativa do século

21 e que designamos como Educação Digital online”.

No entanto, é importante dizer que a educação deve acompanhar a evolução e a inovação, e tomar em consideração que por meio da tecnologia é possível levar o aluno a desenvolver o relacionamento, a empatia, a comunicação e a informação, além de construir a sua identidade com autonomia e dinamismo. Todas essas habilidades são extremamente relevantes durante o processo de ensino e aprendizagem nas escolas.

Contudo, é imprescindível que o educador tenha ciência de que o trabalho com tecnologias digitais deve ser dinâmico, e isso requer planejamento e organização pois o educador do milênio deve ser mediador, e para isso, ele precisa entender a importância de seu papel. Haja vista que o governo implantou a BNCC, documento que traz a tecnologia como uma nova prática educacional. Para garantir ensino de qualidade, o educador precisa investir na profissão, ou seja, buscar por capacitações e formações que lhe garantam um ensino pautado no respeito às diferenças, trabalhando com equidade e justiça.

“Essa constante transformação ocasionada pelas tecnologias, bem como sua repercussão na forma como as pessoas se comunicam, impacta diretamente no funcionamento da sociedade e, portanto, no mundo do trabalho. A dinamicidade e a fluidez das relações sociais – seja em nível interpessoal, seja em nível planetário – têm impactos na formação das novas gerações. É preciso garantir aos jovens aprendizagens para atuar em uma sociedade em constante mudança, prepará-los para profissões que ainda não existem, para usar tecnologias que ainda não foram inventadas e para resolver problemas que ainda não conhecemos. Certamente, grande parte das futuras profissões envolverá, direta ou indiretamente, computação e tecnologias digitais”. (Silva, 2017, p. 47)

Partindo dessa premissa, é possível dizer que através da tecnologia digital, o educador consegue atingir o aluno, pois o seu uso adequado corrobora para uma aprendizagem mais significativa, onde o aluno aprende a trabalhar de forma ativa e construindo novos saberes.

Um ensino de qualidade busca oferecer um trabalho inovador, e isso requer transformar a educação tradicional numa escola que contemple atividade participativa, estratégias de ensino inovadoras, e

um olhar focado nas evoluções do mundo.

A questão da inovação que contempla a tecnologia digital, torna-se relevante porque contribui para que o aluno desenvolva habilidades e competências importantes para o desenvolvimento da autonomia e independência. Para tanto, é imprescindível dizer que por meio da tecnologia digital da informação e comunicação, o educador tem a possibilidade de mudar a forma de atuação, priorizando a comunicação e a interação como formas atualizadas de aprender. Isso significa incorporar a prática docente ao meio.

“O professor que trabalha com seu aluno autista na perspectiva do desenvolvimento da linguagem, contribuirá como agente de mediações para reconstrução e melhora da vivência emocional de seu aluno para que seu ser muitas vezes revelado em suas ações transcenda as reações afetivas e imediatas para outras mais duradouras. Semelhantemente, a linguagem contribuirá para a compreensão e o estabelecimento de regras que são formuladas nas relações com o outro no contexto real e natural por meio do diálogo”. (Orrú, 2012, p. 111)

Conforme (Orrú, 2012, p. 112), de acordo com a metodologia de ensino, o aluno com necessidades na comunicação passa a ser compreendido de outra forma, e isso significa traçar ações diferenciadas que se transformam a partir desses novos princípios. Desse modo, a comunicação suplementar e/ou alternativa sofre modificações na utilização, e se torna determinante no processo contribuindo para melhoria nas relações sociais e na aprendizagem.

Chun (1991) considera que o termo mais apropriado seja comunicação suplementar e/alternativa, pois ele aborda toda forma de comunicação que complementa, substitua ou apoie a fala (olhar, vocalizações, gestos, expressão facial, sorriso, alteração de tónus muscular etc.).

Já as metodologias ativas são entendidas

“...como práticas pedagógicas alternativas ao ensino tradicional. Em vez do ensino baseado na transmissão de informação, da instrução bancária, com o crítico Paulo Freire (1970), na metodologia ativa, o aluno assume uma postura mais participativa, na qual ele resolve problemas, desenvolve projetos e, com isso, cria oportunidades para a construção de conhecimento. Diversas estratégias têm sido utilizadas na implantação das metodologias ativas”. (Pavão, 2021, p. 29)

O trabalho na área inclusiva requer um profissional aberto e

pronto para enfrentar os desafios, e para isso, é imprescindível que o professor tenha postura de facilitador no processo ensino e aprendizagem. Para tanto, é necessário ressaltar a importância do educador ser flexível e dinâmico em sua atuação, de maneira a possibilitar o desenvolvimento e superação de dificuldades de todos os alunos.

De acordo com (Orrú, 2012, p. 71),

“No ato de desenvolver um trabalho com Comunicação Suplementar e/ou Alternativa (CSA) é preciso levar em consideração alguns fatores que com certeza intervêm no processo. É de suma importância ao educador, em seu trabalho com a pessoa fazendo uso de CSA que construa um programa de intervenção baseado no perfil de seu usuário, no seu contexto e na sua história de vida. Este programa de intervenção deverá ser pensado e construído, levando-se em conta além do usuário, seus interlocutores principais e os contextos mais respectivos com suas necessidades cruciais a serem reveladas. Como parte integrante do programa de intervenção, deve estar incluso, de forma significativa, os aspectos referentes as implicações emocionais próprias das relações interpessoais de comunicação”.

Mediante tal fundamento, pode-se dizer que a educação precisa transformar sua visão, estabelecer mudanças, modificar posturas estabelecidas diante dos alunos com Necessidades Educativas Especiais; estabelecendo novas propostas pedagógicas e utilizando-se de novos recursos para que de fato seja possível um processo educativo inclusivo e de efetiva aprendizagem. Nesse sentido, é preciso olhar o aluno em sua totalidade, e investir numa educação que vise o desenvolvimento dos alunos em vários aspectos, de forma a favorecer a capacidade dos alunos de interagirem e se comunicarem.

No próximo capítulo, apresentarei o percurso metodológico para ajudar a sanar a dificuldade do educador em atuar na sala de atendimento educacional especializado. A falta de capacitação e de aperfeiçoamento profissional é um dos problemas eleito como significativo para enfrentar a questão. Essa é a razão da pesquisa sobre a formação continuada de docentes de atendimento educacional especializado.

4.PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa é de natureza qualitativa. De acordo com Triviños (1987), essa abordagem trabalha os dados visando o seu significado, ao ter como base, a percepção do fenômeno em questão em relação ao seu contexto. Nesse sentido, na pesquisa, busca-se captar a aparência do fenômeno em estudo e suas essências, explicando sua origem, mudanças, relações e intuindo suas consequências.

“A proposição de novas metodologias e o uso de novas bases teóricas sobre a educação devem estar na lista dos objetivos de formação continuada tendo em vista uma melhoria da ação pedagógica, assim reconhecendo a importância de aliar o conhecimento de novas teorias ao conhecimento adquirido com a prática no decorrer das atividades do docente para vencer os desafios do fazer pedagógico”. (Silva et al, 2023, p.10)

No que tange aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória. Gil (2010) destaca que a finalidade primordial é propiciar a familiaridade do pesquisador com o problema, no intuito de construir hipóteses ou torná-lo mais explícito. Assim, é possível proporcionar a descoberta de intuições ou o aprimoramento de ideias já existentes.

Em relação à metodologia de estudo, foi feito um levantamento bibliográfico por meio da análise de artigos, dissertações, teses, livros etc. Desse modo, verificaram-se os estudos já produzidos sobre a temática em questão: a formação docente para a atuação no AEE. Gil (2010) afirma que a principal vantagem em se utilizar o estudo bibliográfico é a possibilidade de o pesquisador ter acesso a uma variedade de visões sobre a questão em estudo.

Os fundamentos bibliográficos contribuíram para aquisição de novos conhecimentos, promovendo melhores condições para esclarecer as dúvidas e adquirir orientações quanto à postura educacional do educador diante das várias demandas existentes. Com este estudo, foi possível à pesquisadora discutir com a equipe, em reunião pedagógica, propostas assertivas de inclusão, trabalhando com igualdade, justiça e equidade.

A pesquisa bibliográfica é um instrumento de grande importância, pois ela permite avançar em novas ideias, pensamentos,

estratégias que proporcionem formas variadas de aprender e consolidar os conteúdos aplicados.

O grande desafio educacional do momento é acompanhar a evolução da sociedade e as propostas de inovação, pois é por meio delas que o educador desenvolve habilidades e competências próprias para atender à demanda escolar, tendo em vista que os modelos tradicionais já não atendem aos educandos.

“O contínuo avanço tecnológico que é observado pela sociedade pressionao sistema educacional a caminhar junto com as exigências sociais, nessa condição a formação continuada dos professores é fundamental para que o processo de ensino e aprendizagem tenha maior qualidade, possibilite o protagonismo do estudante e desenvolva suas habilidades”. (Silva, 2013 p. 9)

Ainda sobre a abordagem desta investigação, foi realizada uma pesquisa de campo que, segundo Gil (2010), tem por objetivo obter informações e/ou conhecimentos sobre um problema para o que se busca resposta ou hipótese. Pode-se, também, descobrir novos fenômenos ou suas relações entre si. A pesquisa de campo, segundo Gonsalves (2001, p. 67), pode ser definida como:

“Pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas”.

Nessa pesquisa de campo, além da aplicação do questionário, foi realizado uma pesquisa-ação envolvendo a formação dos docentes que atuam no AEE, na referida escola, com a participação dos alunos que frequentam o AEE e de um responsável por cada um desses alunos. Nessa perspectiva, pode-se considerar também que esta pesquisa se caracteriza como colaborativa.

A pesquisa ocorreu nos meses de agosto/setembro/outubro do ano de 2023, e foi organizada e realizada pela pesquisadora responsável, tendo como objetivo de estudo investigar o trabalho pedagógico nas salas de AEE. Além disso, a pesquisa teve como objetivo capacitar os pais e/ou responsáveis a acompanhar o processo educacional dos alunos, assim como manter um diálogo com todos para facilitar a execução desse projeto. Além de tudo, a pesquisa

visa atender com qualidade e sem discriminação e/ou preconceito a todos os alunos. Nesse sentido, o objeto de pesquisa contribui diretamente com os interesses dos pais em acompanhar e dar suporte para a melhoria de aprendizagem dos alunos.

Segundo Boavida e Ponte (2002, p.12), a pesquisa colaborativa “é uma estratégia importante para a realização de investigações sobre a prática, podendo ser realizada por equipes mistas, envolvendo investigadores e professores”. Esses

autores afirmam que a realização da pesquisa colaborativa tem vários passos lógicos, desde identificar as questões, até estabelecer e implementar um plano de ação e reflexão sobre a experiência desenvolvida, passos esses entrelaçados com os processos emocionais considerados também no desenvolvimento do trabalho investigativo conjunto. A pesquisa colaborativa tem suas vantagens como a aprendizagem diante da “dimensão incontornável do mundo de hoje”, podendo auxiliar

“[...] ultrapassar obstáculos e para lidar com vulnerabilidades e frustrações, a capacidade de reflexão acrescida, as oportunidades de aprendizagem mútua e os acréscimos de segurança para iniciar novos percursos que a colaboração possibilita, tornam-na uma estratégia particularmente prometedora para delinear caminhos de investigação de práticas profissionais num mundo caracterizado pela incerteza, mudança e complexidade, como é o atual mundo pós-moderno”. (Boavida; Ponte, 2002, p. 13).

Diante da manifestação de interesse pelo projeto por um grupo “é possível explorar as expectativas das diferentes pessoas e analisar a viabilidade de um trabalho em conjunto”, no qual cada um tem seu papel, envolvendo diferenciadas fases de ação e reflexão de acordo com o plano estabelecido, que abrange:

“[...] a negociação do objetivo do projeto, a determinação do caminho a percorrer, a definição do conhecimento necessário para encontrar as soluções pretendidas, a criação e manutenção de relações de confiança entre os membros da equipa, o reconhecimento de impasses, a necessidade de novas respostas em função da mudança das condições em que o trabalho se realiza”. (Boavida; Ponte, 2002, p. 13)

Boavida e Ponte (2002, p. 11) mencionam que, em primeiro lugar, a pesquisa colaborativa “é marcada pela imprevisibilidade”, pois consiste em um “processo dinâmico, criativo, mutável, onde por

diversas vezes é preciso parar para pensar e, se necessário, reajustar o rumo”. Em segundo, é necessário “saber gerir a diferença” e para que haja a concretização dos objetivos deve-se cumprir as tarefas atentando-se para as necessidades comuns. Em terceiro, é preciso “saber gerir os custos e benefícios”, sendo relevante haver a “compreensão recíproca do mundo uns dos outros” adquirida por meio do diálogo compartilhado, relacionado “aos valores dos participantes, aos objetivos partilhados e ao trabalho comum”.

Desta maneira, segundo palavras de Boavida e Ponte (2002, p. 12), esse tipo de pesquisa pode contribuir “para reforçar pontos de vista e práticas existentes, perpetuando o status quo no que este tem de mais negativo, quer para conduzir ao pensamento dominado pelo grupo com a correspondente supressão da individualidade e criatividade”. Dessa forma, a colaboração não possui um valor em si mesma, mas também consiste em um meio que pode ser usado para auxiliar na resolução de problemas concretos e reais.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, os alunos foram assistidos pelos pais e/ou responsáveis durante as práticas pedagógicas, nos turnos matutino e vespertino, que foram orientados a acompanhar o aprendizado dos filhos, avaliar a metodologia utilizada, assim como ajudá-los em casa. Os pais foram orientados ainda à construção de um portfólio, em que o profissional tem a oportunidade de expor suas habilidades, pois esse instrumento tem como intuito fazer uma compilação de informações e atividades desenvolvidas com o aluno.

Mediante as informações adquiridas, foi possível avaliar o desenvolvimento e acompanhar o processo educacional, e para isso, fez-se necessário pedir autorização à família para utilizar as fotos e vídeos na compilação de dados que demonstravam habilidades, competências, experiências e qualificações do profissional, de modo a contribuir para o bom sucesso do aluno.

Com relação aos pais, um dos intuitos da pesquisadora foi

orientar os responsáveis que as tecnologias digitais são ferramentas imprescindíveis à formação do aluno, e isso requer que eles as utilizem em casa, para ajudar no desenvolvimento da autonomia e independência, dando continuidade ao que eles aprendem na instituição escolar.

Os questionários foram aplicados a todos os envolvidos (alunos, pais e professores), os quais participaram ativamente. Com os alunos da sala de AEE, a responsável pela pesquisa os acompanhou no momento do questionário.

O intuito de elaborar um portfólio é para ter um objeto de estudo para comprovar os avanços e progressos dos alunos com Necessidades Especiais e parauso das tecnologias digitais na prática pedagógica. Além dos jogos pedagógicos, e materiais confeccionados pela professora da sala de recursos e professora regente, com vistas a incentivar e auxiliar os pais para que possam auxiliar e contribuir na assimilação de conteúdo pelos filhos.

O intuito da pesquisadora é, junto dos professores, avaliar a prática pedagógica e mostrar que por meio da formação continuada, o educador encontrará inúmeras possibilidades de desenvolver e melhorar sua prática diariamente, partindoda premissa de que todos os alunos são capazes. Para tanto, o conhecimento é primordial para que o educador saiba que caminho trilhar, e isso significa investir numa proposta pedagógica inovadora, contribuindo para que haja a acessibilidade a todos.

O levantamento da bibliografia proporcionou a realização de uma análise e interpretação de todo o conteúdo proposto para estudo, possibilitando alcançar uma conclusão a partir dos resultados obtidos através das três etapas da leitura analítica (textual, temática e interpretativa).

Nesse sentido, de acordo com a metodologia qualitativa, resumidamente adotou-se os seguintes procedimentos para atingir os objetivos propostos: revisão bibliográfica dos estudos; aplicação de questionários com os pais que ajudaram a pesquisadora a entender

como é trabalhado em casa o tema em questão, assim como a entender como o aluno se sente diante do diagnóstico de autismo; aplicação de questionários com os educadores, os quais também participam desse processo para compreender como esses estabelecem os seus processos de formação continuada. Para melhor entendimento de como estava sendo a prática profissional e a evolução dos alunos, orientou-se que fossem feitos portfólios com fotos, vídeos e registros de atividades, no intuito de a responsável pela pesquisa acompanhar os registros dos alunos e a didática do educador. Foram utilizados estudos com base em conversas informais com alunos e pais, artigos, documentos, sites, e palestras que possibilitaram a construção dessa pesquisa. Foram realizados cursos formativos, dentre os quais, estudo das resoluções 4256/2020, estudo da Base Nacional Comum Curricular, diretrizes educacionais, curso básico de tecnologia, e confecção de material pedagógico.

O local escolhido para o estudo de campo foi uma escola estadual do sul de Minas Gerais. Essa instituição possui 1 (uma) sala de AEE, a qual atende 25 alunos da rede estadual da cidade, do Ensino Fundamental ao Ensino Médio.

Esta investigação foi realizada observando princípios éticos conforme a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

A pesquisa se deu com uma educadora que atua na sala de AEE e um universo total de 15 (quinze) alunos, que estavam matriculados e frequentes na sala de AEE dessa escola e pelos pais ou responsáveis por esses alunos. Além disso, participaram as professoras regentes dessa escola, as de apoio e a de sala de recursos.

Na pesquisa, foram incluídos os quinze alunos do universo selecionado, os quais os pais aceitaram participar da pesquisa e os pais ou responsáveis por esses alunos que assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Os que não assinaram o

termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), não participaram do estudo.

O problema detectado foi a falta de formação continuada dos docentes, tendo em vista a dificuldade e insegurança do educador ao preparar um planejamento que fosse claro, objetivo e flexível para atender às demandas inclusivas da sala de aula, assim como para construir um plano de ação que pudesse facilitar a aprendizagem do aluno, levando-o a concentrar sua atenção para realizar as atividades propostas. É importante que esse processo educacional atinja a sociedade e a família, para que juntos possam construir um ambiente formador no qual, de fato, o aluno fosse inserido. Mediante isso, questiona-se, até quando os professores resistirão à capacitação formativa? E a família, não deve também ter preparo para ajudar nas atividades escolares? A proposta inclusiva da escola deve ser aberta à sociedade?

E para elucidar a tese busquei por metodologias de pesquisa bibliográfica, cujos autores foram importantes para a concretização desse estudo, e por essa razão trabalhou-se como objetivo investigar se o profissional de atendimento educacional especializado tem investido em sua formação continuada. É fundamental entender quais são as barreiras que o impedem de buscar por novos conhecimentos, assim como de apresentar as possibilidades que podem contribuir para sua prática pedagógica. E a partir destes dados, destacar a importância e a relevância de uma prática pedagógica, a qual integre metodologias ativas de ensino com e sem o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação.

Vale então afirmar a necessidade de mudar a forma de trabalhar, tendo em vista que a tecnologia em si não transforma o homem, mas sim, o seu modo de pensar e de raciocinar, e para isso é fundamental que o profissional da educação tenha consciência de que seu papel é formador e incentivador.

5. RELATOS E CONTRIBUIÇÕES DE EDUCADORES E PAIS

DEALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Esse capítulo apresenta as informações coletadas e produzidas a respeito do Atendimento Educacional Especializado, em uma escola do sul de Minas Gerais. Inicialmente, são relatados os trabalhos localizados na revisão sistemática de literatura, as quais permitiram identificar os estudos já produzidos sobre a temática da formação docente para a atuação no AEE. A intenção é comprovar e afirmar a importância da formação continuada para todos os profissionais responsáveis pelo bom andamento e funcionamento de uma escola inclusiva.

Em seguida, são apresentadas as informações coletadas nessa investigação científica, as quais foram organizadas em subtópicos para melhor compreensão e diálogo com a teoria contemplada nesse estudo

5.1. Levantamento de dados bibliográficos

Realizou-se busca no Catálogo de teses e dissertações da CAPES com o descritor “sala de atendimento educacional especializado”, o que trouxe 1462 resultados. Após a aplicação de filtros e considerando apenas dissertações atualizadas de 2020 a 2023, foram selecionados 16 trabalhos, mais próximos ao objetivo do estudo em questão. E após a leitura dos títulos e resumos foram selecionados 11, cujas informações estão no Quadro 1.

AUTOR (A)	TÍTULO	LINK
Silva, Delvânia dos Santos	Políticas de Formação continuada professores	https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29874/1/Políticas de Formação Continuada.pdf

Freitas (2020)	atendimento educacional especializado (AEE Quironópolis/G O – 2017/2019	
Vale, Cláudia de Oliveira (2020)	A Formação de professores (as) para o Atendimento Educativo Especializado nas Escolas da rede Estadual de São Luis- MA no período de 2016 a 2019	https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/4314/2/ CLAUDIADOLIVEIRAVALE.PDF.
Duarte, Patrícia Nazário Feitosa (2020)	Tecnologias assistiva: um olhar sobre a formação continuada para atendimento especializado no Distrito Federal.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9498348
Souza, Patrícia Resende de. (2020)	Tornar-se Professor, professora: a construção da Identidade profissional de	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10659980

	docentes que atuam no Atendimento Educacional Especializado de Escolas da Rede Municipal de Uberlândia/MG	
Oliveira, Amanda Maria Domingos de. (2020)	Atividades Desplugadas no Atendimento Educacional Especializado: o pensamento computacional no Contexto inclusivo.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10328095
Gonçalves Flávia Teles (2020)	Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recurso Multifuncionais em Município do Interior do Mato Grosso	www/sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoconclusao.jsf?popup=truo&id_trabalho=9702976
Luciene de Moraes de Souza (2021)	Significações sobre formação contínua e trabalho docente no atendimento	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11123286

	educacional especializado	
Daise da Silveira Maneti (2021)	Tecnologia Assistiva e a formação continuada dos docentes do Atendimento Educacional Especializado.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11388226
Patrícia Alves Godinho (2021)	Saberes docentes dos professores de atendimento educacional especializado na Educação Superior: contribuições para formação continuada de professores	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10946166
Thiago Falcão Solon (2023)	Formação continuada de professores do atendimento educacional especializado: reverbações para o desenvolvimento profissional docente.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14977718

Taiane Abreu Machado (2023)	Cenário e perspectivas da formação continuada docente na política dos centros de atendimento educacional especializado no município de Salvador – BA.	sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.js?f?popup=true&id_trabalho=13804827
-----------------------------	---	--

Fonte: Organizado pela pesquisadora com base nos dados da pesquisa.

Na sequência, estão apresentados os objetivos e resultados desses estudos. A começar pelo estudo de Silva (2020), o qual foi desenvolvido na rede municipal de ensino (urbana e rural) de Quirinópolis-Go, com quatro professores e teve como objetivo “analisar as implicações/repercussões, nas percepções/concepções dos professores, egressos dessa formação continuada em relação ao AEE das escolas públicas no município”. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada na análise de discurso. Apresentou como resultados que, embora a legislação vigente no Brasil determine que haja mudanças em relação à atuação dos professores de AEE, suas percepções mostraram que há ainda resistência a essas mudanças, quando a escola deveria ser inclusiva. Defendeu que, para que não haja retrocesso no que se refere à educação inclusiva na escola, faz-se necessário investir na formação continuada dos professores, no sentido de promover a autonomia e a independência, sendo essencial a reflexão, por parte do docente, em relação à prática pedagógica no intuito de reconhecer e valorizar as diferenças existentes.

Vale (2020) realizou um estudo objetivando “identificar quais as formações continuadas os professores das Salas de Recursos

Multifuncionais (SEM), que exercem suas funções no Atendimento Educacional Especializado da Rede Estadual de Ensino de São Luís recebem da Assessoria de Educação Especial (AEESP)”. A pesquisa apoia-se nas obras de Carvalho (2010); Costa (2013); Imbernón, Ramalho et al (2003) e Faitanin (2014), dentre outros. Como procedimento metodológico utilizou-se da abordagem qualitativa, além de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa foi realizada em uma escola de cada um dos 12 polos da rede pública estadual de ensino, totalizando 12 salas de Recurso Multifuncionais. A pesquisa foi realizada com uma amostra de 12 professores do Atendimento Educacional Especializado, sendo (1) Superintendente de Educação Especial do Estado do Maranhão, e (1) formadora dos professores do A.E.E. Utilizou a entrevista semiestruturada para professores do A.E.E, para a professora formadora da SUEESP/ MA e Superintendente de Educação Especial, assim como observação não participante nas salas de A.E.E. Para a análise das entrevistas semiestruturadas junto aos atores envolvidos utilizou-se Bardin (1997). Os resultados mostraram que os momentos de formação para os professores de A.E.E, nos anos de 2015 a 2017, ocorreram mensalmente de 15 em 15 dias. As informações foram colhidas de acordo com visita realizada na secretaria junto ao setor da educação especial, os quais tiveram acesso aos planos de formação. Concluiu que o Estado de Maranhão cumpriu as determinações legais, mas se faz necessária uma formação específica para os docentes exercerem suas funções no atendimento às pessoas com deficiências, nas salas de recursos multifuncionais que perpassam por questões relevantes.

Duarte (2020) teve por objetivo analisar a formação continuada docente sobre Tecnologias Assistivas (TA) promovida pela Secretaria de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação, do governo do Distrito Federal e sua repercussão na prática docente dos egressos. Buscou compreender a formação como espaço de constante aprendizado e o A.E.E, como apoio ao processo de ensino e aprendizagem no âmbito de Educação inclusiva e suas atribuições. Foi abordado o uso das TA no contexto educacional, compreendendo

como interdisciplinar, pois envolvia produtos, serviços e técnicas no intuito de atender às demandas dos estudantes como deficiência, mobilidade reduzida, sejam temporárias ou não, visando autonomia, qualidade de vida e independência, conforme o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) (MEC, 2006). Foi utilizada a abordagem qualitativa tendo como base a análise documental. Realizou-se o mapeamento dos egressos, considerando as movimentações de lotação. As etapas programadas para encontro presencial tomaram outros rumos, sendo necessário ajustes para preservar a saúde dos envolvidos. Considerou-se todos os dados obtidos no intuito de compreender o olhar dos profissionais. Isso se deu de acordo com recursos online na perspectiva da análise de conteúdo na adaptação de Franco (2019), como forma de identificar elementos para a compreensão da dimensão da aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso e proposições. As proposições apontam nova estrutura de curso e formação permanente através de espaço para estudo e planejamento de estratégias e materiais em parceria com Institutos e Universidades.

Souza (2020) teve seu estudo norteado pela questão: quais os elementos da constituição identitária estão presentes no tornar-se professor e professora (A.E.E), buscando entender como ocorre o desenvolvimento profissional docente para atuar no A.E.E? O objetivo de estudo foi compreender o tornar-se professora, a constituição da identidade e o desenvolvimento profissional dos professores/as que atuam no A.E.E de escolas da Rede Pública Municipal de Uberlândia. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, com opção teórico metodológica, em aproximação com o materialismo histórico-dialético, que subsidiou a definição das categorias de análise e ampliou as reflexões sobre os conceitos da educação especial e inclusiva, identidade, formação inicial, formação contínua de docentes e desenvolvimento profissional docente. Para reflexão sobre a composição dos aspectos legais, foram selecionados documentos relativos à Educação Especiais no Brasil, a partir da pertinência em relação à temática geral da pesquisa. Para a construção, interpretação dos dados e compreensão do objeto de pesquisa utilizou a técnica de

análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). A partir da interlocução com as professoras, depreendeu que a formação docente, inicial e permanente, é essencial ao processo de “tornar-se” professor/a; o AEE, enquanto lugar compreendido como pertencimento, é fundante da constituição identitária.

O estudo de Oliveira (2020), foi realizado com três professoras atuantes nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e a responsável pela Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação de um município de Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo levantamento, que usou como instrumentos para a coleta de dados, um questionário e um roteiro de entrevista semiestruturado. Como resultados apresentou sobre a formação dos professores, a avaliação, a organização dos atendimentos, as dificuldades, a legislação que segue os dispositivos nacionais e estaduais, dentre outros. Concluiu que o local pesquisado mostra uma realidade de formação para a inclusão escolar buscando a concretização dos agentes responsáveis na educação inclusiva que é realizada nas SEM.

Gonçalves (2020) realizou um trabalho sobre as Salas de Recursos Multifuncionais (SEM), local onde ocorre o A.E.E com dispositivos legais publicados pelo governo. O objetivo foi conhecer como o AEE ocorre nas SRM de uma cidade do interior do estado de Mato Grosso do Sul. Foi uma pesquisa de cunho qualitativo, e teve como participantes três professores atuantes nas SEM e a responsável pela Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação. Utilizou dois instrumentos de pesquisa para coleta, sendo o primeiro um questionário adaptado de Machado (2017), aplicado às professoras abordando questões referentes à formação acadêmica e profissional, à estrutura física da escola, aos materiais e recursos tecnológicos disponíveis, às características do atendimento oferecido, ao perfil das crianças, além de explicar a organização dos atendimentos realizados. Posteriormente, usou um roteiro de entrevista semiestruturado retirado da pesquisa realizada pelo ONEESP com questões disparadoras realizadas junto à responsável

pelo A.E.E na Secretaria de Educação do Município, que foi gravada e transcrita para análise.

Os resultados da pesquisa de Gonçalves (2020) mostram a caracterização das escolas participantes do estudo e suas SRM; a formação dos professores, incluindo especialização na Educação Especial; a avaliação como parte necessária do processo de inclusão dos alunos nas SRM, sem padrão estabelecido; a organização dos atendimentos por horário determinados pelas professoras, seguindo critérios de nível de dificuldades dos alunos e as dificuldades encontradas pelas professoras. A entrevista com a gestora evidencia como ocorreu o AEE no município, desde o início, e a formação dos professores atuantes nas SRM; a legislação segue os dispositivos nacionais e estaduais; o processo de diagnóstico e avaliação dos alunos realizado na escola com psicóloga e psicopedagoga, com encaminhamento do diagnóstico; a função e os recursos que o município dispõe para funcionamento da SRM, bem como as parcerias criadas. Conclui-se que este local reflete a realidade da formação de práticas e atendimentos para Inclusão Escolar em todo o Brasil em uma tentativa de concretizar os dispositivos legais criados no âmbito nacional e estadual, os quais mostram dificuldades, mas com grande esforço por parte dos agentes responsáveis e atuantes na educação para efetividades das SEM no atendimento ao PAEE, podem ser superadas.

Souza (2021), no contexto da educação inclusiva, pretendeu conhecer como os sistemas de ensino público encaminham a política de formação contínua, para subsidiar o trabalho docente no Atendimento Educacional Especializado, nas salas de Recursos Multifuncionais, foco da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Do mesmo modo, é necessário conhecer o que os professores pensam sobre esses encaminhamentos e seus desdobramentos no trabalho que realizam. Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar as significações sobre a formação contínua e o trabalho docente no Atendimento Educacional Especializado, atribuídas por uma professora da rede pública de

ensino do município de Teresina - Piauí. Especificamente, objetiva verificar as normatizações da educação especial do município, com recorte para as prescrições sobre a formação dos professores que trabalham no atendimento educacional especializado; Identificar ações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, na área de formação contínua, em atendimento às exigências do trabalho docente com os alunos público da educação especial; conhecer o percurso e as escolhas formativas da professora participante da pesquisa para o trabalho nas salas de recursos multifuncionais. Trata-se de um estudo de caso singular, com base nos aportes teóricos-metodológicos do Materialismo Histórico-Dialético; da Psicologia Histórico-Cultural; da Epistemologia Qualitativa da Pesquisa, e nas contribuições de estudiosos das políticas educacionais sobre formação de professores, e da história da educação especial no Brasil. Metodologicamente, apoia-se nos procedimentos dos “Núcleos de Significação”. Quanto aos resultados, a análise dos documentos atesta a adequação entre as normatizações nacionais e a legislação da educação especial em Teresina, inclusive nas contradições apontadas na política nacional. Ações de formação localizadas nos relatórios mostram-se insuficientes para suprir as necessidades dos professores das salas de aulas comuns, e daqueles que atuam no atendimento educacional especializado. As significações atribuídas à formação contínua e ao trabalho docente no atendimento educacional especializado indicam a relevância das atividades formativas, mas evidenciam problemas. Entre estes: dificuldade de estabelecer parcerias com os professores das salas comuns; desvalorização e desconhecimento das funções desse serviço de apoio nas escolas. Expressam, ainda, debilidades na política de formação, encaminhada pelo órgão gestor, com ênfase em oficinas e palestras, em detrimento do aprofundamento teórico e da articulação com as necessidades docentes, o que provoca o financiamento da própria formação. Suas conclusões apontam convergências entre as significações atribuídas e as normatizações nacionais e locais que orientam a política de educação especial, sobretudo no que diz respeito à formação e às prescrições para o

trabalho dos professores nas salas de recursos multifuncionais. As significações, também, confirmam os dados oficiais que expressam a política de formação implementada pelo município, disponíveis nos relatórios consultados. Estes achados aproximam-se dos resultados alcançados por pesquisadores do campo da educação especial, acerca dessa temática.

Manenti (2021), em sua pesquisa apresenta alguns fundamentos legais que formam o arcabouço legislativo no que tange à área da Educação Especial, e que respaldam os direitos dos alunos, seu público-alvo. O desenvolvimento de ações legais repercutiu positivamente nas instituições de ensino e houve um aumento significativo desses estudantes matriculados nas escolas públicas regulares. A literatura apontou que muitos professores sentem a necessidade de processos formativos com vistas a aprimorar práticas pedagógicas mais inclusivas. Diante dessa necessidade e da crescente pluralidade de alunos no âmbito escolar, é necessário pensar em processos de formação mais inclusivos. A Tecnologia Assistiva visa contribuir com a aprendizagem desses alunos nas salas de aula de Atendimento Educacional Especializado, através de seus serviços e recursos de acessibilidade. Considerando sua importância, a pesquisa analisa como processos formativos que envolvem a temática Tecnologia Assistiva para docentes que atuam no Atendimento Educacional Especializado em escolas públicas da região sul de Santa Catarina, podem favorecer no aprimoramento de práticas pedagógicas mais inclusivas e na consequente minimização de barreiras de ensino que estes docentes possam estar vivenciando na atuação profissional. Desse modo, o grupo de pesquisa GPEATA, do IFSC – Campus Araranguá, promoveu um processo formativo destinado aos docentes que atuam no AEE. A pesquisa de natureza aplicada, com abordagem de cunho qualitativo, considera como corpus, a participação de professores que atuam no AEE. Para compor a pesquisa foram utilizados dois instrumentos de coleta de dados, sendo um questionário contendo perguntas abertas e fechadas, entregue aos professores participantes da formação

continuada e uma entrevista semiestruturada, realizada com quatro docentes envolvidos no processo formativo. As análises realizadas por meio dos procedimentos da análise textual discursiva nos possibilitam indicar que há pouco ou nenhum componente curricular acerca de TA nas formações iniciais ou continuadas cursadas pelas participantes. A pesquisa mostrou que os docentes buscam por processos de formação que primam desenvolver sua prática pedagógica e reconhecem a importância em participar de processos formativos semelhantes ao desenvolvido pelo LABTA. As interlocuções também apontaram que houve uma mudança inicial em relação à concepção de TA, a partir dos conteúdos da formação continuada, contudo, a TA ainda é compreendida, na maioria das narrativas, por recursos de acessibilidade. Essas percepções colocam TA sob uma ótica instrumentalista, com foco na resolução de atividades. Os resultados corroboram com os encontrados na literatura e apontaram que existe um desconhecimento por parte de alguns professores a respeito dos recursos de TA existentes no AEE. As respostas das professoras a respeito dos recursos de TA presentes, nesses espaços, demonstraram que há certa dificuldade em utilizar os recursos disponíveis, principalmente os de alta tecnologia. Os resultados corroboram com os dados já descritos em outras pesquisas, em relação à necessidade de processos formativos que promovam a TA para auxiliar os professores que lecionam no AEE, e avalia-se que esses ganhos possam ter contribuído com a formação dos professores participantes.

Godinho (2021) investigou os saberes docentes mobilizados pelos professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Superior e suas possíveis contribuições para a formação de professores voltada à Inclusão. Sua realização foi justificada pela presença cada vez maior de pessoas com deficiência nos cursos de educação superior e na necessária preparação das instituições, bem como dos professores, para conduzirem o processo de ensino-aprendizagem desses estudantes. Teve como objetivo geral analisar os saberes docentes mobilizados pelos professores do AEE na

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), buscando identificar elementos que contribuam para a construção de uma proposta de curso de formação em serviço, para professores, de modo a qualificar as práticas voltadas à Educação Inclusiva. Metodologicamente, este estudo realizou uma pesquisa que: a) do ponto de vista de sua natureza, foi aplicada; b) do ponto de vista da abordagem do problema, foi qualitativa; c) do ponto de vista de seus objetivos, foi descritiva; e(d) do ponto de vista de seus procedimentos, foi bibliográfica, documental e de campo. Utilizou, como técnica de pesquisa, o estudo de caso instrumental. A partir desta investigação, foi desenvolvido um curso de formação continuada para professores que atuam em disciplinas regulares, com base nos estudos apresentados sobre Saberes Docentes e Educação Inclusiva, como produto educacional vinculado à pesquisa. A partir da investigação desenvolvida, foi possível constatar: (a) que a formação para a docência universitária demanda investimento em formação pedagógica. Para tanto, há necessidade de abertura do docente para novos conhecimentos; (b) conhecimentos específicos da educação especial, tais como: concepções de deficiência, legislação e adequações curriculares, entre outros, importantes para o processo de inclusão. Porém, aparecem com maior evidência, como favoráveis ao processo de inclusão, os saberes gerais inerentes à profissão docente; e (c) que a formação continuada em serviço constitui-se em um espaço privilegiado para a reflexão e ressignificação da prática docente de modo a favorecer a inclusão.

Solon (2023) em seu estudo teve como objetivo compreender as reverberações da formação continuada de professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), atuantes em Caucaia – Ceará, no Desenvolvimento Profissional Docente (DPD). Apoiamo-nos, como aporte teórico da pesquisa, na Psicologia histórico-cultural de Vygotsky (2010, 2011); nos estudos de Candal (1997), Altenfelder (2005), Santos e Falcão (2020) para as discussões sobre formação continuada; em Silva e Velanga (2015), Queiroz (2017) e Borges (2019), para as reflexões acerca do AEE; em Garcia (2009) e

Imbernón (2010), no que concerne ao DPD e, ainda, em Dubar (2005) e Ciampa (2005), quanto à temática da identidade docente. O estudo, de natureza qualitativa, buscou suporte na pesquisa-formação vivenciada em seis encontros formativos, via plataforma Google Meet, tendo como participantes seis professoras do AEE atuantes na Rede Municipal de Ensino de Caucaia-Ce. As atividades da formação incluíram, além de leitura e discussão de textos, casos de ensino, complementação de frases, dinâmicas, sendo, ainda, mediadas pela arte, a fim de conhecer as trajetórias, concepções, sentidos e significados a respeito da formação continuada e do DPD das participantes, bem como das reverberações da formação continuada na atuação em Sala de Recursos Multifuncionais - SRM e na constituição da identidade docente, aspectos importantes no processo de desenvolvimento profissional. Além da pesquisa formação, optou-se pela utilização de questionário, entrevistas e diários reflexivos como instrumentos de produção de dados. Para a análise dos dados, adotaram-se os pressupostos da Análise Textual Discursiva (ATD). Os resultados apontam que a formação continuada, em suas múltiplas expressões, interfere na forma como os professores do AEE desenvolvem-se na carreira, embora ocorra de maneira diferente pelas singularidades de cada docente. Os sentidos produzidos pelas professoras investigadas, como a visão missionária da profissão, revelam que a docência no AEE ainda é marcada por ideias históricas sobre a função desse professor, ao passo que o sentido de aperfeiçoamento e de melhoria do trabalho docente, atribuído à relação entre formação continuada e DPD, expressa uma ligação fortemente atravessada pelo caráter técnico e instrumental das formações para o AEE, em razão das prescrições dos documentos legais-normativos na perspectiva inclusiva. Também se constatou que a formação continuada medeia a prática das professoras investigadas, embora as participantes não tenham clareza de como as formações realizadas contribuem para a qualidade do trabalho e enfrentamento aos desafios da função. Por outro lado, identificou-se que a formação continuada reverbera em grande medida na constituição da identidade

dos professores do AEE, sendo atribuída como uma das principais responsáveis por mudanças de comportamentos e pelo próprio desenvolvimento profissional, ao mesmo tempo que a perspectiva inclusiva ainda produz, dentro da escola, múltiplas identidades ao professor do AEE. Entende-se, assim, que a formação continuada deve proporcionar ao docente do AEE espaços de reflexão e dialogicidade, para que se tornem vivências de fato contributivas em seu desenvolvimento não só profissional, mas também pessoal.

Machado (2023) teve como objetivo analisar como se estabelece a formação continuada docente, a partir dos cenários e perspectivas advindos da política que orienta a atuação dos Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) no município de Salvador - BA. Para tanto, esta pesquisa caracteriza-se com um enfoque de estudo de caso e por uma abordagem metodológica qualitativa, composta por objetivos que investigaram os documentos que orientam o estabelecimento da oferta formativa contínua pelos CAEEs, reconhecendo sua importância para o processo de inclusão escolar. Foram lócus da pesquisa 5 instituições da Organização da Sociedade Civil (OSC) que funcionam como CAEE, sediados no município de Salvador, estado da Bahia; além da análise da política que trata da temática em questão, foram entrevistadas 5 profissionais que atuam de forma direta na composição das formações continuadas. Como resultado, a pesquisa revelou que os CAEEs participantes da pesquisa têm buscado garantir a oferta e a execução das formações continuadas em Educação Especial mediante o acordo de cooperação em parceria com a Secretaria Municipal da Educação de Salvador - BA. No entanto, por causa de algumas lacunas comunicativas a participação efetiva dos docentes nestas formações contínuas ainda não está consolidada com equidade de oportunidades e direitos, mesmo compreendendo o esforço dos CAEEs em atuar de forma ativa nas ações formativas.

Estas pesquisas, demonstraram que é necessário produzir novos conhecimentos, informações e conteúdo, tendo como base uma forma lúdica, estimuladora para tornar os alunos protagonistas na

construção do saber, e isso deve ocorrer por meio da interação, empatia entre seus pares, professores e família, oportunizando a construção colaborativa do conhecimento por meio de recursos e ferramentas tecnológicas da web.

Os estudos acima nos levam a refletir sobre as possibilidades de acesso dos professores a melhores parâmetros de performance profissional, o que possibilitará aos alunos, construir novos conhecimentos e assim, avaliarem as melhores técnicas de aprendizagem, no intuito de serem capazes de refletir sobre suas ações sempre que necessário. Para isso, é oportuno levar os educadores a terem diálogo e construir juntos reflexões sobre o seu papel formador.

Este levantamento permitiu expandir o horizonte da pesquisa e contribuir para a reflexão sobre o papel dos professores em uma perspectiva inclusiva, visto que eles precisam ter diferentes habilidades para trabalhar numa vertente de educação inclusiva e de educação especial. Além disso, é importante conhecer leis, decretos que mostram os direitos dos alunos, e isso, possibilita melhorar a prática pedagógica de forma a entender como se dá o processo de desenvolvimento e participação desses alunos na vida social, e como eles internalizam os diferentes papéis vividos. Contudo, é de extrema necessidade que os docentes desenvolvam uma relação afetuosa, aberta e disponível com os alunos, dando todo suporte que garanta uma aprendizagem significativa. Isso só será possível se tiverem conhecimento de outras realidades e experiências que são significativas para pensar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, assim como se tiverem diferentes momentos de formação que possibilite trocas e compartilhamentos sobre práticas pedagógicas.

Este levantamento permitiu expandir o horizonte da pesquisa e contribuir para a reflexão sobre o papel dos professores em uma perspectiva inclusiva, visto que eles precisam ter diferentes habilidades para trabalhar numa vertente de educação inclusiva e de educação especial. Além disso, é importante conhecer leis, decretos

que mostram os direitos dos alunos, e isso, possibilita melhorar a prática pedagógica de forma a entender como se dá o processo de desenvolvimento e participação desses alunos na vida social, e como eles internalizam os diferentes papéis vividos. Contudo, é de extrema necessidade que os docentes desenvolvam uma relação afetuosa, aberta e disponível com os alunos, dando todo suporte que garanta uma aprendizagem significativa. Isso só será possível se tiverem conhecimento de outras realidades e experiências que são significativas para pensar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, assim como se tiverem diferentes momentos de formação que possibilite trocas e compartilhamentos sobre práticas pedagógicas.

.5.2 As perspectivas e compreensão das professoras a respeito do atendimento educacional especializado

Esta pesquisa foi realizada com uma (1) professora do Atendimento Educacional Especializado, 6 professoras regentes e 5 professoras de apoio, assim como com 15 alunos do A.E.E e 15 pais que se dispuseram a participar e teve a aprovação do Comitê de Ética através do número do parecer 6.177.116.

No início dessa pesquisa, foi feita uma reunião com a professora da sala de atendimento educacional especializado, quando foi explicado sobre o projeto e foi lhe feito o convite para que participasse dessa pesquisa. A professora selecionada trabalha em dois turnos e por ser professora de atendimento educacional especializado, pode atender no máximo vinte e cinco alunos por turno.

Posterior a isso, foi feita uma reunião com as professoras regentes e as de apoio, e foi compartilhado com elas a necessidade de realizar um trabalho inclusivo. Em seguida foi feito o convite para participarem da pesquisa, tendo em vista os benefícios que este estudo traria à escola. Foi lhes mostrado também que toda ação educativa voltada para atendimento educacional especializado deve

ser realizada em conjunto com toda equipe pedagógica, assim como com os pais.

Igualmente foi formalizado o convite de participação na pesquisa aos pais, pedindo-lhes autorização para o uso de imagem, e a necessidade e importância de realizar esse estudo junto às famílias. Contudo, somente dezesseis pais aceitaram participar, e o restante, por não compreenderem a importância, ou não quererem a exposição da deficiência de seus filhos, não aceitaram fazer parte da pesquisa. Essa situação demonstra a necessidade de um trabalho mais profundo com outros profissionais, como assistentes sociais, psicólogos ou neurologistas, na ânsia de mostrar que no mundo em que vivemos há diversidades, e todos perante a Lei tem os mesmos direitos, inclusive o de ser uma família presente e participativa em todo processo educacional.

Desse modo, segue apresentado, inicialmente, um quadro com as informações gerais dos docentes participantes dessa pesquisa.

Quadro 1 - Informações gerais a respeito dos docentes participantes dessa pesquisa

SEXO	IDADE	FORMAÇÃO ACADÊMICA	FORMAÇÃO NO A.E.E.	TEMPO DE DOCÊNCIA	VOCÊ ATUA EM...
Feminino	24 a 35 anos	Pedagoga	Pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva	08 anos	Professor Regente
Feminino	50 a 55 anos	Pedagoga	Psicopedagogia	30 anos	Professora Regente
Feminino	24 a 35 anos	Pedagoga	Graduação em Educação Especial e Inclusiva	13 anos	Professora Regente
Feminino	35 a 45 anos	Pedagoga	Graduação em Educação Especial e Inclusiva	20 anos	Professora Regente

Feminino	25 a 35 anos	Pedagoga	Pós-Graduação em Educação Especial e Inclusiva	10 anos	Professora Regente
Feminino	50 a 55 anos	Normal Superior	Pós-Graduação em Educação Especial e Inclusiva	14 anos	Professora Regente
Feminino	35 a 45 anos	Pedagogia	Graduação em Educação Especial e inclusiva	03 anos	Professora de Apoio
Feminino	25 a 35 anos	Pedagoga	Pós-Graduação em Educação Especial e Inclusiva	01 ano	Professora de Apoio
Feminino	35 a 45 anos	Pedagoga	Graduação em Educação Especial e inclusiva	03 anos	Professora de Apoio
Feminino	25 a 35 anos	Pedagogia	Graduação em Educação Especial e inclusiva	08 anos	Professora de Apoio
Feminino	50 a 55 anos	Pedagogia	Graduação em Educação Especial e inclusiva	04 anos	Professora de A.E.E

Desse modo, como destacado no quadro acima, a pesquisa foi realizada com seis professoras regentes, cinco professoras de apoio e uma professora da sala de recursos. Cabe salientar, que a

funcionária da Sala de Atendimento Educacional e as professoras de apoio possuem duas graduações, sendo uma em Educação Especial e Inclusiva e a outra em Pedagogia, além da pós em Educação especial e inclusiva. As demais funcionárias possuem graduação em Pedagogia e Pós- Graduação em Alfabetização e Letramento.

Por meio do questionário, a intenção foi investigar como vem sendo trabalhadas as questões referentes às necessidades especiais junto às professoras regentes, às professoras de apoio e às professoras de sala de recurso, além de qual a sua opinião em se tratando de alunos com necessidades especiais, sobre o espaço físico e a questão da acessibilidade. A ideia era buscar saber também sobre a atuação profissional das educadoras, se elas se sentiam preparadas para atender alunos especiais e quais as dificuldades encontradas no atendimento com as crianças de AEE. Foi necessário perguntar qual a melhor metodologia e quantos alunos com deficiência havia em sua sala de aula.

Ainda a pesquisadora procurou saber sobre a formação acadêmica, situação funcional, idade, tempo de docência, se há curso especializado para AEE e o tempo de docência.

Para dar continuidade, a pesquisadora achou pertinente ouvir das professoras o que pensam a respeito da participação da família e se a escola abre espaço para que isso aconteça, além de compreender o que pode ser melhorado para que a escola seja inclusiva. Em se tratando de tecnologia digital, a pesquisadora quis saber qual a opinião, e se elas conheciam essa ferramenta de ensino.

A aplicação dos questionários foi agendada previamente com os próprios participantes da pesquisa, em que estes informavam os melhores horários e disponibilidade para receber a pesquisadora. É importante informar que os professores, objetos dessa pesquisa, responderam os questionários na própria escola em que desenvolvem seus trabalhos. Os pais foram chamados para responder o questionário na escola e os alunos responderam ao questionário na própria sala de recursos. O objetivo principal era investigar se o profissional de atendimento educacional especializado tem investido

em sua formação continuada, e entender quais são as barreiras que o impedem de buscar por novos conhecimentos, assim como lhes apresentar as possibilidades que podem contribuir para sua prática pedagógica. Deste modo, destacar a importância e relevância de uma prática pedagógica, a qual integre metodologias ativas de ensino com e sem o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação.

Conforme Imbernón (2011, p. 63), a formação inicial deve fornecer as bases para poder construir os conhecimentos pedagógicos especializados:

“Dotar o professor ou professora de uma bagagem sólida nos âmbitos científico, cultural, contextual, psicopedagógico e pessoal deve capacitá-lo assumir a tarefa educativa em toda sua complexidade, atuando reflexivamente com a flexibilidade e o rigor necessários, isto é, apoiando suas ações em uma fundamentação válida para evitar cair no paradoxo de ensinar a não ensinar”.

Imbernón (2011) ainda salienta:

“...de acordo com o a formação inicial do professor deve ser um espaço voltado para as discussões que embasam os diferentes contextos da escola e da sala de aula. É preciso estabelecer um conhecimento válido que gere uma atitude interativa e dialética, que leve a valorizar a necessidade de uma atualização permanente em função das mudanças que se produzem”.

Sendo assim, com base na fala dos autores, elaborou-se um questionário que pudesse trazer informações relevantes a essa pesquisa, e desse modo, o que está sendo apresentado é resultado do que foi coletado a respeito dessas informações. As professoras discutiram a respeito do atendimento educacional especializado, da participação das famílias, do acesso a recursos, entre outros.

Nesse sentido, início pela pergunta a respeito de *qual a opinião das educadoras sobre o atendimento de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino*. De acordo com essa questão, todas acreditam ser relevante, mas 4 delas relataram que não basta ter relevância, tem que ter aperfeiçoamento, dinâmica, mudança de postura, gostar da educação especial, pois os alunos já enfrentam uma limitação, e portanto, necessitam ser acolhidos em todos os sentidos. O resultado ocasionou uma pequena discussão entre elas, sendo que para 4 delas a *empatia* é primordial para quem assume a área de atendimento educacional especializado.

Elas também relataram que a tecnologia passou a fazer parte do cotidiano do aluno, e por isso, torna-se necessário que o educador a utilize em sua prática pedagógica, a fim de que por meio da mídia social o aluno aprenda que há ferramentas que viabilizam a comunicação e informação, assim como promovem a socialização, a aprendizagem e a participação dos alunos.

Quando as educadoras foram questionadas se o espaço escolar é acessível para o atendimento educacional especializado, elas disseram que sim, considerando que a escola tem rampa de acessibilidade, banheiros adaptados e sala de AEE, além dos materiais que são confeccionados e preparados pelas professoras para melhor atender às necessidades específicas do aluno. Isso se deve à reforma que a escola está sofrendo nos últimos 4 anos, e que ainda está passível de novas adaptações, considerando o público atendido.

Na pergunta que trata sobre *se as educadoras se sentem preparadas para atender alunos com Necessidades Especiais*, observou-se, de modo geral, que nem todas possuem essa segurança. Duas professoras são recém-formadas e ainda estão em processo de aprendizagem com a realidade; devido a tantas mudanças ocasionadas nos últimos anos, elas relataram que estão buscando por qualificações. Outro grupo de professoras relatou que já tem um bom conhecimento, mas que ainda precisam de mais, pois atender os alunos da educação especial exige muito conhecimento, assim como amor e empatia.

Outro fator que necessita ser comentado é que a Superintendência Regional de ensino fornece cursos apenas para professores de apoio e de salas de recurso, deixando os demais profissionais sem oportunidade de se capacitar, sendo que todos tem o direito de participar e deveriam participar dos cursos promovidos pela SRE. Como não tem acesso aos cursos da SRE, todo o conhecimento adquirido por esses professores acaba se dando na prática do exercício profissional, e todos são unânimes em dizer que fazem muita falta as atualizações e preparação sobre as novas

formações e debates no contexto da educação para os alunos especiais . O valor dos cursos para fazer em instituições de ensino é muito alto.

Já no questionamento referente às *dificuldades no atendimento do A.E.E durante situações atípicas, ocorrida nos últimos 3 (três anos)*, a resposta foi unânime. Segundo as professoras, a Pandemia da COVID-19 trouxe prejuízos na interação entre alunos e professores, que mesmo sendo preparadas para atendê-los de forma remota, encontraram dificuldades no uso das tecnologias de comunicação e informação. Tudo isso ocorreu, devido à falta de acessibilidade aos equipamentos eletrônicos, e equipamentos insuficientes para trabalhos pedagógicos, assim como pela dificuldade de acesso à internet para ambos, tendo em vista locais em que a internet não chegava, além dos impasses existentes para elaborar atividades impressas no atendimento aos alunos no ensino remoto.

Na pergunta, a respeito de *qual seria a melhor metodologia para atendê-los*, a resposta das professoras foi categórica, enfatizando a necessidade e importância de conhecer os seus alunos. Para elas, há alunos e alunos, uns necessitam de material concreto, outros de recursos pedagógicos adaptados, além de atividades adaptadas e sala de atendimento Educacional Especializado. Outrossim, sentem a necessidade de uma boa explicação para que haja entendimento do conteúdo, de forma a facilitar a assimilação. Por fim, vale ressaltar que nessa pergunta, uma das educadoras mencionou a necessidade de usufruir da tecnologia assistiva, como um instrumento de aprendizagem indispensável à formação de alunos com limitação na aprendizagem.

A respeito da pergunta se *há deficientes na sala em que atua e quais deficiências existentes*, as professoras demonstraram segurança ao responder de forma incisiva que sim, e disseram ser autismo, TDAH, paralisia cerebral.

No questionamento, a respeito da *opinião das professoras sobre a participação da família no processo educacional*, três professoras falaram que os pais só querem saber dos progressos, e não se importam com a questão comportamental, e acabam ficando

bravos quando o educador relata sobre o mau comportamento de seus filhos. Quando convocados à escola para tratar dessa questão, eles se rebelam, pois temem que o filho apresente algum transtorno.

Por essa razão, é de suma importância colocar para eles que a família é a grande incentivadora encorajando e orientando no que for preciso. Almeida (2020, p.43), “pais, sobretudo só acreditam em educação mediada pelo professor porque a ideia do cuidar, da babá ainda impera na educação”.

Assim como a família é fundamental e complementar na formação do aluno e no processo de sua aprendizagem, o incentivo aos alunos do Atendimento Educacional Especializado é imprescindível para o desenvolvimento de sua autonomia. Outras educadoras, participantes da pesquisa, destacaram que é importante a participação da família para o processo de inclusão dos alunos em relação aos colegas de classe, porque a presença dos familiares auxilia os colegas a criarem laços de amizade, respeito e empatia com o aluno que precisa de atendimento especial. É importante colocar que todas as professoras disseram que a família ainda está distante da escola e da aprendizagem de seus filhos, deixando tudo ao encargo da professora. A família possui um papel fundamental, pois precisa compreender que a criança deve ser estimulada a vivenciar sua relação com o meio como qualquer outra criança.

“A família é a origem e o berço do desenvolvimento do potencial físico e psíquico de cada ser, dos atributos genéticos e psicológicos que lhe conferem os pais, contribuindo para o crescimento da confiança e da autoestima, que conduz o crescimento, a criatividade e a profunda vontade de viver e de aprender. Se na concepção houver amor como ponto de partida e se, a partir do nascimento, a criança for gentilmente suprida nas suas necessidades essenciais, ela irá acreditar que o mundo é um lugar agradável e positivo no qual pode confiar”. (Almeida, 2021, p.73)

Outro item de fundamental importância abordado nos questionários foi se *a escola abre espaço para que a família participe do processo de inclusão e de participação do aluno com AEE*. A resposta foi positiva, pois a escola está sempre pronta para atender a família e auxiliá-la caso o aluno esteja apresentando dificuldade no processo pedagógico e social. Uma professora enfatizou que a família

e escola devem ser parceiras no processo de ensino e aprendizagem para que assim o aluno tenha mais segurança no ambiente escolar.

Na questão relativa às *dificuldades encontradas no atendimento aos alunos com Necessidades Especiais*, as professoras relataram que a maior dificuldade é o número de alunos em sala de aula. Elas apontaram que numa sala numerosa em que há um aluno com deficiência e sem apoio, ele, provavelmente, sofrerá grandes perdas, pois é difícil atendê-lo com a atenção necessária. Três professoras citaram que a falta de formação continuada dos professores é uma dificuldade que interfere na qualidade do ensino oferecido; e duas delas ainda colocaram que quando a família não aceita a deficiência e não participa de forma ativa da vida escolar dos seus filhos, tudo fica mais difícil. Cabe mencionar que as professoras disseram que a dificuldade está relacionada ao comportamento, à organização, à rotina dos alunos, e à falta de habilidade dos pais em educar os filhos alunos.

É importante levar em consideração que algumas famílias resistem à realidade especial de sua criança, negando e não aceitando o diagnóstico médico o que, além de dificultar o trabalho da escola que precisa atender o aluno sem a parceria da família, ainda concorre para que os resultados sejam menores em relação à criança que fica sozinha para lidar com a sua situação e mais distante de um resultado concreto e efetivo. Muitas vezes o desconhecimento sobre os detalhes da situação da criança faz com que os pais neguem sua realidade e não aproveitem os benefícios que a escola pode oferecer a ela e à família.

Na pergunta a respeito da *aceitação dos alunos sem deficiência e de suas famílias no que tange à inclusão de alunos especiais no ensino regular*, três professoras disseram que a aceitação é boa, visto que famílias e alunos respeitam a limitação dos colegas. Isso significa que os alunos são empáticos e buscam interagir com os colegas especiais, sendo que nas atividades grupais os acolhem com muito carinho e amor, além de auxiliá-los. Já em relação às famílias, nem todas concordam com a matrícula de aluno especiais na rede regular de ensino, pois para eles

os alunos com necessidades não causam danos aos colegas, mas em contrapartida, podem atrasar o aprendizado de seus filhos.

Ainda foi questionado às professoras, *o que é preciso fazer para que a inclusão ocorra também na prática, considerando que na teoria há leis, decretos, documentos que exigem a matrícula na rede regular de ensino*. De acordo com elas de modo geral, primeiramente é preciso amor, olhar o aluno com respeito, trabalhando a sua individualidade. Também é preciso, obviamente, estudo, dedicação, compromisso e comprometimento com um ensino de qualidade, levando a gestão e toda equipe a ser engajada na proposta da Educação para Todos. Isso significa ter a sociedade como parceira na inclusão, conscientizando-a de que deficientes são as barreiras impostas que dificultam a participação e formação do aluno especial. Ressalto que duas profissionais relataram que é preciso investimento por parte do governo na educação especial, incluindo aí a formação contínua dos educadores e das profissionais da cozinha.

É importante e necessário que o processo de inclusão dos alunos especiais inclua profissionais de outras áreas como parceiros no processo educacional, sendo necessário uma equipe interdisciplinar que envolva, psicólogos, psicopedagogos e assistente social, além da capacitação permanente dos professores. É fundamental também incluir alunos com deficiências no processo educacional ativo, na adaptação de materiais, com acolhimento, respeito e esforço para sua integração.

Uma professora comentou que a família deveria ser mais receptiva e sociável no convívio com as outras pessoas, porque muitas vezes há preconceito de ambas as partes, família e amigos, vizinhos. É necessário que todos estejam envolvidos para implementar medidas concretas e garantir que as diretrizes teóricas e legais se traduzam em ações efetivas na vida social, como por exemplo: formação profissional, adaptação curricular, apoio especializado e participação dos pais. É imprescindível que haja investimento do Poder público com uma visão mais ampla voltada à educação de Atendimento Especial.

Uma profissional comentou sobre a importância de os órgãos

competentes estarem em consonância com os objetivos da instituição, mantendo, por exemplo, os

subsídios para formar uma Equipe Multidisciplinar que acompanhem o dia a dia dos estudantes, de maneira que eles não fiquem sujeitos aos atendimentos espaçados/demorados que o município dispõe. Outro ponto que merece destaque, segundo a professora, é o investimento nas tecnologias assistivas.

Uma professora destacou a utilização de recursos voltados à deficiência no intuito de proporcionar o desenvolvimento da autonomia, independência, e conseqüentemente melhor qualidade de vida para os alunos, e que para isso, fez-se necessário trabalhar materiais concretos e estruturados, de forma a viabilizar o atendimento individualizado de maneira a atender à necessidade específica de cada aluno.

Duas professoras se manifestam dizendo que é de fundamental importância buscar por metodologia diferentes que contribuam para melhorar e aumentar a participação dos alunos nas atividades a eles propostas, aguçando sua curiosidade e estimulando suas capacidades para aprender.

Cinco professoras reforçaram a ideia de que usar materiais desenvolvidos para auxiliar pessoas com deficiência, é a forma mais inteligente e que mais estimula a participação nas atividades, e que as atividades lúdicas são usadas para facilitar a comunicação e promover a mobilidade.

No item que se refere à tecnologia assistiva, as educadoras de modo geral disseram conhecer, e também de que forma pode, ser utilizada na prática. Entretanto, duas professoras disseram que não conhecem tão bem na prática, pois os cursos são caros e a SRE não oferece capacitação gratuita. Outrossim, disseram que utilizam as tecnologias assistivas através de materiais concretos, rotina estruturada, pranchas, contação de histórias, áudio visual, entre outros.

Importante colocar que as respostas relacionadas a esse item,

foram de “ter conhecimento, mas que nem todas utilizam”, e assim sendo, comentaram que no curso de pós-graduação em Educação Especial é que puderam ter mais intimidade com o assunto. Importante também colocar que a troca de experiências é um ponto importante, pois as professoras que não tiveram oportunidade de se capacitar e adquirir conhecimento através de cursos, puderam ouvir as experiências de outros profissionais, considerando que na escola é oportunizado momentos nas reuniões pedagógicas em que algum professor com conhecimento na área de educação inclusiva e das tecnologias compartilhe seus conhecimentos, inclusive, mostrando como é realizado o procedimento de inclusão por meio da tecnologia assistiva.

Tendo em vista as respostas apresentadas é possível concluir que ser professor no contexto do Atendimento Educacional Especializado é um grande desafio, pois muitas vezes os professores se vem sozinhos, encontram dificuldades para falar de seus anseios, sentimentos, ou seja, há falta de diálogo, trocas de experiência que impedem o crescimento profissional na prática. Isso acaba por aumentar a dificuldade na construção do planejamento equânime. Assim, é preciso que a gestão escolar trabalhe a importância da troca de experiências, para que assim todos estejam engajados na proposta de educação para todos. Contudo, pode-se dizer que a formação continuada é imprescindível para melhorar a interação do profissional com a família, no intuito de superar os desafios da era digital, a qual também foi visível na Pandemia da Covid-19.

“Para os educadores desenvolverem estratégias de ensino e aprendizagem que atendam a diversidade do alunado, que frequentam escolas atuais, é mais que um desafio, é a base da docência, comprometida com educação ética, de boa qualidade para todos. Ao contrário do que ocorria algumas décadas, quando apenas um grupo de “profissionais dedicados” escolhia trabalhar com alunos ditos especiais (MILLER, GLAT, 1999), hoje não existe mais essa opção; pois qualquer professor em algum momento de sua trajetória profissional, terá alunos com Necessidades Especiais em sua classe, e deverá ter conhecimentos básicos e autonomia para criar estratégias mais condizentes de ensino com essa nova realidade”. (Glat, 200, p. 188)

Para tanto, é de suma importância destacar que a educação do

século XXI segue por um caminho de inovação e transformação, e que reconhece na tecnologia assistiva recursos e serviços voltados às pessoas com deficiência visando proporcionar a elas autonomia e independência para assim serem inclusas em todo campo social.

A partir dos dados coletados na entrevista com os educadores, foi possível concluir que os profissionais conhecem um pouco sobre o processo educacional de crianças especiais, mas não sabem como utilizar os instrumentos e ferramentas pedagógicas, e alegam que os cursos ofertados nas escolas pela Superintendência de Ensino só são oferecidos aos professores de apoio e/ou sala de recurso. O que elas conhecem, é por meio de troca de experiência, reuniões de módulo II em que a diretora dá oportunidade para que as profissionais de apoio possam repassar o que

foi aprendido nestes cursos, e vez ou outra a participação de uma profissional da área de saúde, como psicólogo, fonoaudióloga.

Sendo este tema de grande relevância para a educação, percebe-se que as professoras se sentem inseguras, o que impede que seu crescimento ocorra, pois quando questionadas, elas ficam perdidas nas respostas, e isso só demonstra insegurança e medo de desafiar o que é novo. Partindo dessa premissa, vê-se a necessidade de elas buscarem dentro de si o altruísmo, a autoconfiança

“A implementação de um sistema de educação inclusiva não é tarefa simples para oferecer ensino de qualidade a todos os educandos, inclusive para os que tem alguma deficiência ou problema que afete a aprendizagem, como viemos discutindo, a escola precisa reorganizar sua estrutura de funcionamento, de metodologia e recursos pedagógicos, e principalmente, conscientizar e garantir que seus profissionais estejam preparados para esta nova realidade”.
(Glat, 2012, p.30)

Portanto, vê-se na prática que a realidade escolar ainda é ineficiente, pois faltam muitas adaptações para que a inclusão se torne de fato inclusiva. O que se vê é o despreparo de alguns educadores e de pais que não compreendem a importância da parceria e do entendimento de que “ser deficiente” não é “ser louco.”

5.3.. O atendimento educacional na sala de AEE

A sala de Atendimento Educacional Especializado é um local arejado, silencioso, adequado e rico de materiais concretos, aramagos, jogo da memória, jogo dos sete erros, painel psicomotor, jogos de encaixe, de percepção visual, jogos de raciocínio, quebra cabeça e outros. Ou seja, é um espaço que contribui para o desenvolvimento de competências e habilidades, e localiza-se próximo à biblioteca escolar.

Após o preenchimento dos questionários, iniciei o acompanhamento das aulas na sala de AEE, em que os alunos são atendidos no contraturno e há um horário específico para cada aluno, sendo que em alguns horários são atendidos 2 (dois) alunos ao mesmo tempo. Fiz o acompanhamento durante 3 (três) semanas, de forma integral, sendo que a quantidade de horas cumprida pela professora é de dezesseis horas semanais, mas vale ressaltar que a professora dobra turno na mesma escola, cumprindo um total de 32 horas semanais. O atendimento é realizado das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 de segunda-feira a quinta-feira. O atendimento com a professora de AEE dura aproximadamente 50 minutos com cada aluno.

Observou-se nessas semanas de pesquisa que as professoras de Atendimento Educacional Especializado têm um trabalho árduo, contínuo e repetitivo, pois as crianças assistidas são mais vulneráveis, e encontram dificuldade na socialização, na comunicação e na aprendizagem.

Diante dessa realidade, é preciso desenvolver um trabalho pautado no respeito à individualidade do aluno, e isso requer um ensino diversificado, com atividades lúdicas interessantes. Nesse sentido, observou-se que as professoras buscam por meio de metodologias ativas atingirem o interesse do aluno, para que assim o aluno seja capaz de compreender e entender as atividades. As professoras apropriam-se de recursos pedagógicos assim como de ferramentas computacionais que viabilizam e fomentam a sede de aprender.

Para tanto, observou-se que através de materiais concretos,

como alinhavo, jogo de percepção visual, de coordenação motora, imagens e palavras, atividade de consciência fonológica, o professor trabalha o raciocínio, a coordenação, a memória, a classificação, a organização, assim como a interação que propicia a comunicação e o desenvolvimento da autonomia e independência.

Na realidade dessa escola, as professoras têm ciência de que há alunos que apresentam grandes dificuldades na construção de palavras, e igualmente da fala. Dos 16 (dezesesseis) alunos acompanhados, foi possível perceber que 10 (dez) deles apresentam facilidade na imaginação, sendo que conseguem transferir para o caderno o que imaginam, já outros encontram dificuldades na construção do conhecimento. Isso desafia o profissional a investir numa proposta de educação que estimule a criação e construção do conhecimento, e para isso, é fundamental trabalhar a curiosidade dos alunos, instigá-los e refletir a respeito de propostas educativas inovadoras. Na primeira semana, percebi que os alunos estavam apáticos, sem interesse nas atividades, os desenhos ficaram sombrios. Acredito que transferiram para o desenho o sentimento de tristeza, de desinteresse, e isso mostra que assim como o aluno, o professor também não soube fazer o bom uso da metodologia ativa.

Na segunda semana de pesquisa, observei que a professora havia percebido o desinteresse dos alunos, e buscou inovar a prática pedagógica, utilizando ferramentas computacionais inovadoras, com objetivo de levar o aluno a pensar, ter agilidade, coordenação motora, ordenar, assim como perceber o erro. Para isso, ela buscou por sites de jogos que viabilizassem a participação ativa e efetiva dos alunos, dentre os quais destaco como importante escola games, jogos virtuais diversos, e-laboratório. Ainda nesta semana, foi trabalhado a sequência didática com 3 (três) alunos, com a história dos três porquinhos no Youtube, dando assim sequência à atividade que a professora regente estava trabalhando. Observei que com jeitinho, a professora conseguiu trabalhar a oralidade, extrair dos alunos o que havia acontecido na história, quais os personagens, a quantidade de porquinhos, e em seguida, na abordagem interpretativa, ela trabalhou

o quebra-cabeça e o jogo damemória. Foi uma semana atrativa, as atividades eram coloridas, interessantes, o que chamou a atenção dos alunos. Percebeu-se nessa semana que 14 alunos tinham facilidade no uso da tecnologia, outrossim, encontraram dificuldade, mas a professora a todo momento se disponibilizou a ajudá-los, e para facilitar o manuseio do mouse, ela orientou a forma como utilizar o teclado, ligar o som e desligar, ligar e desligar o computador, e assim auxiliou-os no jogo. Duas alunas passaram por um trabalho de coordenação motora, cuja professora utilizou o alinhavo, aramago, pontilhado, jogo do equilibrista no intuito de facilitar o trabalho no computador.

Na terceira semana de acompanhamento da sala de A.E.E foram utilizadas atividades envolvendo, jogo do equilibrista, jogo da velha, cartas, dama, palitos, sequência histórica, levando-os a conhecer outros jogos que ajudam na intervenção e no desenvolvimento da oralidade, concentração, sequência, movimentos, incluindo rosquear e a pinça. Percebi nessa semana que jogos que exigem maior concentração e atenção, cansam os alunos e eles dispersam com mais facilidade. Saliento a importância de os educadores compreenderem o que é válido para a inclusão dos alunos, em especial, o trabalho com o lúdico e as atividades dinâmicas. Uma boa leitura, estudo de documentos, pesquisas que contribuem para aperfeiçoamento do profissional, tudo isso pode ajudar os professores no desempenho de suas tarefas. Já o trabalho realizado na sala de AEE com material concreto, jogos, rotina estruturada, contempla a necessidade do aluno.

A professora relatou que o plano de aula é feito com uma semana de antecedência para que possa passar pela aprovação das supervisoras e da direção da escola. Após aprovado pela equipe diretiva, a professora pode trabalhar com seus alunos e assim também com as professoras regentes e de apoio.

Durante essas três semanas acompanhando os alunos, identifiquei que cada aluno é único e tem seu tempo de aprender. Dos observados, três alunos apresentam comprometimento seríssimo na

fala e na coordenação motora, dois são agressivos e os demais onze alunos apresentam comprometimento na coordenação motora e se distraem facilmente, o que torna o atendimento nessas salas ainda mais desafiador para a prática profissional. Durante o acompanhamento, identifiquei que a professora segue o plano de aula elaborado por ela e faz intervenções orais com os alunos o tempo todo, explorando a oralidade dos alunos estimulando a concentração e é notório a motivação dos alunos em frequentar a sala.

As atividades trabalhadas, e utilizadas pela professora junto aos alunos foram aplicadas de forma individual. Foram elas: material dourado, coordenação motora, números e letras, sílabas, pareamento, sombras, atividades lúdicas (jogos, brincadeiras), lateralidade, punção, antecessor e sucessor, decomposição, recorte, colagem, jogos online, nomeação, enumeração, ligar, conjunto, rosquear, leitura de imagem, formas geométricas, escrita espontânea, cruzadinha, raciocínio lógico.

A observação na sala de recursos e os questionários realizados com os pais, alunos e professores tiveram início no mês de agosto, e as formações com os pais, alunos, e professores foram realizadas no mês de setembro e início de outubro.

Observa-se neste estudo que as professoras não têm intimidade com mídia, não conhecem muitos jogos que possam agregar na aprendizagem dos alunos, e só aplicam as mesmas atividades, o que desmotiva a participação dos alunos pois não utilizam técnicas atualizadas e motivadoras.

Ao final, foram 15 dias de observação em que foi constatado que os alunos tem muita dificuldade para respeitar os comandos, as regras, pois são agitados, não tem concentração para realizar as atividades propostas pela educadora, e como a sala contém variedades de materiais e jogos, eles se prendem a um determinado jogo ou atividade, e resistem à mudança. Por outro lado, são bem apáticos, e pouco seguros, e assim como os professores, os alunos sentem medo de sair do seu mundo, desafiar os novos conceitos e conhecimentos.

Depois dessa experiência, acompanhei também a professora

na sala de recursos, e desde o momento em que entrei na sala, ela foi muito receptiva, me mostrou todo material pedagógico disponível na sala, lego, bonecas, carrinho, dama, dado, tiro ao alvo, aramago, vareta, alfabetos, sequência de história, dominó de textura, material dourado, soletrando, numerais, alfabeto em libras, alfabeto móvel. Teve um diálogo aberto, falando de suas preocupações e ansiedades, pois nem todos os alunos são sociáveis, e uma dificuldade que impede a comunicação com outras pessoas, influencia no aprendizado. Também relatou que os alunos são agitados, tem dificuldade para respeitar regras, querem mexer em tudo. Contudo, algumas crianças apresentam agressividade, pois não sabem receber o NÃO como resposta. Percebi na observação que os alunos não têm uma rotina estruturada, já sabendo o que irão realizar naquele dia, e as atividades colocadas soltas, sem uma rotina preparada, dificulta a organização do seu espaço e tempo.

Nesse sentido, percebi o quanto é desafiador para o professor, pois o primeiro passo é conquistar o aluno, motivá-lo a realizar atividades que foram planejadas e calculadas dentro da metodologia ativa, e para tanto, os comandos devem ser claros e objetivos para que assim os alunos consigam atingir a meta.

Nesse processo de acompanhamento do trabalho na sala de A.E.E, questioneei a professora sobre o uso de Tecnologia Assistiva. Compartilhei com ela a importância de utilizar a Tecnologia Assistiva, considerando que ela traz como objetivo proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, mais qualidade de vida e mais inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, sempre no intuito de facilitar a aprendizagem, a interação com sua família e o seu entorno.

A partir desse diálogo, busquei informações de atividades que pudessem ser inclusas em seu planejamento, tendo em vista a sua fala anterior relativa à falta de diálogo. Deixei para ela o link de atividades do site <https://www.elaboratorio.com.br/> e do site *Word Wall*, os quais são interessantes e prazerosos, e que facilitam a comunicação, a interação, e a atenção dos alunos de forma lúdica,

assim como mostrei que é importante se ater à necessidade do aluno, e que isso requer planejamento.

Conversei bastante sobre a extrema importância de investigar quais as dificuldades dos alunos e organizar as atividades que desenvolvam a oralidade, levando o aluno a explorar os jogos. Salientei ainda a importância de diversificar as atividades no intuito de atrair atenção e participação do aluno, assim como conhecere estudar as resoluções e leis que primam pela inclusão de todos os alunos.

De forma geral, após a experiência da observação, foi possível concluir que para adquirir segurança no exercício profissional, é de suma importância investir em novos conhecimentos, buscar cursos que deem qualificação para exercer com maestria a função na área inclusiva, partindo da premissa de que por meio de novos conhecimentos, o educador terá condições de construir o seu material de aprendizagem para trabalhar as necessidades específicas dos alunos. Participar de cursos permite aprender um pouco mais sobre outros métodos que viabilizam aprendizagens, e no diálogo com as professoras, neste período, pude questioná-las se já conheciam o Método TEACCH. A resposta foi coerente, pois elas disseram que já tinham ouvido falar, mas não tinham acessado nada a respeito, e foi então que pude falar que este método é excelente para o trabalho pedagógico, pois ele foi desenvolvido por um médico psicólogo dr. Eric Schopler em 1966, e que auxilia a criança, especialmente as que tem limitação na fala a desenvolver a comunicação e a interação.

“O TEACCH é uma sigla para Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children , - tratamento e educação para autistas e crianças com déficit relacionados à comunicação surgiu, em 1966, com uma prática psicopedagógica, a partir de um projeto de pesquisa desenvolvida na escola na Universidade da Carolina do Norte, pelo Dr. Eric Shopler que questionava a prática clínica de sua época. A mesma que concebia a origem do autismo segundo uma causa emocional devendo ser tratado pela concepção da psicanálise”. (Orrú, 2012, p. 60)

Segundo Orrú, (2012, p. 60), o que muda, nesta abordagem, é a forma de apresentação dos materiais, o material em si, o currículo e os objetivos para cada uma das fases da vida. A proposta TEACCH

em sua filosofia de trabalho é útil e aplica-se a pessoas de todas as faixas etárias, dentro e fora da ambientação escolar.

É importante salientar que o programa TEACHH foi desenvolvido por um psicólogo, e contribui ainda hoje para o desenvolvimento do autista. Requer ter conhecimento dos princípios e da forma como deve ser aplicado no dia a dia dos alunos no intuito de levá-los ao desenvolvimento da autonomia e da independência.

É um programa que visa desenvolver a base visual como apoio na estrutura e na combinação de recursos, facilitando a comunicação e a expressão de sentimentos e desejos. Contudo, pode-se dizer que o principal objetivo é ofertar um caminho para que o aluno aprenda a viver a interação, a prática de vida diária considerando que as pranchas viabilizam uma mudança de comportamento na rotina, e dão subsídios para que o aluno exponha seus desejos, sentimentos, ouseja, levam o aluno a ser capaz de desenvolver a independência para viver com mais dignidade e autonomia.

Incluir não é somente colocar os alunos especiais numa escola regular mas propiciar, mediante a sua inclusão no espaço escolar, de uma reforma curricular, de uma reforma do ambiente, de uma mudança de olhar e de postura do educador e de todo o entorno da escola, pois todos precisam ser flexíveis, dinâmicos, abertos a novos conhecimentos, buscando assim a formação continuada como caminho para trabalhar a educação para todos, de maneira equânime e justa. Para fazer jus ao trabalho profissional, é importante que o educador tenha discernimento e avalie se a atividade elaborada está tendo bom resultado, para assim criar estratégias viáveis à formação do aluno.

Glat 2007, P. 74 diz;

“Principalmente nas séries iniciais da educação básica, experimentar é, quase sempre, melhor que ouvir uma explicação, por esse motivo, torna-se essencial o uso de material concreto como material contável, blocos lógicos, letras em relevo, de diferentes texturas (como lixas), para facilitar a aprendizagem através da manipulação”.

Glat ainda salienta;

“A utilização de recursos tecnológicos pode ser também de grande valia no processo de ensino e aprendizagem. Além de contextualizarem a própria escola em seu tempo, podem ajudar os alunos a superarem dificuldades, desde que façam parte de um conjunto de procedimentos e recursos didáticos, inseridos em um planejamento voltado para as necessidades de cada aluno”.

É importante citar que a instituição escolar necessita se apropriar de novos conhecimentos, dentre os quais está a evolução e a inovação, e isso significa abrir-se para o novo, experimentar os benefícios que a tecnologia traz ao profissional, pois tudo na mídia é muito rápido, as informações, notícias, e, portanto, a escola sendo a cabeça do saber, não pode esperar. O profissional precisa ser letrado, criar uma rotina de leitura, ter interesse em aprender, adquirir informações e conhecimentos sobre a área que atua, pois o seu sucesso depende do seu interesse em construir novos saberes e desafiar a curiosidade dos alunos.

5.4. As contribuições da pesquisadora para a prática educativa com os alunos de AEE

Como proposta formativa e colaborativa à prática das professoras regentes e das salas de recursos que compuseram o corpus dessa pesquisa, realizei algumas oficinas formativas sobre a temática dessa pesquisa. Iniciei, com um estudo sobre a Resolução SEE nº 4.256/2020, no intuito de entender e compreender o documento, e diante disso, selecionei o artigo 11, que mostra a importância de garantir ao aluno com deficiência a realização de todas as adaptações razoáveis de forma a garantir o acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia. Ou seja: as adaptações razoáveis dizem respeito às modificações e ajustes que asseguram e oportunizam ao aluno usufruir de todos os direitos garantidos na Constituição Federal de 88, assim como de outros documentos e leis.

Desse modo, repassei às professoras essa Resolução SEE nº 4.256/2020 que norteia o fazer pedagógico na área inclusiva, assim

Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2023.

Assim como sites com exemplos de como montar rotina estruturada para atendimento de alunos com limitação na comunicação (<https://www.youtube.com/watch?v=0IUA7azbeRE>), Instituto TEA (<https://institutotea.com.br/dicas-de-organizacao-para-a-rotina-de-criancas-autistas-em-casa-e-fora-de-casa/>) APAE de Florianópolis (<https://www.apae.floripa.br/site/midias/blog/organizacao-da-rotina-autista-em-casa>), no intuito de contribuir na atuação do educador. Esse gesto é decorrente da reclamação referente à falta de diálogo e de troca de experiência, os quais foram explicitados nos questionários. Além disso, a professora regente também citou a dificuldade em trabalhar com a inclusão numa sala numerosa, pois a cada ano novas demandas, novos alunos, e isso significa que o aluno deve ser trabalhado todo, de forma integral e globalizada, levando o aluno a ser protagonista, ou seja, construtor de sua história.

FIGURA 5 E 6: Reunião com os pais para apresentar os jogos e confecção



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2023

FIGURA 7 – Aula prática no computador com os alunos



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2023

Essas imagens referem-se à formação que fiz com as crianças. Nelas trabalhei de forma concreta a formação de palavras e sílabas, e na outra, o uso do site e-laboratório onde as crianças deveriam completar as sílabas para formar palavras. As crianças gostaram dessa atividade por ser diferente e muito dinâmica.

A formação continuada é responsabilidade de todo educador, e o sistema educacional passa por inúmeras mudanças, dentre as quais, a inserção da inclusão dos alunos com dificuldades especiais que, teoricamente é excelente, mas cuja prática ainda é insuficiente, por falta de preparo dos professores e falta de condições materiais adequadas. As escolas precisam realimentar sua estrutura, sua organização, seu projeto político pedagógico, seus recursos didáticos, suas metodologias, e isso se faz necessário para que a inclusão social ocorra de forma adequada.

Na interação com as professoras senti uma angústia muito grande, e em razão dessa preocupação, a primeira oficina formativa realizada com esse grupo foi com uma psicóloga, a qual possui especialidade em inclusão, e que foi diagnosticada com autismo. Agendei um horário para que as professoras pudessem compartilhar com a psicóloga Bruna seus sentimentos, frustrações em relação ao trabalho com Atendimento Educacional Especializado, e foi a partir

desse pressuposto que a psicóloga relatou sobre sua vivência enquanto estudante. Apesar de ser muito inteligente, sentia-se sozinha, pois sua maior dificuldade era estabelecer interação, e para os colegas, era considerada desatenta. Importante dizer que durante esse processo, ela tinha somente uma amiga, que era empática, e sentia a dor da exclusão. Ela ainda comentou que a única maneira de amenizar a crise era desligar a luz e tomar banho frio.

Essas contribuições foram imprescindíveis, pois as professoras questionaram sobre o que fazer quando o aluno está em crise, e a psicóloga orientou a retirar o aluno da sala, levá-lo para caminhar, tomar água, ou dar um tempo para que ele(a) se acalme, tudo isso no intuito de tirá-lo da crise. Importante dizer que a professora não é médica, portanto, não pode diagnosticar o aluno. Quando precisar conversar com a família, evitar dar qualquer diagnóstico, mas perguntar como é o comportamento da criança em casa, apresentar o comportamento dele na escola. Conversar com supervisora que irá orientar sobre como deve agir e partindo daí, aguardar o retorno da família com o laudo. Após todo processo de diálogo com a família e após o diagnóstico do aluno, preencher o PDI, em cujo formulário deverão ser colocadas todas as informações precisas para averiguar as necessidades do aluno. A psicóloga também frisou sobre a parceria entre escola e família, relacionamento este que deve se pautar por confiança e ajudamútua.

A partir daí, pesquisei previamente alguns sites, como e-laboratório e word wall os quais apresentei aos educadores, dando-lhes a oportunidade de acessá-los, de forma a avaliar o conteúdo contribuindo com sugestões para melhoria no atendimento aos alunos com Necessidades Especiais. Realizei uma formação apresentando vários jogos pedagógicos², e também orientei os professores quanto aos sites importantes que contribuem para aprendizado dos alunos, dentre os quais, destaquei:

² Os jogos aplicados foram: Jogo da memória, Ditado mudo, O que é o que é, Antecessor e sucessor, Caixa mágica, Bingo, Decifre as pistas, Soletrando, Quebra-cabeça, Casa das rimas, Come come das palavras e outros.

<https://www.escolagames.com.br/>, [https://www.caminhosparaacidada-
nia.com.br/area-
do-professor/jogos-educativos?categoria=105364](https://www.caminhosparaacidada-
nia.com.br/area-do-professor/jogos-educativos?categoria=105364),

[https://porvir.org/educacao-
inclusiva-conheca-10-materiais-
pedagogicos-acessiveis-para-criar-e-aplicar-na-
escola/](https://porvir.org/educacao-inclusiva-conheca-10-materiais-pedagogicos-acessiveis-para-criar-e-aplicar-na-escola/) para ser trabalhado junto a eles.

Busquei apoio do pai de uma aluna que é assistida na sala de recursos, tendo em vista que ele trabalha diretamente com a tecnologia digital, o que me foi favorável para elucidar a importância da tecnologia digital na educação, pois ele testemunhou os benefícios que os jogos trazem a vida desses alunos na era digital. Ao longo de minha intervenção, busquei questionar os profissionais quanto à contribuição que a tecnologia digital dá à formação dos alunos e quais motivos os levam a tê-la em sua prática pedagógica. Após algumas trocas de experiências, pude perceber que os educadores reconhecem a tecnologia digital como algo inovador, pois ela abrange um amplo conhecimento, e facilita a comunicação, tornando assim o processo educacional enriquecedor. É consenso que os alunos aprendem mais por meio de atividades atrativas, lúdicas. Por outro lado, percebi uma insegurança dos educadores na utilização da tecnologia, isso decorrente da falta de capacitação adequada para ministrar aulas com mais segurança e confiabilidade usando a tecnologia digital.

A partir dessa constatação procurei mostrar que a tecnologia não anda sozinha, que ela precisa de profissionais que possam mediar o trabalho. E aproveitando o ensejo em relação à dificuldade apresentada, mostrei um modelo de aula baseada na obra de Almeida (2020, p. 190) em que o planejamento pode ser construído focando recursos tecnológicos que propiciam o desenvolvimento das habilidades e competências.

Almeida (2020, P. 67);

“Aqui é muito importante trazer um pouco da diferenciação na composição da rotina e no dia a dia dos alunos. Nem tudo que é tecnologia serve para pesquisa (...). Dentro de infinitos recursos que a tecnologia nos apresenta, a pesquisa é de fato um dos mais importantes, porém não é o único”.

Com base nos estudos de Almeida (2020), apresentei alguns

ambientes digitais de maior confiabilidade no ato de pesquisar e estudar, tais como E-book (entendendo o autismo, autismo primeiros passos: guia prático para todos pais e mães entenderem o autismo, direitos do autistas), Google Acadêmico, Youtube, (Objetos de aprendizagem³, sites, filmes, artigos). Assim como sistema de autoria, cujas plataformas são DOC, apresentação, Planilha, editor de imagem, editor de vídeo, mapas interativos, e mídias sociais que contribuem para melhor participação dos alunos, canal do Youtube, Facebook, Blog, além de planejamento de atividades enriquecedores, com o intuito de incentivar a participação e construção de novos saberes.

Como contribuição final na pesquisa, orientei as profissionais sobre o trabalhopedagógico, dentre os quais, priorizei a necessidade de se trabalhar a rotina, a importância de não haver exagero de informações na sala, sobre as falas serem claras e objetivas. Para que a intervenção tivesse resultado, orientei sobre o trabalho com material concreto, atividades de coordenação motora, assim como mostrei a importância de levar os alunos limitados na comunicação a trabalharem com tecnologia digital, de forma a conduzi-los para desenvolvimento da independência e autonomia. Para os educadores as sugestões foram bem conduzidas e muito contribuíram para que a intervenção tivesse sucesso.

Almeida, (2020, p. 71)

“Ou seja, dependendo do enfoque que o planejamento requer, é o educador quem determina inicialmente qual caminho tecnológico seguir, isso não significa que sempre é o educador que terá que fazer isso, não mesmo. O que isso significa é que o professor como curador entra justamente aqui, ajudando a traçar rotas iniciais, como norte “bussolado” pelo recurso. Mas é importante lembrar que o aluno tem que ir sendo desenvolvido pouco a pouco para a autonomia e para o autodidatismo, sem contar com a responsabilidade, autonomia, responsabilidade, tudo ao mesmo tempo”.

Dando sequência à realização da pesquisa, convidei a psicóloga Bruna, diagnosticada com Transtorno do Espectro do Autismo para

³ Podemos definir os Objetos de Aprendizagem como recursos digitais, reproduzidos de forma online ou offline, que são destinados ao aprendizado, seja ele realizado de forma presencial ou a distância. Eles podem fazer parte de uma unidade específica ou podem ser utilizados como um módulo completo.

realizar uma palestra com pais e professores participantes da pesquisa, para falar um pouco de sua experiência e mostrar a importância de ver o aluno com um todo, não só analisando sua limitação. Bruna conversou com as professoras, primeiramente, sobre como observar seus alunos, a respeito da importância de um relatório coeso e muito bem fundamentado, além de sobre quais são os comportamentos de uma criança autista, mas frisou bem que cada criança é única.

A palestrante destacou como é o comportamento do aluno quando ele recebe o não, a repetição e a importância de ter uma rotina estruturada, não somente na escola, mas em casa também, orientou as professoras quando o aluno estiver em crise, que deve calmamente, retirá-lo da sala, dar uma volta para que ele possa sair do foco da crise, conversar sobre outros assuntos, e assim que o aluno estiver calmo, conversar com ele sobre a sua atitude e comportamento, criar um vínculo com o aluno de confiança. Além disso, ela orientou as professoras, quando conversar com os pais, a maneira de relatar aos pais os comportamentos e condutas de seu filho na escola, como se posicionar frente aos pais resistentes, pois exige muita paciência, empatia, firmeza para que o bem maior seja feito, que é o avançado aluno referente à socialização e à aprendizagem.

Na conversa com os pais, a Bruna orientou a todos sobre a importância de ter um acompanhamento multidisciplinar, a parceria com a escola, diálogos constantes com a professora para acompanhar o avanço do filho, e além disso orientou sobre a importância da rotina estruturada em casa, ter hora para tudo, inclusive a hora do lazer, onde pais e filhos brincam, passear, ter um tempo entre pais e filhos.

Bruna também trouxe o relato sobre sua experiência de vida, em que ela descobriu o autismo aos 16 anos, e foi tratada como diferente, antissocial, pois não gostava de barulho, acúmulo de pessoas e ela respondia somente o que perguntavam para ela. Ela relatou que a escola por inúmeras vezes chamou a família para expor a situação, embora ela fosse muito inteligente, mas para comunicar que ela apresentava muitas limitações na socialização, pouca

comunicação e muita sensibilidade a barulhos. Como foi diagnosticada somente na adultez, ela passou por muitas privações e constrangimentos.

É de suma importância dizer que diante da colocação da psicóloga Bruna, muitos pais ficaram surpresos, pois não sabiam que alunos com Necessidades Educativas Especiais pudessem ter formação acadêmica. Diante disso, eles passaram a enxergar pessoas com deficiência com outros olhos, e perceber que o que limita não é a deficiência, mas as barreiras impostas à população inclusiva.

“De acordo com ORRÚ, as características educativas do TEACHH são encontradas em sua compreensão das técnicas de atuação a partir de um trabalho individualizado, objetivos a serem alcançados a curto prazo, observação e avaliação contínuas, material apropriado e adequado a criança que pode ser disponibilizado com facilidade, e que permite comunicação, os códigos utilizados são imagens que podem substituir na comunicação a inexistência de linguagem, conduzindo a criança a comportamentos cada vez mais satisfatórios, por meio de interações sucessivas e compreensão de seu ambiente. O programa também prima pela organização e estruturação do ambiente físico e por uma rotina de área previsível que não dê margem a erros e confusão para a criança, em função dos déficits inerentes ao seu problema”. (Orrú, 2012, p. 62)

Nesse sentido, de modo geral, em relação à formação aplicada aos professores e pais, eles tiveram a oportunidade de ouvir a pesquisadora quanto à necessidade de investir em ferramentas digitais. Em um slide, falei sobre as tecnologias digitais e mostrei exemplos de como utilizá-las, assim como levei pais e educadores à sala de computação, local em que foi propiciado a eles o manuseio da ferramenta, para que perdessem o medo de enfrentar aquele desafio, e ajudassem seus filhos a enfrentarem suas dificuldades. Durante a formação, a pesquisadora ensinou como fazer a PECS⁴, que é uma forma inovadora de trabalhar com alunos com limitação na comunicação, mostrando que o Programa e/ou Método TEACCH⁵ é a ferramenta imprescindível no desenvolvimento interacional. Bruna ofereceu alguns minutos para que os educadores conhecessem os

⁴ PECS- Sistema de comunicação por troca de figura, utilizada com alunos com limitação na fala, autistas.

⁵ Método TEACHH- é um programa educacional e clínico criado a partir de um projeto de pesquisa que observou atentamente os comportamentos de crianças autistas em diferentes situações.

sites de jogos e jogassem para avaliar se seria possível serem aplicados aos alunos com Necessidades Especiais. Ainda sobre a formação, vi a necessidade de as professoras construírem um portfólio mostrando os avanços, sucessos dos alunos, assim como para avaliar e registrar as dificuldades apresentadas. Orientei também sobre a importância de preencher o PDI do aluno no intuito de conhecer a realidade dele e o seu comportamento no entorno. E ainda foi mostrado a importância de documentar com foto tudo o que é trabalhado com o aluno.

Para tanto, fez-se necessário mostrar que a tecnologia digital contribui para a aprendizagem do aluno e aperfeiçoamento do educador, de forma a potencializar o processo de assimilação e consolidação dos conteúdos. De acordo com Almeida (2020, p. 35) existe a necessidade de o educador repensar a forma de educar, pois de acordo com o autor, a tecnologia sozinha não muda as práticas pedagógicas, e isso requer estabelecer critérios que viabilizem ações que possam ser aplicadas, de maneira a incluir todos os alunos, educadores e família.

5.5. Entrevista com os familiares responsáveis

O questionário aplicado às famílias das crianças, pretendia obter informações sobre os conhecimentos a respeito das tecnologias assistivas, esclarecendo sobre se os familiares e/ou responsáveis as utilizam com seus filhos, sobre a importância das mesmas e sobre o conhecimento que possuem sobre o AEE.

Este encontro com os pais foi enriquecedor pois eles falaram sobre a dificuldade em aceitar filhos com limitações ou que tenham diagnóstico de autismo, e em conversa informal foi visível o relato sobre a dificuldade dos pais em educar os filhos, considerando que alguns querem fazer tudo do jeito deles.

A entrevista com a família iniciou-se com uma abordagem sobre *a opinião deles a respeito do ensino regular e o atendimento realizado a alunos com necessidades especiais*. A resposta foi unânime dizendo

que o ensino regular é importante para que a criança aprenda a respeitar as diferenças, pois somente assim aprenderiam a conviver e a se colocar no lugar do outro. Dois pais relataram que é um direito e dever de toda criança, com qualquer tipo de deficiência, frequentar o ensino regular.

Na questão que se refere a *como deve ser o atendimento aos alunos que apresentam deficiência*, os pais disseram que devem ser tratados com igualdade, amor e respeito. Para tanto, 5 deles disseram que ter atividades diferentes não é incluir, muito menos colocá-los separados na sala de aula mas, sim, adaptar as atividades dentro do planejamento do educador, pois isso facilita a participação e a aprendizagem dos alunos. Uma mãe disse que é importante dar a eles o direito à inclusão e atender cada um conforme a sua necessidade, o mais normal junto com toda turma, é o melhor, e isso deve ser igualitário, sempre respeitando o limite do aluno.

No que se refere ao *preparo da escola para atender os alunos com Necessidades Especiais*, os pais retrataram que a escola está preparada e está investindo em melhorias. Assim como mencionado, os pais colocaram que a escola passou por reformas recentemente que a deixou adequada para o atendimento às crianças com necessidades educativas especiais, e ainda continua investindo em reformas. A escola tem ofertado atividades adaptadas conforme a necessidade de cada aluno. Um pai disse que a atitude de inclusão começa desde os cargos mais

altos e vai alcançando todos, além de enfatizar que a equipe é dedicada e preparada. Nessa escola, de acordo com os profissionais, o objetivo é ofertar um ambiente acolhedor, inclusivo, equânime e de qualidade a todos os alunos.

“Queremos, sim, uma escola para todos, mas uma escola que além da presença física assegure e garanta aprendizagem e participação. A proposta de educação inclusiva, entendida como uma inovação que garanta o direito à educação para todos é, de fato, desafiante, implica inúmeras ações para sua efetivação e abre algumas perspectivas à educação escolar, parafraseando Montoan”. (Carvalho, 2008, p.61)

Já em relação à questão da *situação atípica da pandemia vivida nos últimos anos*, que levou as escolas a fecharem suas portas, pude

perceber que os pais ficaram apreensivos. Dois deles disseram que foi um momento difícil, que os filhos não tiveram aprendizado, pois eles não tinham tempo para ajudar. Os alunos com Necessidades especiais foram prejudicados, e agora a escola sente o atraso que o ensino remoto trouxe à formação do aluno. Outrossim, relataram que entre as maiores dificuldades encontradas, a mais grave foi o isolamento, pois se a escola inclui, o afastamento exclui; as crianças com Necessidades Especiais sofreram nesse período devido à falta de socialização, o que acarretou atraso também na aprendizagem. De acordo com os pais, a família não tem preparo adequado, alguns são analfabetos, e encontram dificuldade para ajudar os filhos. Isto também aconteceu pelo despreparo dos educadores em trabalhar com as novas tecnologias. Entre os pais, 9 (nove) disseram que para ajudar o filho em casa foi complicado, pois eles estavam cansados, exaustos do trabalho, e os filhos não paravam, não tinham atenção. Eles ficavam ainda mais angustiados quando os profissionais cobravam as atividades de casa.

Foi questionado aos pais *como a escola promove a participação da família no processo de ensino e aprendizagem*. Os pais disseram que isso acontece em razão da disponibilidade e da facilidade de acesso para conversar com a diretora, e que a escola tem profissionais que buscam oferecer o melhor para auxiliá-los na educação dos filhos. Um pai salientou a importância de haver mais palestras, rodas de conversa de forma a viabilizar a interação escola e família. Quatro pais se pronunciaram dizendo que é a partir de reuniões de pais, reunião individual, eventos promovidos pela escola que eles se sentem participantes. E três ainda opinaram a respeito da festa junina, festival de poesias, teatros, apresentações dos alunos e outros.

A respeito da *maior dificuldade que a família enfrenta ao levar o aluno para o Atendimento Educacional Especializado*, os pais disseram que não há dificuldade, pois este atendimento visa à inclusão e ao desenvolvimento do aluno. Apesar do reconhecimento, duas mães disseram ser complicado o atendimento ser realizado no

contraturno, isso devido ao seu horário de trabalho.

Já no que se refere ao *processo de inclusão*, foi questionado aos pais qual a *dificuldade e as vantagens*. Para quatro responsáveis a dificuldade foi aceitar a limitação do filho, outrossim, não viram outras dificuldades, mas fizeram uma observação quanto à socialização dos filhos. Porém um pai relatou que a inclusão depende também do educador, pois na opinião dele é imprescindível a capacitação e o preparo para atender os alunos. Um profissional capacitado tem melhores condições para desenvolver no aluno habilidades e competências, e sem elas, ocorre a exclusão, pois diante dos problemas o aluno não sabe lidar com a situação. Uma mãe comentou que na escola, os alunos foram bem acolhidos com carinho e respeito, e que são inúmeras as vantagens, mas a maior delas é o contato físico, a reciprocidade, além da grande melhora na fala, coordenação motora e alfabetização. Outra vantagem que uma mãe mencionou foi a coordenação motora, o aprendizado, e a autonomia, pois quando os pais entregam seus filhos, acreditam e confiam no potencial do profissional. Retrataram que é nesse convívio que os alunos com limitação na aprendizagem têm a oportunidade de aprender de forma lúdica, prazerosa, pois o convívio viabiliza também a comunicação dos alunos com os outros. Já a desvantagem está na atividade em grupo, pois os alunos alegam que estes alunos não ajudam em nada, e isto dificulta a socialização. Um pai relatou que uma das desvantagens é a escola não ter atendimento dos profissionais de áreas específicas que contribuem no aprendizado deles, dentre eles, psicólogo, fonoaudiólogo, psicopedagogo.

Ainda foi questionado aos pais se *conheciam a tecnologia assistiva e sua importância*. Os pais disseram que não tem tempo para pesquisar, que o trabalho é exaustivo, portanto não conhecem essa tecnologia, e nem sabiam mencionar qual sua importância, mas que precisariam se informar a respeito.

Outra questão abordada foi a respeito da *comunicação alternativa*. Três pais foram claros e objetivos, e disseram que não esperavam um filho especial, e que para dar uma educação de

qualidade para os filhos eles precisavam trabalhar muito, e a questão que se refere à formação escolar, cabe aos educadores. Quatro deles falaram que não conhecem, não sabem falar a respeito; por isso, afirmaram que a falta de informação e o desconhecimento impede a evolução das crianças.

É importante enfatizar que por meio dessa entrevista é nítido o desconhecimento dos pais sobre o que é direito de seus filhos, e isso mostra que eles não sabem e não pesquisam de que forma podem ajudá-los. Saliento ainda, que é papel dos pais aprofundar e compreender que a criança especial precisa vivenciar sua relação com o meio como qualquer outra criança e para isso, é imprescindível que eles dialoguem com outras famílias e professores e busquem adquirir informações que promovam a aprendizagem dos alunos.

A partir desse contato, procurei levar ao conhecimento das famílias a Resolução SEE/MG nº 4.256/2020, no intuito de mostrar a eles qual é o papel do profissional e como eles devem exercer seu trabalho, assim como mencionei a importância de eles responderem o PDI, documento individual que ajuda o professor a traçar estratégias e agir conforme está descrito no documento, assim como conhecer a medicação dos alunos.

Assim como passado aos professores, levei ao conhecimento da família alguns jogos que são fáceis de confeccionar e que muito ajudam no desenvolvimento dos alunos, falei de sites que são fundamentais neste processo e que são fáceis para acessar. Quando iniciei a exposição, eles disseram não saber que os jogos eram excelentes instrumentos para aprendizagem.

Ressaltei a importância da família e da escola caminharem juntos, pois os alunos precisam da atenção e do tempo dos pais para ajudá-los no seu desenvolvimento, e isso significa oferecer condições para que haja mais interação entre pais e filhos, assim como fazer acompanhamento com especialistas da saúde caso haja necessidade. Destaquei que há profissionais que atendem pelo Sistema único de Saúde (SUS), o que viabiliza aqueles que enfrentam dificuldades

financeiras. Orientei ainda sobre o papel dos pais em relação à alimentação, pois as crianças carecem de uma boa alimentação, de atividade física, de momentos de lazer entre pais e filhos, e em especial, de programar o dia da criança, pois para tudo há necessidade de organização, e isso inclui regras e limites para todos.

Foi nítido observar a alegria dos pais em ver uma profissional informando-os sobre algumas atitudes que precisam ser tomadas para que a inclusão ocorra, e

para não passar despercebido, levei os pais à sala de A.E.E, e juntos pesquisamos sites de jogos e de rotina que contribuiria para auxiliar os filhos em casa.

Em um outro momento, pedi à psicóloga Bruna para agendar um horário para conversar com os pais, considerando que a parceria mencionada pela Bruna parte também da aceitação da família, pois os pais precisam ser orientados porque assim como na escola os filhos aprendem coisas novas, os pais também devem ter abertura para mudar alguns conceitos errôneos que lhes foram incutidos. Isso significa dar continuidade ao trabalho do educador, criar uma rotina para o aluno, no intuito de ajudá-lo a construir novos saberes. Bruna explicou que as crianças precisam de limites, e os pais de paciência no processo de ensino e aprendizagem, pois o tempo e a maneira como as crianças aprendem é diferente. Alguns necessitam de um tempo maior, de reforço, e os pais precisam estar atentos ao comportamento dos filhos, às amizades, ao horário para dormir, tendo em vista que o corpo e a cabeça precisam descansar. Para tanto, nada disso será possível se os pais não tiverem diálogo com os filhos e com a escola, e por essa razão as pranchas de comunicação são interessantes para melhor compreender as necessidades dos filhos.

“A escola está inserida na educação entre a família e a sociedade, onde se adquire princípios e regras estabelecidas para o convívio. Ainda que seja normal existir em qualquer aluno posturas comportamentais diferentes em casa e na escola, no autismo, isto poderá trazer grande prejuízo. Por isso, é necessário que os pais e os profissionais da escola trabalhem da mesma forma, estabelecendo princípios que permitirão uma articulação harmoniosa na educação”. (Cunha, 2012, p. 93)

Nesse sentido, Cunha (2012, 93) enfatizou em sua obra questões importantes e inerentes ao processo de socialização dos alunos, pois as regras existentes são para ajudar as pessoas a terem um melhor convívio com os seus, e com todos.

Outro fato que merece destaque é a atitude da sociedade, que ainda não está preparada para incluir, e acaba excluindo. As pessoas, geralmente, olham o outro com preconceito e discriminação, e não dão atenção às crianças mais vulneráveis. Essas e outras atitudes são provas de que a sociedade mais exclui do que inclui.

“Numa sociedade que prima pelo padrão da “normalidade”, as pessoas em situação de deficiência ficam em desvantagem no processo de construção de suas identidades, porque não se enquadram como o “padrão” estabelecido como ideal e são colocadas num espaço de diferenciação, segregadas. Experimentam a diferença de modo muito sofrido, porque fogem dos parâmetros convencionais. Sentem-se como alvos de críticas e não-reconhecimento, numa espécie de estranheza, porque estão fora do socialmente esperado”. (Carvalho, 2008, p. 21)

Importante citar a fala de uma mãe que passou por uma situação difícil: “meu filho por ser autista não pode ir ao cinema junto com as crianças da sala, pois devido ao seu diagnóstico, acreditavam que em outro ambiente, ele teria crise”. E foi aí que a psicóloga disse, que autismo não é doença que passa de uma criança para outra. A mãe acreditava que a escola atual seria como a outra, e o que ela percebeu na escola atual, é que a equipe gestora tem trabalhado de forma a dar aos alunos diagnosticados com algum tipo de deficiência, um tratamento especial, desde o atendimento no portão a sala de aula, sem falar no refeitório e outros locais em que a criança se sente valorizada.

“Ainda em Vargas e Schmidt (2017), há a referência ao conceito de Grzybowski e Wagner (2010), sobre o envolvimento parental direto (relações entre pais e filhos), e indireto (relações entre família e escola). A autora e o autor discorrem sobre o que há de concordância entre as diferentes conceituações de envolvimento parental: ‘quanto mais os pais participarem ativamente do processo educacional dos seus filhos, melhor será o rendimento escolar e as práticas educativas’”. (Carvalho, 2008, p.209).

Essa relação família e escola é imprescindível para entender os anseios dos pais, pois tudo que se passa no ambiente escolar é reflexo do que acontece em casa, outrossim da sociedade, e mediante isso, a psicóloga os ouviu, e os orientou a buscar terapia para ajudá-los a compreender que nem tudo é de fácil acesso, que nem todos estão preparados para a inclusão. Por essa razão, a escola e a família devem andar juntos, pois todos somos seres em construção, e o aprendizado se dá na troca de experiências, no diálogo aberto e na interação. Ainda deixou claro, que os profissionais que atuam nas escolas e os que fazem parte das equipes multidisciplinares precisam investir numa proposta de educação que inclua também a família, que ouçam as dúvidas, os clamores, e assim sendo, em conjunto, lutem pelos direitos das crianças e busquem políticas públicas que viabilizem a inclusão.

Após esse momento de interação da família com a psicóloga, eu os levei a sala de AEE para conhecer a sala, e aprender como acessar os jogos, a rotina, e individualmente cada mãe foi assistida por mim, e foi aí que concluí que 80% dos pais não sabem manusear o mouse para acessar o computador. Eles aprenderam passo a passo, e em seguida coloquei vários jogos de sites, dentre o qual <https://www.elaboratorio.com.br/>, e o site Word Wall. Expus o objetivo, a finalidade e o que eles precisam saber, o que os filhos precisam e necessitam aprender, fiz o passo a passo, e foi nesse momento que percebi a felicidade das mães em aprender

algo novo. Bom, foi um momento surpreendente até para mim, pois elas disseram que iriam entrar em cursos de tecnologia, pois viram que os jogos online são interessantes, atrativos e fáceis, e o próprio jogo diz se está certo ou errado, e eles acabam aprendendo com os filhos.

Nesse processo percebi com clareza algumas cicatrizes que marcam a família, pois algumas mães sem saber como agir, sofreram com a exclusão de algumas pessoas em relação aos seus filhos, por não aceitarem as pessoas como elas são. Ou seja, esse percurso para

incluir ainda é um processo doloroso, pois cuidar de uma criança autista exige tempo e dinheiro, o que hoje é escasso.

Em seguida, reuni-me com os pais, mostrei os materiais feitos pelas professoras de apoio, a sala de recursos e os materiais que elas trabalham com os alunos e também os levei para sala de computação, os quais tiveram a oportunidade de conhecer a ferramenta e perceber quão benéfica ela é para a vida educacional de seus filhos, além de conhecer jogos pedagógicos que além de ser atrativos, são imprescindíveis para auxiliá-los em casa. Mostrei alguns jogos⁶ para eles confeccionarem com seus filhos, e percebi que os pais ficaram com olhos brilhando diante de tanta troca de ensinamentos com jogos atrativos, imprescindíveis na intervenção dos filhos. Foi um momento riquíssimo.

atrativos, são imprescindíveis para auxiliá-los em casa. Mostrei



⁶ Os jogos apresentados foram: Jogos quebra-cabeça, pareamento palavras e imagem por velcro, caixa de adição e subtração, jogo memória, jogo de antecessor e sucessor, alinhavo, mímica e



Durante a intervenção, busquei colocar pais e alunos no mesmo ambiente, para que pudessem citar quais problemas e/ou dificuldades eles estariam enfrentando no atendimento educacional especializado, e logo após organizei esses relatos no intuito de encontrar caminho para melhor atender os alunos. A princípio falou-se muito à respeito da participação dos pais, o que confirmou as discussões apresentadas anteriormente.

Partindo dessa premissa, tivemos uma conversa informal sobre o que é autismo, a importância da aceitação, da construção do quadro de rotinas em casa e na sala de aula, e a importância dos pais acompanharem os filhos nas atividades. Propus que pais contribuam na construção de jogos para trabalhar com eles na atividade doméstica, e para essa finalidade, os levei à sala de computação e apresentei no Youtube alguns trabalhos voltados à construção de material pedagógico lúdico, jogos pedagógicos, como os da pesquisadora e jogos da ASMD (adição, Subtração, Multiplicação e divisão).

Foi surpreendente a reação dos pais, pois eles perceberam que através de materiais recicláveis seria possível construir atividades que viabilizariam a aprendizagem dos filhos.

5.6.As crianças

O questionário com os alunos de AEE foi elaborado com respostas em alternativas, no intuito de facilitar a compreensão das perguntas. Para ajudá-los, a pesquisadora leu as questões, as

alternativas e foi anotando as respostas. As crianças que participaram foram 8 meninos e 8 meninas, totalizando 16 alunos. São alunos que são do 1º ano ao 8º ano do Ensino Fundamental. A idade varia de 06 anos a 13 anos. A primeira questão foi sobre *identificação deles*, já a segunda questão busquei extrair deles *se eram atendidos pela professora de sala de recurso*. As respostas de todos foram positivas, visto que eles eram atendidos na sala de recurso, que ocorre no contraturno, um meio de não permitir que estes alunos se ausentem da aula com a regente, pois esta é uma atividade tão necessária quanto o atendimento educacional especializado.

Já o terceiro questionamento refere-se ao *atendimento na sala de recurso*. Nesta questão 10 (dez) alunos relataram ser muito bom, e 06 que o atendimento é bom. No quarto questionamento, perguntei se *a professora do Atendimento Educacional Especializado, utiliza atividades lúdicas durante o atendimento*. Vale ressaltar que expliquei aos alunos o que é lúdica e citei exemplos. A resposta obtida dos alunos foi unânime e os 16 alunos relataram que a professora utiliza atividades lúdicas no atendimento.

Quando os questionei se eles *gostam da Sala de Recursos*, todos os alunos relataram que gostam, e adoram muito quando tem jogo no computador.

No sexto questionamento, perguntei se *na sala de recursos, eles utilizam atividades no computador*. Todos disseram que sim, e que é o dia mais feliz, quando eles jogam no computador.

Perguntei a eles na sétima questão, se *a professora utiliza quadro de rotinas*⁹. Todos os alunos disseram que não, e dois alunos não sabem o que é quadro de rotinas. Já no oitavo questionamento, perguntei a eles *em qual horário você frequenta a sala de recursos*. Os 16 alunos responderam que era no outro turno. Além disso, questionei se *a mãe conhece a professora de atendimento da sala de recursos*. Todos responderam que a mãe conhece a professora, e os leva para a escola.

No décimo questionamento, perguntei se *a mãe ajuda a realizar as atividades*. Somente 05 alunos disseram que sim e 11

disseram que não.

Conforme as respostas dos alunos, é possível dizer que todos frequentam sala de recurso, e sabem de sua importância na formação escolar. Acreditam também que o atendimento ofertado é muito bom, pois segundo eles, a professora não utiliza caderno como a professora regente. O atendimento para eles na sala de AEE é prazeroso, e eles tem muito interesse, tendo em vista que a professora se utiliza de vários recursos, no intuito de levá-los a ter participação ativa, e por saber que aprender brincando é importante para alunos com limitação.

Por outro lado, é imprescindível destacar que 9 crianças relataram que a mamãe os leva para aula, mas não os ajuda nas atividades, e isso mostra que os pais não contribuem no processo educativo dessas crianças, e acabam por deixar ao encargo da escola. Para tanto, observa-se que por meio desta pesquisa a escola, assim, como os professores cumprem a resolução 4256/2020 da SEE de Minas Gerais, e os resultados deixam claro que o atendimento na sala de recursos deve ocorrer no contraturno do estudante.

Para tanto, é de suma importância destacar que os alunos necessitam ser monitorados por um adulto, e a reclamação deles ao mencionar que os pais não os ajudam, é uma forma de pedir socorro, pois sozinhos eles não conseguem realizar atividades. Por essa razão é necessário que os pais se envolvam mais no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, pois a partir do acompanhamento dos pais eles tendem a redescobrir valores, sentimentos, e a se tornarem capazes de construir novos saberes.

Diante disso, é oportuno dizer que família e escola devem caminhar juntas, pois a formação dos filhos, independentemente de sua limitação, é responsabilidade primária dos pais.

Acompanhei os alunos da sala de AEE, e para realização da intervenção, foi preciso pesquisar alguns jogos, além de confeccionar outros para facilitar o atendimento. Nesta atividade, o objetivo era trabalhar raciocínio, coerência, interpretação, criatividade, coordenação motora, sílabas, palavras e frases, e toda intervenção foi planejada e organizada de acordo com as dificuldades dos alunos, o

que propiciou uma boa participação de todos.

Por fim, apliquei os jogos com as crianças, e preparei muito bem tanto o material concreto, como o uso de tecnologia digital, pois elas necessitam de comandos claros e objetivos. Busquei levar a elas jogos que fossem atrativos, nos quais inseri imagens coloridas, figuras de animais e pessoas da família. Trabalhei jogos de memória com palavras e imagens, o som das letras, a leitura de frases simples, o soletrando, o trem com sequência numérica. No jogo do trem os alunos iam montando os vagões com numeral, ditado mudo, decifre as pistas (dava dicas e eles deveriam falar o que é), o que é que é?. Também trabalhei a coordenação motora com alinhavo, antes e depois das letras do alfabeto, e jogos do site e- laboratório. Importante dizer que mesmo mediante a dificuldade, eles adoraram, pois eu utilizei a magia de ser educador para atrair atenção, me sentei no chão e fui conduzindo as atividades junto deles. Um detalhe que não pode deixar de ser mencionado é elogio. Toda criança ama ser elogiada, e a cada jogo finalizado, eu dava parabéns, e aplaudia o esforço deles. Em relação à intervenção junto aos alunos, contribuí no desenvolvimento da coordenação motora fazendo circuitos de brincadeiras, como pular corda, subir e pular da cadeira, coelho saia da toca, massinha de modelar, lego, jogos online, bolinhas de gude e outros de fundamental importância. Foi possível perceber a alegria das crianças ao serem abordadas por mim e a participação foi espetacular; em seguida os levei para sala em que pude extrair deles o sentimento na realização das atividades e dos jogos. Para os que tinham limitação na fala, utilizei a ⁸Sistema de Comunicação por troca de figuras PECs para expressar seus sentimentos. Tudo foi muito bom.

⁸ PECs trata-se de um conjunto de figuras ou imagens ao qual o autista tem fácil acesso e usa para se comunicar.

FIGURAS 12, 13, 14 E 15: Aula com jogos, material concreto e uso de computador com os alunos.



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2023

Para essas atividades, convidei um responsável pelas crianças para acompanhar, averiguar e avaliar quão vantajoso se tornaria a atividade lúdica no desenvolvimento dos alunos. Além de atividades extraclasse, busquei trabalhar com eles o jogo da memória utilizando-os como peça do jogo: cada criança segurava uma placa com imagem de frutas, e a outra falava o nome das crianças que deveriam virar a placa de frutas, e assim sucessivamente até concluir a atividade. Essa atividade tem como objetivo incentivar a criança a falar o nome do colega e usar o raciocínio.

As atividades com os alunos tiveram duração de duas semanas, em que as atividades foram realizadas individualmente, em duplas ou

no coletivo. Todos os envolvidos foram orientados quanto ao valor que cada material adquirido contribui na formação do aluno, e por isso o compromisso e a responsabilidade, especialmente dos pais neste projeto foi de grande importância para melhoria da educação de seus filhos.

5.7. Reflexões relevantes desta pesquisa sobre a formação continuada e os processos educativos no AEE

Durante o acompanhamento de estudo, notei que nos dois setores - professores e famílias - entrevistados há falta de conhecimento. Os professores até conhecem algo, mas devido ao cansaço profissional, hesitam em colocar em prática boa parte dos conteúdos trabalhados. Outrossim, resistem em buscar formação continuada, alegando que o salário é pouco para realizar tais cursos, há investimento, e quando o curso é ofertado pela SRE não fazem devido a algumas exigências por parte da Superintendência.

Portanto, é por meio de reuniões, palestras, seminários que elas vão descobrindo informações, e incluindo-as em sua prática. Para atuar na educação inclusiva não existe fórmula, existe a necessidade de ter conhecimento. Observa-se que algumas mães já conhecem alguns direitos de seus filhos, e encontram dificuldade para entender que eles são capazes de aprender, desde que respeitadas suas limitações. Outrossim, desconhecem o direito de seus filhos, e relatam a necessidade de conhecê-los.

Com o “dia da família e da escola”⁹, foi possível refletir sobre as perspectivas parentais, assim como sobre as percepções de um déficit formativo por parte dos educadores, e sobre as dificuldades de acesso à informação relativamente à expectativa da inclusão.

O que se percebe por parte dos educadores é uma baixa

⁹ Dia da Família na escola é o momento de interação que visa à participação da família num ambiente escolar, de forma a levá-los a interagir melhor com os seus filhos por meio de atividade lúdica.

qualidade de comunicação e de integração com as famílias, no que tange ao acompanhamento no processo de educação inclusiva. Além disso, ambas as partes, demonstram falta de proximidade e barreiras atitudinais que tornam a relação família-escola fragilizada.

O professor, de modo geral, quando faz sua reflexão sobre seus saberes e a forma como os transmite por meio de sua prática, muitas vezes se frustra quando não consegue atingir seus objetivos pois, na grande maioria, faz o seu melhor para que seus “ensinamentos” possam atingir a todos os alunos e a comunidade escolar.

Com isso, é possível mostrar às professoras desta pesquisa, que o ensino deve ser pautado na rotina estruturada, pois ela possibilita a organização mental, assim como facilita o processo do ensino e da aprendizagem, e ameniza as crises de ansiedade dos alunos. Mas, para que toda ação do educador tenha respaldo positivo, ela deve estar em consonância com a Proposta Pedagógica da Instituição, e por isso, a escola deve conscientizar pais e professores a participar da construção do Projeto Político Pedagógico. É por meio dele que a escola tem embasamento para a tomada de decisão, seja para cobrar os direitos dos alunos, exigindo tanto dos professores, dos pais, quanto da sociedade, seja para quebrar as barreiras que impedem a formação ativa e efetiva deles.

No entanto, quando isso não acontece, é o momento de repensar as estratégias e redefinir novas ações e práticas, embora o exercício de reflexão não seja fácil, pois requer tempo e incentivo por parte da escola e de todos que fazem parte deste processo.

Sobre este momento, Zeichner (1993, p. 18) enfatiza:

“Os professores que não refletem sobre o seu ensino aceitam naturalmente esta realidade cotidiana das suas escolas, e concentram os seus esforços na procura dos meios mais eficazes e eficientes para atingirem os seus objetivos e para encontrarem soluções para problemas que outros definiram no seu lugar”.

A educação Inclusiva é uma realidade e a presença dos alunos público-alvo da Educação Especial está se tornando constante, e assim a formação continuada dos professores precisa ser pensada a

partir desses sujeitos que demandam novos conhecimentos e estratégias. Precisa-se, proporcionar momentos de reflexão para a construção de saberes teóricos e práticos que nos façam emergir em uma nova concepção de professor reflexivo: um professor disposto ao ensino na diversidade e para a diversidade. O professor precisa ressignificar sua prática para atender o público da Educação Especial. Eles são sujeitos reais, oriundos de famílias reais, e espera-se que a escola os aceite como são. O fato de serem aceitos como são não significa disponibilizar matrículas e uma cadeira. Os docentes precisam disponibilizar tempo, ações, saberes e possibilidades de criar o conhecimento com esses alunos para que possam evoluir em suas aprendizagens e serem realmente incluídos.

“A proposta inclusiva diz respeito a uma escola de qualidade para todos, uma escola que não segregue, não rotule e não “expulse” alunos com “problemas”, uma escola que enfrente sem adiamentos, a grave questão do fracasso escolar, e que atenda as diversidades de característica de seu alunado”. (Carvalho, 2008, p.98)

A escola que está com as portas abertas para a inclusão, precisa de um professor que esteja apto para receber, aprender e ensinar, reconhecer e aprender a trabalhar com as diferenças. Precisa ter interesse e disponibilidade em inovar/ renovar suas práticas diariamente. O ideal é que essas mudanças sejam discutidas e pensadas coletivamente dentro das escolas, em que esses profissionais atuam. Esse processo necessita de formação, doação, dedicação e sensibilização, para que sejam supridas as necessidades de cada aluno Público-alvo do AEE, levando em consideração as diversas formas e ritmos de aprendizagens e tudo isso deve ser muito bem planejado e colocado no planejamento de suas aulas.

À medida que esses profissionais vão elaborando conhecimento acerca da inclusão dos alunos, reconhecem suas diferenças como sendo a sua própria essência, e passam a perceber as possibilidades de crescimento, de vivência de experiências e de aprendizagem inerentes à educação inclusiva, desenvolvendo a consciência crítica a respeito das relações humanas na escola. (Costa, 2011, p. 38)

Vitalino e Valente (2010) consideram que o professor é o elemento-chave para a inclusão dos alunos com deficiência na escola. Logo, favorecer a reflexão e a autoformação é um dos pilares básicos para o desenvolvimento da escola da diversidade. Os autores enfatizam, ainda, que a tendência de formação de professores reflexivos é mais adequada dentro da perspectiva da escola inclusiva, haja vista que assim esses profissionais têm a possibilidade de se perceberem como construtores e formadores sociais.

Investir na formação docente continuada, seja dentro do espaço escolar ou fora dele, constitui uma das saídas para o acolhimento de todas as diferenças no âmbito da escola comum. Para tanto, os professores, de um modo geral, de todos os campos de saberes precisam conscientizar-se de que a reflexão sobre a sua prática e o conhecimento são os pontos de partida para a inclusão de todos os alunos. Dessa forma, quem sabe, caminharemos rumo a uma sociedade mais justa e realmente inclusiva.

É fato que a formação acadêmica, quando sozinha, não oferece condições para o professor trabalhar com os alunos da educação especial, mas é condição indispensável para fomentar nos futuros professores as discussões que induzirão à elaboração de três dimensões: culturas inclusivas, políticas inclusivas e práticas inclusivas.

De acordo com Booth e Ainscow (2000, p. 44-45), essas dimensões são assim explicitadas:

“Criando culturas inclusivas, refere-se à criação de comunidades seguras, acolhedoras, colaborativas, estimulantes em que todos são valorizados. Produzindo Políticas Inclusivas, esta dimensão garante que a inclusão permeie os planos da escola e envolva a todos. As políticas encorajando e encorajam a participação das crianças e professores desde quando estes chegam à escola. A última dimensão refere-se a desenvolver o que se ensina e aprende, e como se ensina e aprende, de forma a refletir valores e políticas inclusivas”.

De acordo com o exposto, é importante ressaltar que a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº 9394/96, no seu

artigo 59, parágrafo III, enfatiza em seus preceitos legais que para trabalhar no contexto da educação especial, o docente deve ter “especialização adequada em nível médio ou superior, para o atendimento especializado.”

Carvalho (1997, p. 97) endossa essa ideia:

os professores”. “Mais urgente que a especialização é a capacitação de todos os educadores para a integração desses alunos [...] Mudanças de atitudes frente à diferença, conhecimento sobre os processos de desenvolvimento humano e sobre a aprendizagem, sobre os currículos e suas adaptações, sobre trabalhos em grupo, são alguns dos temas que devem ser discutidos portodos

Sobre a não integração desses pais, a literatura enfatiza a não consideração pela escola das subjetividades dos pais, ou seja, não levar em conta a herança sociocultural dos pais, tendo dificuldades de integrá-los como sujeitos coparticipantes no processo inclusivo dos filhos. O descompasso na relação família- escola e as dúvidas e inseguranças que afetam as mães atípicas, devido distanciamento da escola prejudicam bastante a integração dos alunos (Pinto, 2013; Oliveira, 2016; Bassotto, 2018 p. 102).

Essas mesmas pesquisadoras apontam relatos de pais e mães que acusam o desconhecimento sobre a significação, procedimentos e desígnio da inclusão; falta e desacordo de orientações dos profissionais no ingresso do aluno; e as repercussões durante a vida escolar do aluno, frente às orientações (Pinto, 2013; Oliveira, 2016; Bassotto, 2018 p. 102). Referente aos episódios de exclusão, Pinto (2013, p. 143) evidenciou na fala das mães o identificar a inclusão pelo seu oposto, isto é, a exclusão, no cotidiano escolar das crianças, por elas terem o conhecimento prático do que é a exclusão. Já Cotarelli (2014, p. 33), denuncia pela fala dos pais e mães atípicos a insatisfação de saberem que mesmo dentro dos muros escolares, seus filhos estão sendo excluídos, ao tomarem conhecimento de episódios de isolamento da criança, por exemplo. Além disso, Oliveira (2016, p. 177), relata que a não alteração ou adaptação de práticas pedagógicas desvelam a não aceitação do aluno com NEE. As autoras imediatamente supracitadas, também relataram sobre as expectativas

dos pais e mães sobre o processo de aprendizagem.

Futuros trabalhos de pesquisa devem se debruçar na retomada da exploração das percepções dos educadores sobre a relação família-escola na educação inclusiva, como já citado anteriormente; assim como na sondagem de ações e instrumentos mediadores dessa relação, para que não mantenhamos os crocodilos de preconceitos, estereótipos e estigmas alimentando a indiferença perante a situação.

Sobre isso, o PPP dessa escola foi desenvolvido com a participação da comunidade escolar, pois é de suma importância que o profissional tenha ciência da valorização do conhecimento prévio do aluno. É também de extrema importância a verificação do nível de aprendizagem do aluno através da avaliação diagnóstica.

Após a análise e conclusão dos dados obtidos através dela, o docente deverá dar sequência à aprendizagem através da observação e da avaliação processual e continuada. Para que isso aconteça o docente deverá se valer de todas as metodologias pertinentes para alcançar com sucesso o objetivo esperado.

De acordo com o PPP da escola, existem teorias que abordam a aprendizagem a partir do comportamento, outras a partir do aspecto humano, outras que consideram a capacidade cognitiva de cada um. Gardner (1995, p. 79) cita que o papel do professor deverá ser o de facilitador da aprendizagem utilizando os recursos necessários e adaptados às necessidades educativas.

Desse modo, o Projeto Político Pedagógico (PPP) aponta que ao refletirmos sobre a aprendizagem e a prática pedagógica do professor, a escola é a principal instituição responsável para a consolidação da leitura e escrita. Diante disso, o papel do educador deve ser aquele que gera necessidade de ação em seu aluno, despertando o desejo de aprender mais e conquistar a autonomia na resolução de problemas. O papel do professor para Nelson apud Skinner (1904-1990) “é criar situações nas quais o reforço possa aumentar a probabilidade de que o aprendiz exiba o comportamento

terminal desejado.”

Nesse documento pontua-se que o trabalhador necessita da interação para discutir novas estratégias e metodologias de ensino, e para isso ele deve estar preparado para as críticas que viabilizam o melhor aprendizado.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico PPP também retrata que levando em conta a inclusão, que hoje em dia deve estar em todas as escolas, os professores, dirigentes e coordenadores, devem ficar atentos à realidade de cada município, discutir o que satisfaz cada aluno diante de suas necessidades e dificuldades. Para Nelson apud Watson (1878-1958) “Tudo o que pensamos, sentimos ou fazemos envolve, em graus variáveis, a atividade de todo corpo.”. Nesse sentido, é importante salientar que na atualidade há muitos desafios a serem enfrentados, para tanto, o desenvolvimento interacional permite que o educador trabalhe com os alunos de forma prazerosa, levando-os ao desenvolvimento da aprendizagem e do autoconhecimento.

Assim, ações nestes âmbitos devem compor o currículo escolar de maneira a promover o desenvolvimento e o conhecimento aprofundado dos estudantes, o que só será possível com a realização de ações efetivas nas escolas para a reflexão histórica e científica sobre estas temáticas que se mostram tão importantes para o exercício da cidadania e para a proposição de ações efetivas de melhoria para a sociedade e no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado (AEE).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória trilhada até aqui ajudou a compreender que os caminhos da formação docente no Brasil, na educação especial, como uma modalidade da educação, não foi fácil. Tem sido um caminho de lutas, ausências de políticas públicas e as conquistas tem sido bem devagar, uma vez que a luta pela inclusão e aceitação desses alunos na escola, e pela família, se perpetua até os dias atuais.

A formação de professores da Educação Especial proporciona uma oportunidade para estes profissionais estudarem, dialogarem com a produção de conhecimento científico e compreenderem o direito de todos à educação. Nesse sentido, o processo não deve se limitar a um período ou espaços específicos para ocorrer, e só depender de cursos oferecidos pela SRE, devendo se estender às práticas pedagógicas cotidianas e às experiências culturais.

Estamos cientes das dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação para garantir a aprendizagem dos estudantes do atendimento educacional especializado. Diante disto, vemos que a educação inclusiva permite combater e eliminar os preconceitos que separam as pessoas por suas limitações, dificuldades, reconhecendo as suas diferenças como trampolim do crescimento intelectual e pedagógico do grupo.

E entendemos que essas questões dependem de vários fatores, como as condições de trabalho dos professores e dos demais profissionais da educação, as condições físicas das escolas, os materiais pedagógicos utilizados em sala de aula, os materiais pedagógicos específicos, a formação continuada dos profissionais na educação inclusiva, as políticas públicas, a democratização dos ambientes escolares e a aceitação da família e outros.

Com o objetivo de responder às questões da pesquisa, traçamos como objetivo geral investigar se as capacitações são coerentes as demandas das famílias e das crianças.

Identificamos nos estudos bibliográficos que os processos

formativos desses profissionais são ineficientes, são precários, superficiais e pouco relacionados com o que acontece na prática, e que a teoria ainda está distante do chão das salas de aulas. A maioria dos profissionais tem acesso a cursos superficiais, reunião de módulo II, palestras genéricas, minicursos com orientações prontas, sem a possibilidade de auxiliar na construção reflexiva de novas práticas.

Referente aos cursos direcionados à formação continuada de professores de AEE, constatamos ser uma estratégia muito necessária, no entanto, em razão da oferta ser na modalidade a distância, portanto com pouca interação, essa prática se torna muito superficial, respondendo pouco às necessidades dos professores, dificultando a permanência dos profissionais e a efetivação das modificações no interior das salas de aulas, tão almejadas por todos.

Afirmamos aqui a necessidade urgente de um investimento sistemático para a formação continuada dos professores no atendimento educacional especializado, de maneira que possam superar as fragilidades, dificuldades identificadas, garantindo aos alunos o pleno direito de desenvolver-se e aprender de modo significativo, independente, do local em que resida.

Já os objetivos específicos do início dessa pesquisa, pretendiam melhorar a prática profissional das educadoras que trabalham com crianças com necessidades educativas especiais, dentre os quais, podemos citar,

- a) Investigar se os professores de AEE, buscam constantemente formação adequada às necessidades das crianças. Podemos dizer que o resultado do quadro de profissionais aos quais foi direcionado o questionário foi enriquecido com as manifestações de opiniões e agradecimentos dos profissionais. Demonstraram necessidade de a equipe pedagógica dar continuidade ao processo formativo, considerando que uma boa escola exige sair do comodismo e lutar para levar aos alunos conteúdos que primem pela qualidade. No caso de crianças com limitações os

professores reconhecem que a atividade lúdica diversificada é o caminho para assimilação e aquisição de novos conhecimentos.

- b) Verificar se os professores de AEE, buscam constantemente por formações adequadas as necessidades das crianças. Essa questão de formação continuada pode ser vista e analisada com outros olhos, pois foi possível perceber que é fundamental e significativa a formação inclusiva dos professores, que diretamente podem repassar aos pais, orientando-os, sobre a necessidade de investir na qualidade educacional. Sabemos que a formação dos professores é a chave para sucesso educacional dos alunos e da escola
- c) Apresentar uma proposta metodológica através de uma pesquisa colaborativa. O conhecimento profissional deve levar o professor a desenvolver habilidades básicas no âmbito das estratégias de ensino em um ambiente alfabetizador, levando em consideração a flexibilidade, a dinâmica e a adaptação à diversidade e ao contexto dos alunos.

Esta questão é de fundamental importância, pois sabemos que não se educa com maestria sem esses requisitos; eles fundamentam a prática pedagógica de todo e qualquer profissional.

Referente à organização do percurso formativo desenvolvido durante a construção desta dissertação, é fundamental esclarecermos que os professores, alunos e pais foram fundamentais em todas as etapas da pesquisa. Diante de suas respostas apresentadas ao questionário inicial de diagnóstico, conseguimos traçar a organização do estudo, as necessidades de formação e as metodologias que deveriam ser utilizadas, e com isso garantimos que todo o processo fosse conduzido em colaboração com todos os envolvidos.

Diante das análises dos questionários, conseguimos organizar

o cronograma de estudos e os momentos de encontros de formação com os professores, pais e o momento com os alunos. Diante das informações obtidas nos questionários, preparamos o momento com os pais e professores onde eles puderam ter acesso e contato com os jogos no concreto, e o momento em que eles puderam ter acesso a sala de recursos e utilizar o computador para acessar os mais diversos jogos, e com certeza, poder auxiliar seus filhos em casa. Tivemos o momento em que passei a Resolução 4256/2020 da SEE /MG onde eles puderam conhecer e saber quais são as atribuições da família, do professor regente, do professor de apoio e do professor da sala de atendimento educacional especializado, e saber como é o trabalho de cada profissional, e entender e fazer valer o que é direito de seus filhos, foi um momento riquíssimo de conhecimentos e de ajuda às famílias. Entenderam a importância de os alunos terem uma rotina no concreto, tanto na escola quanto em casa, a importância da parceria família e escola, pois juntas somam forças para ajudar os alunos com autismo.

Identificamos como importantes as discussões sobre a Resolução 4256/2020 da SEE MG, direcionadas aos profissionais da escola. No estudo sobre os documentos normativos que embasam e orientam a prática pedagógica com os alunos do AEE, ressaltamos a importância dos estudos nas adaptações/flexibilizações e TA das atividades e a importância de os professores compartilharem os exemplos de práticas que realizam.

Os pais e os professores tiveram o momento também com a psicóloga onde puderam colocar seus sentimentos, suas dores, seus desafios e não podemos deixar de falar que esse amparo junto com a psicóloga acalmou o coração dos pais que sofrem com a notícia de seus filhos precisarem de um olhar diferenciado e de atividades diferenciadas.

Quanto às contribuições destacamos os conhecimentos oferecidos aos professores e às famílias, a inserção de jogos, das TA, o uso de materiais concretos e contextualizados.

Diante dessas considerações, torna-se essencial destacar o importante papel das formações direcionadas à educação inclusiva, proporcionando que a escola possa ser um ambiente preparado por excelência de aprendizagem, incentivando seus docentes a desenvolverem suas identidades profissionais como educadores e pesquisadores, onde as lacunas existentes na formação inicial precisam ser minimizadas a partir de discussões pautadas no chão da escola, na realidade vivenciada pelos professores e alunos.

Deste modo, acreditamos que esta pesquisa possibilitou que os pesquisados desenvolvessem novos conhecimentos e assimilassem os conteúdos de forma lúdica, e estimuladora para serem protagonistas na construção do saber, e isso se deu por meio da interação, empatia, entre seus pares, professores e família, oportunizando a construção colaborativa do conhecimento por meio de recursos e ferramentas tecnológicas da web.

Vale dizer que nas últimas décadas, a educação tem trabalhado para o direito de o aluno com necessidade especial achar sentido em existir, e orientou por meio da BNCC maneiras imprescindíveis para desenvolver nos alunos habilidades e competências. É necessário que o educador avalie se a tecnologia disponibilizada está sendo utilizada de forma eficaz, considerando que as ferramentas são úteis à aquisição e assimilação dos conteúdos.

As reflexões a respeito da tecnologia assistiva na educação levam-nos a entender que o processo educacional deve acompanhar a evolução, considerando a urgência em incluir a demanda de alunos com Necessidades Educativas Especiais que ainda hoje sentem-se excluídos, pois o sistema educacional não os atende, não respeitando seus direitos. E isso porque muitos profissionais não têm preparo para exercer a profissão na área inclusiva. Ressalto que para atender alunos com Necessidades Educativas Especiais, o professor precisa aceitar o aluno como ele é e respeitá-lo em suas limitações.

Durante a trajetória da pesquisa foi possível avaliarmos a prática pedagógica e a didática dos professores, de forma a incentivar a participação dos alunos, respeitando assim os seus direitos,

portanto. Foi necessário para isso trabalhar documentos que viabilizassem a inclusão de todos, de forma igualitária e justa, e para isso, estudamos a Lei de Inclusão, a Resolução 4296 de 4 de janeiro de 2020, e a Declaração de Salamanca, no intuito de amenizar os casos de exclusão no ensino regular e de construir fundamentação para explicar aos pais que os alunos especiais tem garantida a matrícula e o acesso na rede regular de ensino. Entendemos que é por meio da análise de todo o percurso descrito e no reconhecimento destes desafios que a política de formação continuada precisa avançar.

Assim pretendemos com essa pesquisa contribuir com a reflexão sobre a formação continuada dos professores que atuam no atendimento educacional especializado. Pelo fato de o tema ser muito amplo e complexo, as discussões não se findam aqui, pois muitas outras pesquisas irão se juntar a esta. Almejamos que este estudo tenha contribuído com a discussão da comunidade acadêmica e científica, no sentido de ampliar as informações nessa área, assim como de oferecer uma reflexão em torno das propostas de Formação continuada que são oferecidas aos professores que trabalham com a Educação Especial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. **Ensino Híbrido: Rotas para implantação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental**. Curitiba, Editora PróInfantil, 2020. BRASIL, 1996. Artigo 58 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf. Acesso em: 24 nov. 2022.

AUSUBEL, D.P. **The Psychology of Meaningful Verbal Learning**. New York: Grunie & Stratton. 1963

Base Nacional Comum Curricular traz mudanças na educação especialZ EGLIN, Eduarda (2023, S “p”). Em 2017, a BNCC foi homologada pelo Ministério da Educação e se tornou obrigatória para todas as escolas do país. <https://apaecuritiba.org.br/bncc-traz-mudancas-na-educacao-especial/#:~:text=A%20BNCC%20reconhece%20a%20diversidade,%2C%20empatia%2C%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20coopera%C3%A7%C3%A3o.>

BAPTISTA, C. R. **A Política Nacional de Educação Especial no Brasil: passos para uma perspectiva inclusiva?** In: MARTINS, L. et al. (Org.). *Práticas inclusivas no sistema de ensino e em outros contextos*. Natal: EDUFRRN, 2011.

BOAVIDA, A.M; PONTE, J.P. **Investigação colaborativa: potencialidades e problemas**. In: GTI (Ed.). *Refletir e investigar sobre a prática profissional*. Lisboa: APM, 2002, p.43-55.

BOOTH, Tony & ANSCOW, MEL. (2000) **Index para a inclusão desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas**. Disponível em: <https://proinclusao.ufc.br/wp-content/uploads/2020/05/index-para-a-inclusao.pdf> acesso dia 26/04/2024

BRASIL, 1998. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas**. Brasília: Coordenação Nacional para Integração da pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015 .

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/Secretaria da Educação Básica**, 2018. 154p. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 02 set. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>.

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 139 p.

CARVALHO, Ilza Silva de. **Comunicação por Língua Brasileira de Sinais**. Brasília: DF. Editora Senac, 2008.

CASTRO, Alberto Rainha de. CARVALHO, Ilza Silva de. **Comunicação por Língua Brasileira de Sinais**. Brasília: DF. Editora Senac, 2009.

Chun RYS. **O desenvolvimento da comunicação não verbal através dos símbolos Bliss em indivíduo não falante portador de paralisia cerebral**. Distúr. Comun. 1991;4(2):121-36.

COSTIN, Cláudia. (2020) **Educar para um futuro mais sustentável e inclusivo** <https://www.scielo.br/j/ea/a/VLC3SCvmSvBbKK3F3YWN5qz/?lang=pt&format=pdf> DINIZ, Margareth. **Caderno de Textos para formação de professores da rede pública de ensino de Minas Gerais**. Belo Horizonte: editora Gráfica e Editora Gerais, 2006.

DINIZ, Margareth. **Caderno de Textos para formação de professores da rede pública de ensino de Minas Gerais**. Belo Horizonte: editora Gráfica e Editora Gerais, 2006.

DUARTE, Patrícia Nazário Feitosa. **Tecnologia assistiva: um olhar sobre a formação continuada para atendimento educacional especializado no Distrito Federal, 27/08/2020**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=949834 acesso

dia20/11/2022 às 8:40

ESPER, Marcos Venício et al. **Atuação do Professor de Educação Especial no Cenário da Pandemia de Covid-19**. Rev. Bras. Ed. Esp., Corumbá, v.28, p. 227242, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/JxgS8pmK3RgD3dP3t4mnJZx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2022.

FREITAS, Sirley Leite; PACÍFICO, Juracy Machado. **Formação continuada: um estudo colaborativo com professores do Ensino Médio de Rondônia. Interações** (Campo Grande), v. 21, p. 141-153, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/mKyFS8yfpmkLbFDwffYnbzL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2022.

FLORES, Alves de Quadros, et all. (2017). **A inclusão de tecnologias digitais na educação: (re) construção da identidade profissional docente na prática**. Revista Prácticum, Vol 2(2) 2-17. ISSN 2530-4550

GARDENER, Howars. **Inteligências Múltiplas: A teoria na prática**. Porto Alegre; Artes Médicas, 1995
Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/o-papel-professor-as-inteligencias-multiplas.htm> acesso dia 09/12/2023

GABRILLI, Mara. **Lei Brasileira de Inclusão – 13.146/15**. Disponível em: <https://maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/03/Guia-sobre-a-LBldigital.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.

GATTI, Bernardete A. **Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós pandemia. Estudos avançados**, v. 34, p. 29-41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7M6bwtNMyv7BqzDfKHFqxfh/>. Acesso em: 24 nov. 2022.

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São

Paulo:Atlas,2010. GIROTO, Cláudia Regina Mosca, POKET,

Rosimar & OMETE, Sadão. As **Tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. (2012) Marília: Editora Cultura**. Acadêmica. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/as-tecnologias-nas-praticas_ebook.pdf acesso dia 05/12/2022 às 10:51

GLAT, Rosana (Org.) **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GODINHO, Patrícia Alves. (2021) **Saberes docentes dos professores de atendimento educacional especializado na Educação Superior: contribuições para formação continuada de professores.** Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie/wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10946166

GONÇALVES, Flávia Teles. **O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais em um Município do Interior de Mato Grosso do Sul.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados. 22/06/2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie/wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9702976 acessos dia 21/11/2022

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica.** Campinas, SP. Alínea, 2001.

IMBERNÓN, F. **Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza.** 9ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. CAETANO, J. F. Estratégias Metodológicas para o ensino de alunos surdos. In: LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. (Orgs.). **Tenhou um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos.** São Carlos: EdUFSCar, 2013.

Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).** Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_base_s_1ed.pdf> acesso dia 18/09/2023

Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).** Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_base_s_1ed.pdf> acesso dia 18/09/2023

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar teoria e prática.** 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMA, Bruna, SOUZA, Carinne (2020). **Pandemia evidenciou desigualdade na educação brasileira.** Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacaobasica/2020/12/48972-21-pandemia-evidenciou-desigualdade-na-educacaobrasileira.html>. Acesso em: 24 nov. 2022.

MACHADO, Taiane Abreu. (2023) **Cenário e perspectivas da formação continuada docente na política dos centros de atendimento educacional especializado no município de Salvador – BA.** Disponível em: sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13804827

MANETI, Daise da Silveira (2021) **Tecnologia Assistiva e a formação continuada dos docentes do Atendimento Educacional Especializado.** Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11388226

MEDINA, José Miguel Garcia. **Artigo 208 da Constituição Federal de 1988. Edição da obra Constituição Federal Comentada, aprovada boi ano de 2021.** 7ª edição. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650040/artigo-208daconstituicao-federal-de> 1988 acesso dia 05/12/2022 às 10:41

MEIRELES-COELHO, C.; IZQUIERDO, T.; SANTOS, C. **Educação para todos e sucesso de cada um: do Relatório Warnock à Declaração de Salamanca.** IX Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, p. 178–189, 2007.

MONTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Comofazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

NÓVOA, Antônio. **Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente.** *Cadernos de Pesquisa*, v.47, n.166, p.1106-1133, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/WYkPDBFzMzrvnbsbYjmvCbd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 24 nov. 2022.

OLIVEIRA, Amanda Maria Domingos de. **Atividades Desplugadas no Atendimento Educacional Especializado: o pensamento computacional no Contexto Inclusivo.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 23/11/2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10328095 acesso dia 21/11/2022

ORRÚ, Silvia Ester. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar.** Rio de Janeiro. 3ª. edição, Wark editora, 2012.

PAULA, Jairo de. **Inclusão: mais que um desafio escolar, um desafio social.** São Paulo. Editora Jairo de Paula, 2012

PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira, PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. **Metodologia ativa na educação especial/inclusiva.** FACOS-UFSM. 2021. Santa Maria. Disponível em: <file:///C:/Users/Andrea/Downloads/Metodologias-Ativas-na-Educacao-Especial-Inclusiva.pdf> acesso dia 27/11/2023

RENDERS et al (2021) **O DESIGN UNIVERSAL PARA UMA APRENDIZAGEM: UMA ABORDAGEM CURRICULAR NA ESCOLA INCLUSIVA**. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/46847/35603> acesso dia 22/09/2023

RODRIGUES, O. M. P. R.; CAPELLINI, V. L. M. F.; SANTOS, D. A. N. **Fundamentos históricos e conceituais da educação especial e inclusiva: reflexões para o cotidiano escolar no contexto da diversidade.** 2014. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/155246>. Acesso em: 9 jun. 2023.

SANTANA, Maria Valquíria Barbosa (2019) **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO O que é, para que serve e como se faz.** Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/teixeira/files/2019/05/Projeto-Pol%C3%ADtico-Pedag%C3%B3gico-PPP.pdf> acesso dia 18/09/2023

SANTOS, Taís Wojciechowski, SÀ, Ricardo Antunes de. **O olhar complexo sobre a formação continuada de professores para a utilização pedagógica das tecnologias e mídias digitais.** Educar em Revista, Curitiba, v. 37, e72722, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/MyDRrjQnCgmcQ8wChz3PKsR/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 24 nov. 2022.

SANTOS, Vasconcellos Celso dos. (2002) **Planejamento: Projeto de Ensino- Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico.** Disponível em: https://praxistecnologica.files.wordpress.com/2014/08/vasconcellos_planejamento2.pdf acesso dia 23/09/2023.

SILVA, Naiane Cristina & CARVALHO, Beatriz Girão Enes. **Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na perspectiva dos professores: uma revisão integrativa.** Rev. Bras.

Ed. Esp., Marília, v.23, n.2, p.293-308, Abr.-Jun., 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/5QWT88nTKPL4VMLSGRG7dSM/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 02 set. 2022.

SILVA, Joana Darc Araujo. (2023) **Formação Continuada Docente: um percurso importante na compreensão das práticas pedagógicas com a utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação – TIC's**

<https://maceio.al.gov.br/uploads/documentos/FORMACAO-CONTINUADA-DOCENTE-UM-PERCURSO-IMPORTANTE-NACOMPREENSAO-DAS-PRATICAS-PEDAGOGICAS-COM-A-UTILIZACAO-DAS-TECNOLOGIAS-DIGITAIS-DE-INFORMACAO-E-COMUNICACAO-TIDC-S.pdf> acesso dia 22/09/2023.

SILVA, Delvania dos Santos Freitas. **Políticas de formação continuada de professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Quirinópolis- GO– 2017/2019.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29874/1/PolíticasFormacaoContinuada.pdf> acesso dia 27/05/2023 às 10hs

SILVA, Millyane Lima da. **Os desafios enfrentados pela educação em tempos de pandemia. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano. 07,Ed. 04, v. 02, p. 134-145. Abril de 2022. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/enfrentados-pela-educacao>.

SILVA, Naiane Cristina; CARVALHO. Beatriz Girão Enes. **Compreendendo o processo de inclusão escolar no brasil na perspectiva dos professores: uma revisão integrativa.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.23, n.2, p.293-308, Abr.-Jun.,2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/5QWT88nTKPL4VMLSGRG7dSM/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 02 set. 2022

SOLON, Thiago Falcão. (2023) **Formação continuada de professores do atendimento educacional especializado: reverbações para o desenvolvimento profissional docente.** Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14977718

SOUZA, Patrícia de Resende. **Tornar-se Professor, Professora: a**

constituição da identidade profissional de docentes que atuam no Atendimento Educacional Especializado de Escolas da Rede Municipal de Uberlândia – MG – 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/30325/1/Tornar-seProfessorProfessora.pdf> acesso 27/05/2023 às 10:45.

SOUZA, Luciene de Moraes de (2021) **Significações sobre formação contínua e trabalho docente no atendimento educacional especializado.** Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie_wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11123286 acesso dia 25/04/2024

TIBA, Içami. Quem ama educa! Formando cidadãos éticos. Editora Integrari, São Paulo, 2012.

TRIVINOS, A.N.S. **Pesquisa qualitativa.** In: Introdução à pesquisa em Ciências Sociais . São Paulo:Atlas,2008,p.116-136.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994.** Brasília: Resolução das Nações Unidas adotada em Assembleia Geral, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 29 jun. 2022.

VALE, Cláudia de Oliveira. **A Formação de Professores (as) para atendimento Educacional Especializado nas Escolas da Rede Estadual de São Luís- MA, no período de 2016 a 2019. 2020.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Andrea/Downloads/galao-proceedings--cbee-2018--90206.pdf> acesso 27/05/2023 às 15:38

VARGAS & SCHMINT IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional:** formar-se para a mudança e a incerteza, v. 14. São Paulo: Cortez, 2011.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização.** 24 ed. São Paulo: Libertad, 2014

VEIGA, Ilma Passos. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível.** Campinas, SP: Papirus, 1995.

VICENTIN, Iraci Rambo. SILVA, MORAES, Denise Rosana da Silva.

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NUMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA: LIMITES E POSSIBILIDADES.

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_iraci_rambo_vicentini.pdf acesso dia 23/09/2023.

ZEICHNER, K. M: **A formação reflexiva de professores**: ideias e práticas. Educa. Professores. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, 1993. 113 COSTA, Valdelúcia Alves da. Políticas de professores e educação inclusiva: experiências da escola pública. *In*: Costa, Valdelúcia Alves *et al.* (org.). **Políticas Públicas e produção do conhecimento em educação inclusiva**. Niterói, RJ: Intertexto, 2011.

ANEXOS

Roteiro dos questionários aplicados nessa pesquisa

Questionário 1: Roteiro de questionário sobre as informações gerais dos participantes

a) Identificação do professor:

Sexo: () Masculino () feminino

Idade: () 18 a 25 anos () 25 a 35 anos () 35 a 45 anos () outro

Estado Civil: ____ Tem filhos: Quantos? ____

Situação funcional: () efetivo () Contrato

Formação acadêmica?

() Ensino Médio

() magistério

() superior incompleto

() superior completo

() Pós-graduação

() Mestrado

() doutorado.

Em qual área: _____

Qual tempo de docência: _____

4) Você atende alunos com necessidades Especiais: () sim () Não

5) Qual sua formação no Atendimento Educacional Especializado?

Tempo de docência no AEE? _____

6) Você atua em:

() ensino regular

() Professor de Sala de recursos

() Professor de Apoio

() Biblioteca

() outros

Questionário 2:**Roteiro de questionário a respeito de informações relevantes a essa pesquisa:**

1) Qual sua opinião sobre atendimento de alunos com Necessidades Especiais na rede regular de ensino?

2) O espaço escolar é acessível para atendimento educacional especializado. Explique.

3) Você se sente preparado para atender alunos com Necessidades Especiais? _____

4) Qual foi a sua dificuldade no atendimento AEE durante a situação atípica ocorrida nos últimos 3 anos?

5) Qual em sua opinião é a melhor metodologia para atendê-los?

6) Há deficientes na sala que você atua? () sim () Não

Se a resposta for sim, qual é a deficiência?

7) Qual a sua opinião sobre a participação da família no processo educacional? _____

8) A escola abre espaço para que a família participe do processo de inclusão e de participação do aluno AEE? _____

9) Qual a maior dificuldade encontrada no atendimento aos alunos com Necessidades Especiais? _____

10) Como é a aceitação dos alunos sem deficiência e de suas respectivas famílias no que tange a inclusão de alunos especiais

no ensino regular?

11) Em sua opinião, o que é preciso fazer para que a inclusão ocorra também na prática, já que na teoria, ela vem sendo estudada, e apresenta-se a sua importância e relevância de estudo. Assim como, através de diversas leis e documentos públicos.

12) Você conhece a tecnologia assistiva? Se sim, explique de que forma você utiliza esse instrumento na prática? _____

Questionário 3: Roteiro de questionário aplicado as famílias

Nome: _____

Idade: _____

Estado Civil: _____

Tem filhos: _____

Quantos: _____

Tem filhos com deficiência? _____

Qual a deficiência apresentada: _____

Roteiro de perguntas:

1) Qual a sua opinião do ensino regular atender alunos com Necessidades Especiais?

2) Como deve ser em sua opinião o atendimento aos alunos que apresentam deficiência na escola?

3) Em sua opinião, a escola está preparada para atender os alunos com Necessidades Especiais?

4) A estrutura escolar está acessível aos alunos? O que em sua opinião precisa mudar?

5) Qual foi a dificuldade encontrada durante a situação atípica que levou o fechamento das escolas?

6) Como a escola promove a participação da família no processo ensino e aprendizagem?

7) Qual a maior dificuldade a família enfrenta ao levar o aluno para AEE

8) Em sua opinião, quais as maiores dificuldades no processo de inclusão de seus filhos, e quais as vantagens conquistadas?

9) Você conhece o recurso de tecnologia assistiva? Através de onde adquiriu conhecimento?

10) Você utiliza a comunicação alternativa com seu filho? De que forma?

11) Você sabe qual a importância da tecnologia assistiva e/ou alternativa na educação dos seus filhos?

Questionário 4: Roteiro de questionário aplicado aos alunos

1) Identificação do aluno:

Nome: _____

Idade: _____

Ano Escolar: _____

Sexo: _____

2) Você é atendido pela professora de sala de recursos?

sim Não

3) Como é o atendimento na sala de recursos?

4) regular bom muito bom ótimo

5) A professora utiliza atividades lúdica durante o atendimento?

Sim Não

6) Você gosta da sala de recursos?

Sim Não

7) Na sala de recursos, você realiza atividades no computador? Sim

Não

8) E a professora utiliza o quadro de rotinas?

Sim Não

9) Que horas você frequenta a sala de recurso?(durante o período escolar

em outro turno

10) A mamãe conhece a professora de recursos?

Sim Não

11) A mamãe ajuda a realizar atividades?

12) () Sim () Não

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Olá. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada: que tem como objetivo. A pesquisa está sendo desenvolvida pela mestranda Camila Vânia. Sua participação na pesquisa consiste em responder um questionário a respeito do que você utiliza para auxiliar seu filho(a) no processo de ensino e aprendizagem, autonomia, interação e participação. A presente pesquisa apresenta os seguintes riscos aos participantes que podem ser de ordem moral relacionadas por situação de constrangimento ou desconforto decorrente da abordagem dos testes. Entretanto, é assegurado ao participante voluntário o direito de retirar seu consentimento em participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo. O benefício da pesquisa está relacionado a melhorias do processo de ensino aprendizagem, autonomia, interação e participação. Não há obrigatoriedade em aplicar os resultados desta pesquisa em sua rotina pessoal ou profissional. Sua participação não terá nenhum tipo de custo, e é assegurado a você o direito de a qualquer momento desistir de participar sem prejuízo algum. O projeto da presente pesquisa observa as regulamentações do Conselho Nacional de Saúde, resolução 466/12, para pesquisas envolvendo seres humanos e foi enviada para aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS. Caso você concorde em participar, você deverá assinar o presente termo, o qual comprova que você entendeu os procedimentos, riscos e benefícios da participação e ainda que todas as suas dúvidas (se existirem) foram sanadas em reunião realizada ou ainda pelo contato telefônico. Caso tenha alguma dúvida, você pode entrar em contato com o pesquisador responsável no número (35) 998410364 ou com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), no número (35) 3449-9271 ou no e-mail cep@univas.edu.br. O CEP da UNIVÁS funciona de segunda à sexta feira, das 8:00 às 12:00 horas e

das 14:00 às 17:00 horas. Declaro estar ciente do conteúdo deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e estou de acordo com a participação na pesquisa, sei que posso desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Nome completo do participante:

Data e Assinatura participante

Nome do(a) responsável pela pesquisa:

Data e assinatura do (a) responsável pela pesquisa

**MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PAIS E
PROFESSORES PARTICIPANTES**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Participante,

Esta pesquisa é sobre Formação continuada dos Docentes do Atendimento Educacional Especializado e está sendo desenvolvida por Camila Vânia Borges do Curso de mestrado da Universidade do Vale do Sapucaí.

O objetivo de o estudo investigar a prática pedagógica em sala de atendimento especial especializada, integrando metodologias ativas de ensino com e sem o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação, buscando compreender se essas metodologias contribuem para a interação, participação e autonomia desses alunos no processo de aprendizagem.

Solicitamos a sua colaboração para responder ao questionário, com duração máxima de 10 minutos, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Informamos que essa pesquisa alunos nesta pesquisa são mínimos e se referem ao constrangimento dos pesquisados no preenchimento do questionário. Sendo assim, a pesquisadora tomará os cuidados necessários para que sejam minimizados esses riscos.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do

mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Eu aceito participar da pesquisa. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir sem que nada me aconteça.

Li e concordo em participar como voluntário da pesquisa descrita acima.

Estiva, _____ de _____ de _____

Assinatura do participante

**MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO PARA
PARTICIPANTE MENOR DE**

IDADE (6 anos acima)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Participante,

Esta pesquisa é sobre Formação continuada dos Docentes do Atendimento Educacional Especializado e está sendo desenvolvida por Camila Vânia Borges do Curso de mestrado da Universidade do Vale do Sapucaí.

O objetivo do estudo investigar a prática pedagógica em sala de atendimento especial especializada, integrando metodologias ativas de ensino com e sem o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação, buscando compreender se essas metodologias contribuem para a interação, participação e autonomia desses alunos no processo de aprendizagem.

Solicitamos a sua colaboração para responder ao questionário, com duração máxima de 10 minutos, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Informamos que essa pesquisa alunos nesta pesquisa são mínimos e se referem ao constrangimento dos pesquisados no preenchimento do questionário. Sendo assim, a pesquisadora tomará os cuidados necessários para que sejam minimizados esses riscos.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). A

pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Eu aceito participar da pesquisa. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir sem que nada me aconteça.

Li e concordo em participar como voluntário da pesquisa descrita acima.

Estiva, _____ de _____ de _____

Assinatura do responsável do aluno